

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”  
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros  
urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares**

**Luciane Cristina De Gaspari**

Tese apresentada para obtenção do título de  
Doutora em Ciências. Área de concentração:  
Ecologia Aplicada

**Piracicaba  
2016**

Luciane Cristina De Gaspari  
Engenheira Florestal

**Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar  
da agricultura nas estratégias familiares**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:  
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Tese apresentada para obtenção do título de  
Doutora em Ciências. Área de concentração:  
Ecologia Aplicada

**Piracicaba  
2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

De Gaspari, Luciane Cristina

Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares / Luciane Cristina De Gaspari. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2016.

190 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agricultura familiar 2. Multifuncionalidade 3. Pluriatividade 4. Assentamentos rurais  
5. Reforma agrária I. Título

CDD 333.335  
D317p

**"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"**

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais Paulo e Isabel,  
A Andersson, Jeffersson e Paulo,  
Aos agricultores, a meus mestres e aos amigos queridos,  
Por todo o amor.



## AGRADECIMENTOS

Este show é obra de inúmeros autores...

Ao maestro geral pela conclusão,  
A minha família Paulo, Isabel, Andesson, Jefferson e Paulo por me incentivarem nos  
ensaios,  
Aos meus queridos e amados amigos por suportarem os ruídos e barulhos,  
Aos meus mestres Paulo e Armênio por me ensinarem a compor,  
Aos participantes do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP e do Timbó  
(UNESP/Botucatu) por ouvirem os ensaios,  
Aos meus camaradas da extensão no Assentamento Milton Santos por me ajudarem  
a carregar os instrumentos e construir as notas,  
Aos agricultores dos Assentamentos Milton Santos e Contestado que me ensinaram  
com paciência o andamento da música,  
A você leitor, fonte de inspiração de cada nota.



## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>11</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>15</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>17</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>19</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>21</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
Referências .....	28
<b>2 AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E REFORMA AGRÁRIA. ....</b>	<b>31</b>
Resumo .....	31
Abstract.....	31
<b>2.1 Introdução.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2 A identidade social dos assentados.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3 O espaço rural .....</b>	<b>39</b>
<b>2.4 Pluriatividade.....</b>	<b>44</b>
<b>2.4.1 A construção contemporânea do conceito de pluriatividade .....</b>	<b>44</b>
2.4.2 A análise da pluriatividade .....	46
2.4.3 O significado da pluriatividade .....	54
<b>2.5 As novas modalidades de assentamentos .....</b>	<b>60</b>
2.5.1 A proposta de Projeto de Desenvolvimento Sustentável.....	61
2.5.2 A proposta da Comuna da Terra.....	63
<b>2.6 Considerações finais .....</b>	<b>65</b>
<b>3 ASSENTAMENTOS PERIURBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: O CASO DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS .....</b>	<b>71</b>
Resumo .....	71
Abstract.....	71
<b>3.1 Introdução.....</b>	<b>72</b>
<b>3.2 O contexto local .....</b>	<b>74</b>
3.2.1 Breve histórico agrário do estado de São Paulo .....	74
3.2.2 A Região Metropolitana de Campinas.....	76
3.2.3 O município de Americana .....	78
<b>3.3 O assentamento Milton Santos .....</b>	<b>82</b>
3.3.1 O acampamento Milton Santos .....	82
3.3.2 O assentamento Milton Santos .....	87

3.3.3 O acesso às cidades .....	88
<b>3.4 As famílias assentadas .....</b>	<b>92</b>
3.4.1 A experiência de vida dos chefes das famílias assentadas .....	92
3.4.2 Os e as chefes das famílias.....	94
3.4.3 As famílias .....	96
3.4.4 Os membros das famílias .....	97
<b>3.5 A renda familiar e o acesso a bens .....</b>	<b>102</b>
<b>3.6 A agricultura e os recursos naturais.....</b>	<b>108</b>
3.6.1 A agricultura realizada pelas famílias com estratégia de renda agrícola em comparação às pluriativas .....	114
3.6.2 A organização social em torno da atividade agrícola.....	115
3.6.3 O trabalho em atividades não-agrícolas no assentamento.....	116
<b>3.7 As dinâmicas de trabalho .....</b>	<b>117</b>
3.7.1 A dinâmica do trabalho agrícola no assentamento .....	117
3.7.2 A dinâmica do trabalho agrícola realizado por famílias com estratégia de renda agrícola.....	119
3.7.3 A dinâmica do trabalho agrícola realizado por famílias pluriativas .....	120
3.7.4 O trabalho do membro pluriativo.....	121
<b>3.8 Considerações finais.....</b>	<b>124</b>
<b>4. ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO DO PARANÁ: O CASO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO.....</b>	<b>131</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>131</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>131</b>
<b>4.1 Introdução .....</b>	<b>132</b>
<b>4.2 O contexto local.....</b>	<b>134</b>
4.2.1 Breve histórico agrário do estado do Paraná: região de Curitiba .....	134
4.2.2 A Região Metropolitana de Curitiba .....	137
4.2.3 O município da Lapa.....	140
<b>4.3 O assentamento Contestado .....</b>	<b>142</b>
4.3.1 O acampamento Contestado .....	142
4.3.2 O assentamento Contestado .....	145
<b>4.4 As famílias assentadas entrevistadas .....</b>	<b>149</b>
4.4.1 A experiência de vida dos chefes das famílias assentadas .....	149
4.4.2 As famílias .....	153
4.4.3 Os membros das famílias .....	155
4.4.4 Condições de moradia.....	158
<b>4.5 A renda familiar e o acesso a bens .....</b>	<b>159</b>
<b>4.6 A agricultura e os recursos naturais.....</b>	<b>165</b>

4.6.1 A produção animal .....	172
4.6.2 A agricultura realizada pelas famílias com estratégia de renda agrícola em comparação àquelas pluriativas .....	174
4.6.3 O trabalho e a produção das atividades para-agrícolas .....	175
<b>4.7 As dinâmicas do trabalho .....</b>	<b>176</b>
4.7.1 A dinâmica do trabalho agrícola no assentamento .....	176
4.7.2 A dinâmica de trabalho dos membros pluriativos .....	178
<b>4.8 Considerações finais .....</b>	<b>179</b>



## RESUMO

### **Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares**

Diante do agravo das crises ambiental e social, ações públicas de reforma agrária permitem a criação de assentamentos próximos a Regiões Metropolitanas, buscando conciliar a produção agrícola e a preservação ambiental. Nesta perspectiva, este estudo buscou levantar elementos para alimentar o debate sobre a pluriatividade em áreas de reforma agrária. A proposta visa debater as formas, impactos e significados que a pluriatividade representa nestas áreas. O exame do fenômeno ocorreu em três níveis: o contexto histórico do território, as características do assentamento e suas ligações com a cidade e os aspectos socioeconômicos e produtivos das famílias assentadas. O estudo revelou que a pluriatividade emerge com significados diferentes dependendo do contexto histórico do território e das características e estratégias das famílias assentadas. Em todos os casos, a pluriatividade, de distintas naturezas, contribuiu com a reprodução agrícola das famílias, no entanto com impactos diversos no desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Multifuncionalidade; Pluriatividade; Assentamentos rurais; Reforma agrária



## ABSTRACT

**Pluriactivity in assentments near large urban centers: the place of agriculture in family strategies**

Public actions of land reform allow creation of assentments near metropolitan areas to conciliate agriculture and environmental conservation facing the worsening in environmental and social crisis. In this perspective, the present study surveyed elements to support argumentation on pluriactivity in assentment areas. The proposal aims to debate ways, impacts and meanings that pluriactivity represents in these areas. Examination of this phenomenon was carried out in three levels: the historical context of the land, the assentment characteristics and their relationships with town, and socio-economic and productive aspects of settlers. The analysis shown that pluriactivity comes up with different meanings according to both historical context of the land and characteristics and strategies of the settlers. In all cases pluriactivities of distinct natures contributed to agricultural reproduction of families, however with diverse impacts on local development.

Keywords: Family Agriculture; Multifunctionality; Pluriactivity; Rural Assentments; Land Reform



## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Porcentagem de famílias conforme a estratégia de renda adotada e o número de membros .....	98
Tabela 3.2 - Fontes e valor da renda anual em 2013 (em salários mínimos de R\$ 678,00) segundo a estratégia familiar das famílias entrevistadas no assentamento Milton Santos, Americana-SP .....	105
Tabela 3.3 - Produtos e quantidade (kg) de alimentos comercializados por meio do PAA em 2013, conforme a estratégia familiar no assentamento Milton Santos, Americana-SP .....	110
Tabela 4.1- Participação das fontes (%) na composição da renda total segundo a estratégia familiar no assentamento do Contestado, Lapa-PR .....	160
Tabela 4.2 - Fontes e valor da renda anual em 2013 (em salários mínimos de R\$ 678,00) segundo a estratégia familiar das famílias entrevistadas no assentamento Contestado, Lapa-PR .....	160



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Proporção de área cultivada com cana de açúcar em porcentagem em relação à área cultivada com lavouras temporárias entre 1990 e 2010.....	82
Gráfico 3.2 - Pirâmides etárias da população assentada e dos membros das famílias com estratégias agrícola e pluriativas respectivamente .....	99
Gráfico 3.3 - Número de assentados por faixa etária e grau de escolaridade .....	102
Gráfico 3.4 - Pirâmides etárias dos membros que realizam atividades agrícolas e pluriativas respectivamente .....	123



## LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Localização do Município de Americana .....	78
Figura 4.1 - Localização do município da Lapa, PR .....	138



## LISTA DE SIGLAS

ACOTERRA – Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista.

APA – Área de Preservação Ambiental.

APP – Áreas de Preservação Permanente.

CCC – Circuitos Curtos de Comercialização.

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

OCS – Organismo de Controle Social.

ONG – Organização Não Governamental.

PAA/ DS – Programa de Alimentação Escolar na modalidade Doação Simultânea.

PCB – Partido Comunista do Brasil.

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

PEA – Pessoa Economicamente Ativa.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONERA – Programa de Educação da Reforma Agrária.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RMC – Região Metropolitana de Campinas.

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo.

SIPRA – Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária.

SM – Salário Mínimo.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade social ainda é frágil em parte da América Latina (SACHS, 2004), tornando pertinente a construção de uma estratégia endógena para o desenvolvimento incluyente com base no trabalho (ABRAMO e TODARO, 2002) e na promoção de liberdades individuais (SEN, 2010). A propósito, de cada dez trabalhadores no mundo, nove trabalham para o mercado interno (FERRER, 2002).

De fato, a transição de uma econômica capitalista em crise para uma fase de Bem Estar Social, tal como no pós-guerra europeu, pode ter maior êxito buscando-se oportunidades no mercado interno (ROMEIRO, 1998; SACHS, 2004). Logo, o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária, por seus efeitos econômicos, sociais e ambientais, desempenham um papel estratégico em processos de transição desta natureza (VEIGA, 2008; SACHS, 2004), uma vez que o maior potencial de empregos e auto empregos decentes no meio rural reside na agricultura familiar (VEIGA, 2000; SACHS, 2004), na qual se encontram 74,4% dos ocupados na agricultura (IBGE, 2006).

No entanto, as políticas públicas agrárias no Brasil tendem a privilegiar a agricultura em larga escala, exportadora e mecanizada (DELGADO, 2005; GRAZIANO SILVA, 1998). As consequências deste privilégio, em conjunto com a sobrevalorização cambial e o estímulo às importações culminaram nos do anos 90, por exemplo, em grave crise no setor agrícola (SCHNEIDER e RADOMSKY, 2003).

Tal crise se configurou com a queda de 40% na rentabilidade dos principais produtos agropecuários entre 1981/8 e 1991/95 (SCHNEIDER, 2003; KAGEYAMA, 1997). Como resultado, os agricultores familiares buscaram estratégias produtivas mais autônomas e resistentes aos efeitos adversos do mercado, numa perspectiva que pode ser definida como recampezinização (PLOEG, 2009). Nesta linha, como estratégia utilizada pelos agricultores familiares foi uma crescente diversificação das formas de ocupação e trabalho.

Nos anos 80, o trabalho em atividades agrícolas crescia 1,1% ao ano. Já entre 1992/95, passou a diminuir -0,9% ao ano, sem que o êxodo rural aumentasse neste período (GRAZIANO SILVA, 2001). Em outras palavras, a grande massa dos agricultores familiares tornou-se viável por meio da pluriatividade, isto é, buscando empregos no mercado de trabalho diversificado para que a renda familiar deixasse de depender exclusivamente da produção agropecuária.

Em 2000, 20% das famílias rurais brasileiras eram pluriativas (SCHNEIDEIR, 2005) e no último Censo Agropecuário de 2006 são 26%. No estado de São Paulo, 34% das famílias são pluriativas e no Paraná 28% (IBGE, 2006). A taxa de crescimento de ocupação em atividades não-agrícolas é maior que nas ocupações agropecuárias, principalmente em razão da proliferação das indústrias e agroindústrias no campo (GRAZIANO SILVA, 1999).

Diante deste contexto de transformações das ocupações rurais, redução da renda agrícola, reestruturação econômica e comercial (globalização) e crescente preocupação ambiental, o atual debate sobre a reforma agrária toma contornos de caráter socioambiental. Notadamente, alimenta este debate a proposta de assentamentos sustentáveis em Regiões Metropolitanas, que passa a apontar para novos desenhos das políticas de reforma agrária.

Na concepção deste tipo de assentamento é importante considerar o perfil do público, o crescimento da pluriatividade, as mudanças nas relações campo-cidade e as especificidades regionais. Os projetos não precisam ter maior caráter agrícola, mas é fundamental que a reforma agrária seja regionalizada e traga aumento das ocupações rurais. Logo, desta ideia, implantaram-se assentamentos sem caráter estritamente agrícola, especialmente na região Centro-Sul do país.

Nestas circunstâncias, muitos assentamentos produzem de forma agroecológica. Localizados em áreas urbanas ou rurais próximas a cidades, estes assentamentos são propícios para o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas, mescladas com não-agrícolas, explorando a pluriatividade como forma de aumentar a renda dos agricultores assentados. Entretanto, tratam-se de experiências bastante incipientes, cuja análise dos seus limites e potencialidades está em aberto.

No contexto destes assentamentos, a abordagem multifuncional permite que os instrumentos de promoção do desenvolvimento rural explorem as funções “não produtivas” da agricultura (MORUZZI MARQUES e FLEXOR, 2007). Estas funções se relacionam com a reprodução socioeconômica das famílias, a segurança alimentar (consumo próprio), a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, tal como sugeridas por Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003). Todavia, estas funções estão longe de serem plenamente reconhecidas.

O novo uso do espaço produtivo nos assentamentos cria empregos diretos e indiretos de menor custo do que em outros setores (ABRAMOVAY, 1998; HEREDIA et al., 2002). Em estudos de Guanziroli (2001), constatou-se que em média cada estabelecimento agrícola familiar pode gerar três ocupações diretas a um custo médio estimado de 31 mil reais/família/ano (LEITE, 2007). Já, Navarro (2001) considera que a criação de assentamentos rurais tem a finalidade apenas de manter estoques excedentes de mão de obra no campo.

Consideramos, no entanto, de outra perspectiva, que a implantação de assentamentos reflete na ampliação da produção, de forma menos concentrada, gerando crescimento na circulação local de bens, serviços e capital. Assim, há impactos positivos na arrecadação de tributos e no aumento dos investimentos públicos (ROMEIRO, 1998).

Em virtude destes benefícios, a reforma agrária no século XXI torna-se um instrumento pujante de inclusão social, criando ocupações para uma população sem qualificação profissional, habilitando-a a novas formas de inserção no mercado de trabalho (GRAZIANO SILVA, 1999). Desta forma, a reforma agrária promove ganhos em qualidade de vida (LEITE e MEDEIROS, 2004; SEN, 2010), diminuindo o êxodo rural e conseqüente o inchaço urbano.

Diante dos reflexos gerados no mercado interno pela criação destes assentamentos, convém interrogarmos até que ponto eles se desenvolvem em bases sustentáveis. O desenvolvimento visto por Amartya Sen (2010) e por relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, se refere a expansão das liberdades, o que implica na remoção das formas primordiais de privação da liberdade, como a pobreza, tirania, falta de oportunidades econômicas e de serviços públicos.

Esta perspectiva de desenvolvimento se associa à base sustentável nas quais é fundamental a harmonização dos objetivos sociais, econômicos e ambientais para o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002). Ainda é possível considerar para nossos propósitos que o desenvolvimento sustentável depende da reformulação das políticas agrárias, principalmente no sentido de adequá-las às radicais mudanças das relações cidade-campo, ocorridas notadamente a partir do último quarto do século passado (VEIGA, 2008).

Desta forma, tendo em vista as transformações do espaço rural brasileiro, com a incorporação de novos elementos à pauta do desenvolvimento rural, esta

pesquisa visa sistematizar informações sobre quais são as características e as formas de emergência e manifestação da pluriatividade em assentamentos, que conciliam a produção agrícola e a preservação dos recursos naturais nos contextos locais e regionais em dois diferentes territórios das regiões Sul e Sudeste do país. A experiência destes assentamentos se apresenta como elucidativa da complexidade de temas como a pluriatividade, as políticas públicas agrárias e o desenvolvimento em bases sustentáveis.

Em nível teórico, a pesquisa busca contribuir para geração de conhecimentos sobre o desenvolvimento rural, principalmente no que diz respeito às dinâmicas de trabalho existentes em áreas de reforma agrária, em um contexto de transformação das ocupações dos trabalhadores rurais. Também permitirá a reflexão acerca das mudanças ocorridas no âmbito da política de reforma agrária e a relevância da criação de novas áreas reformadas frente à problemas globais como o desemprego.

Deste modo, este estudo abrangeu duas experiências de assentamentos nos estados de São Paulo e Paraná, em regiões onde a disponibilidade de terra é considerada pelas instituições públicas que gerenciam o programa de reforma agrária brasileiro como um dos fatores limitantes para a reforma agrária, (GRAZIANO SILVA, 2001). Na região Sul, as terras valorizaram 52% no período 2007/2010 e na região Sudeste 15% (AGRIANUAL, 2011). O valor das terras nestes locais são os mais altos do país.

Em razão da pouca força das políticas fundiárias no Brasil, a criação de novos assentamentos tem se realizado com menor quantidade de área. Nestes casos, a redução das possibilidades de obtenção de renda exclusivamente na produção agrícola do lote é evidente.

Na nossa pesquisa, foram selecionadas duas regiões nos estados de São Paulo e Paraná. O critério para tal escolhas se associa com o corte proposto por Cromartie e Swanson (1996) em metropolitano/não metropolitano. Quer dizer, foram consideradas características demográficas como tamanho, densidade do município e critério de contiguidade, relacionado à distância do centro urbano ao assentamento, fator incidente sobre o deslocamento diário para as cidades em busca de trabalho. Com o intuito de entender as dinâmicas no território, foram realizadas revisões bibliográficas, que tiveram como objetivos visitar a história e contextualizar a realidade atual dos territórios em torno dos assentamentos.

Com a compreensão dos macros processos socioeconômicos dos territórios em torno do assentamento, passamos a buscar informações em campo que permitiram conhecer as características dos assentamentos. Em reuniões que ocorreram entre os representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a comunidade foram coletados dados por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos assentados, que representam a visão coletiva da comunidade do assentamento sobre o contexto local e os principais entraves ao desenvolvimento sustentável.

A coleta de dados nos lotes agrícolas ocorreu por meio da técnica de história oral, na qual o entrevistado rememora seu trajeto de vida, complementada com entrevistas semiestruturadas, como já mencionado. Durante as visitas aos lotes, foram levantados dados sociais, econômicos, agrícolas e ambientais que estão relacionadas ao modo de vida e as estratégias internas e externas da família. Os dados foram analisados qualitativamente, mas usando também parâmetros de frequência e porcentagem.

A análise dos dados permitiu examinar informações sobre quais são as características e as formas de ocorrência da pluriatividade em dois contextos distintos, levantando elementos que auxiliam na compreensão de quais fatores e respectivos significados influenciam a emergência de certos tipos de pluriatividade, em detrimento de outros. Nossa hipótese é de que a pluriatividade pode favorecer a reprodução agrícola das famílias e se manifesta de formas diversas a depender do contexto territorial e da resposta que a família oferece às pressões externas, impactando o desenvolvimento local de formas diferentes.

Os resultados desta pesquisa poderão ser utilizados como subsídios por instituições de planejamento municipais, regionais e estaduais para nortear políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável de áreas reformadas, alicerçando uma gestão do território local, incluyente e promotora de Bem-Estar Social. O estudo também aspira contribuir com a reflexão em torno de uma gestão mais responsável dos territórios, instituída com base em princípios de desenvolvimento mais justo e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L.; TODARO R.. **Cuestionando un mito: costos laborales de hombres y mujeres en America Latina**. Lima: PNUD/OIT; 2002. 120 p. Relatório da Oficina Regional para América Latina y El Caribe.
- ABRAMOVAY, R.. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 21 - 50, jan./dez., 1998.
- AGRIANUAL. Anuário da Agricultura Brasileira. **Agrianual 2011**. São Paulo: FNP, 2011. 482 p.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 185 p.
- CROMARTIE, J. SWANSON, L.. Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives**, Washington, v. 11 n. 3, p. 31-39, 1996.
- DELGADO, G. C.. A questão agrária no Brasil 1950 -2003. In: JACCOUD L. (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. cap. 02, p. 51-90.
- FERRER, A.. A Argentina e a globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 37 – 54, jan./abr., 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, J.. Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAMPO PAULISTA, 2., 1998, Águas de São Pedro. **Anais....** Águas de São Pedro: ABCP, 1998. p. 63- 78.
- \_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. 151 p.
- \_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n. 43, p.37-50, fev./mar., 2001.
- GUANZIROLI, C. E.. **A reforma agrária do século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001. 228 p.
- HEREDIA, B.; LEITE, S.; MEDEIROS, L.. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ PPGAS/MN, 2002. 410 p.
- IBGE.. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. 777 p.
- KAGEYAMA. O subemprego agrícola nos anos 90. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 83 – 98, maio, 1997.
- LEITE, S.; MEDEIROS, L. S.. Assentamentos rurais e mudanças locais: introdução ao debate. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Assentamentos Rurais: mudança social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. cap. 08, p. 185 – 225 p.
- LEITE. S.. Mitos sobre a Reforma Agrária Brasileira. **Artigos mensais do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 1, jun., 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/mitos.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2012.
- MORUZZI MARQUES, P. E.; FLEXOR G.. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. **Estudos Rurais II**. Brasília, v. 7, n. 29, p. 45- 65, jun./jul., 2007.
- NAVARRO, Z.. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83 - 100, jan./mar., 2001.

PLOEG, J. D. V.. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PERTESON, P. **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: Agriculturas ASPTA, 2009. cap. 1, p. 17 – 32.

ROMEIRO, A.. **Meio ambiente e dinâmicas de inovações na agricultura**. São Paulo: FAPESP Anablume, 1998. 257 p.

SACHS, I.. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 98 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.

SCHNEIDER, S.. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 99- 120, fev., 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_; RADOMSKY, G. F. W.. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: um estudo de caso do município de Barão. In: SEMINÁRIO SOBRE NOVO RURAL BRASILEIRETO: PROJETO RURBANO – FASE III, 3., 2003, Campinas. **Anais do...** Campinas: UNICAMP, 2003. p. 263 – 320.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade e desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO, F. B. (Org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural: contribuições ao debate**. Brasília: UNB CEAM. 2005. cap. 6, p.131 – 168.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

VEIGA, J., E.. A pluriatividade e desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO, F. B. (Org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural: contribuições ao debate**. Brasília: UNB CEAM 2000. cap. 6, p.135-168.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 3ª edição, 2008. 220 p.



## 2 AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E REFORMA AGRÁRIA.

### Resumo

A partir da década de 1990, o segmento da agricultura familiar é reconhecido, por meio de políticas públicas e pela criação de assentamentos rurais, como protagonista de outro modelo de desenvolvimento rural. Deste então, o espaço rural, ainda passando por transformações decorrentes do processo de modernização agrícola, apresenta novas dinâmicas de trabalho e novas concepções sobre as funções da agricultura e sobre os territórios rurais, causando a emergência de fenômenos de pluriatividade e sobre a multifuncionalidade da atividade agrícola e do espaço rural. Tomando em conta estas transformações, o debate sobre a reforma agrária brasileira incorpora cada vez mais um novo direcionamento, com vistas a adequar a produção agrícola com a sustentabilidade ambiental, o que leva à criação de novos modelos de assentamentos. Deste modo, este artigo busca levantar elementos que permitam discutir em que medida a pluriatividade pode contribuir para reorientar o modelo de desenvolvimento rural norteado pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental em assentamentos rurais próximos a regiões metropolitanas. A análise foca uma perspectiva histórica dos processos de transformação do mundo rural e das dinâmicas econômicas locais, além das motivações familiares na adoção de diferentes estratégias de reprodução social. Nossa hipótese é de que a pluriatividade se manifesta de diferentes formas, a depender do contexto regional e das motivações das famílias, oferecendo resposta aos problemas primordiais dos agricultores, tais como a geração de emprego e renda, a fragilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens e a piora na qualidade de vida.

Palavras-chave: Atividades Não-agrícolas; Pluriatividade; Desenvolvimento Sustentável; Trabalho em Meio Rural

### Abstract

From the decade of 1990 the family agriculture segment is recognized as protagonist of another rural development model by means of public policies and creation of rural assentments. Since then, the rural space still undergoing transformations resulting from the agricultural modernization process presents new dynamics of labor and new ideas about the functions of agriculture and rural areas, what brings up the phenomena of pluriactivity and discussion on the multifunctionality of agriculture and rural areas. Taking into account these changes, the debate on the Brazilian agrarian reform is increasingly shifting towards a new direction in order to adjust agricultural production to environmental sustainability, what leads to establishment of novel assentment models. In this way, the present chapter aims at surveying elements to support discussion on what degree the pluriactivity can contribute to reorient the rural development model, biased by socioeconomic and environmental sustainability, in rural assentments nearby metropolitan regions. The analysis focus on a historical perspective of the transformation process in rural environment and local economic dynamics, besides to family motivation in adoption

of different strategies of social reproduction. Our hypothesis is that the pluriactivity is manifested in different ways depending on the local context and family motivations, and offers response to primary issues of growers such as generation of employment and income, reduction of social and productive fragility, exodus of young people and improvement of life quality.

Keywords: Non-agricultural activities; Pluriactivity; Sustainable Development; Agricultural Labor

## 2.1 Introdução

O agricultor familiar brasileiro tem origem heterogênea e seu reconhecimento em políticas públicas é recente, obtido em meio a lutas por terra e direitos. A propósito, os beneficiários do Programa de Reforma Agrária foram incluídos nas ações públicas destinadas aos agricultores familiares a partir do final dos anos de 1990.

O reconhecimento da agricultura familiar pelo governo ocorreu em um ambiente de abertura política. Naquele momento, o campo sofria reflexos dos efeitos adversos do processo de modernização conservadora da agricultura, da queda da rentabilidade da produção agrícola, da flexibilização das relações trabalhistas, da diminuição do PEA agrícola (Pessoas Economicamente Ativas) e do êxodo rural, de tal forma que estes reflexos levaram a uma maior contestação social.

Neste período nasce o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e se iniciam mudanças importantes na CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), as duas maiores organizações de representação dos trabalhadores rurais. Esta última levantará cada vez mais alta a bandeira da agricultura familiar.

Neste contexto, desenvolvem-se também novas dinâmicas no meio rural, notadamente o aumento das atividades não-agrícolas, a agroindustrialização em menor escala, a pluriatividade e a instalação de neorurais. O novo rural torna-se um espaço de convívio de diferentes categorias sociais que concebem diversas funções ao espaço, tornando-o multifuncional (CARNEIRO e MALUF, 2003). A diversidade no meio rural cresceu e possibilitou a adoção pelas famílias de estratégias diversificadas de valorização de suas atividades, viabilizando sua reprodução, tanto como agricultores, quanto como rurais.

Apesar das especificidades, o rural se aproximou do urbano. O uso da infraestrutura das cidades tornou-se cada vez mais uma estratégia das famílias rurais, fenômeno mais evidenciado em Regiões Metropolitanas.

Estas novas dinâmicas promovem certo estancamento do êxodo rural. Atividades não-agrícolas oferecem oportunidades renovadoras no campo. A pluriatividade torna-se um fenômeno representativo. Entende-se como pluriatividade a interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas realizadas pelas famílias rurais. Em 2006, 34,1% das famílias rurais brasileiras eram pluriativas (IBGE, 2006).

A emergência da pluriatividade pode significar uma forma de assegurar a reprodução da agricultura familiar, bem como representar o definhamento da unidade unicamente agrícola. Trata-se de um meio pelo qual os agricultores solucionam seus problemas cotidianos em função do local em que estão inseridos.

Os impactos da pluriatividade se associam ao maior ganho em renda contribuindo com o bem-estar social das famílias rurais. Porém, a pluriatividade pode ser um sinal de precarização, representando a proletarização dos agricultores. Deste modo, o entendimento da pluriatividade requer a análise dos macro-processos sociais ligados ao contexto local onde o estabelecimento está inserido e o exame das razões pelas quais as famílias rurais se tornam ou não pluriativas.

Desta forma, esta pesquisa visa examinar as expressões e características da pluriatividade em novas modalidades de assentamentos de reforma agrária. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), quando associado às reivindicações por “Comuna da Terra”, tem o intuito de conciliar a produção agrícola e a preservação dos recursos naturais em assentamentos localizados próximos às Regiões Metropolitanas.

Nosso olhar se dirige às atividades agrícolas e não-agrícolas e ao impacto do uso destas estratégias no modo de vida das famílias assentadas. Tal compreensão visa trazer elementos para discussão sobre a viabilidade, significado, importância e perspectivas da implantação de assentamentos sustentáveis, como os PDS e as Comunas da Terra, próximos a Regiões Metropolitanas.

O exame dos elementos acerca da pluriatividade nos assentamentos Milton Santos e Contestado tem como hipótese a expressão de tipos de pluriatividade com características diferenciadas nas duas localidades. Apesar de formas diferentes, em ambos os assentamentos o uso da estratégia representa ganho em renda e

qualidade de vida aos assentados, podendo significar uma estratégia de reprodução social das famílias, escapando do definhamento social.

Os dois assentamentos estudados se localizam nos estados de São Paulo e Paraná, respectivamente. Já que nesses estados estão localizadas as terras mais valorizadas do país, a reforma agrária tem se realizado em áreas menores. As áreas reformadas estão inseridas nas Regiões Metropolitanas de Campinas e Curitiba, com históricos, dinâmicas e situações socioeconômicas diferentes.

Além do contexto diferenciado, os assentamentos selecionados possuem tamanho de áreas produtivas distintas, mais de dez vezes maior uma da outra, fator que acentua as diferenças acerca do papel da pluriatividade.

A população assentada se difere também quanto à trajetória profissional. No assentamento Milton Santos, o público tem origem urbana e, no caso de Contestado, rural. A hipótese da tese é que esta característica não interfere na adoção ou não da estratégia pluriativa, mas pode determinar as características da pluriatividade adotada.

Os assentamentos divergem também em relação à distância da sede metropolitana. Tal implicação pode diferenciar as características e expressões da pluriatividade.

Para realizar esta análise, este primeiro artigo oferece elementos teóricos, que contribuem com o exame sobre o significado da pluriatividade desenvolvida nos assentamentos pesquisados. A primeira parte do artigo aborda a emergência política da categoria da agricultura familiar, com ênfase nos debates sobre os assentados pelo Programa de Reforma Agrária. A ideia é lançar luzes sobre quem é o sujeito social beneficiário da atual política reformista.

Em um segundo momento, é apresentado um recorte sobre o contexto tecnológico, produtivo, socioeconômico, político e ambiental do meio rural a partir dos anos de 1980. A proposta consiste em identificar as novas dinâmicas existentes no meio rural e seus impactos nas estratégias de vida das famílias de pequenos agricultores. Em outras palavras, a primeira parte do artigo busca identificar quem são os beneficiários do Programa de Reforma Agrária e o contexto em que estão inseridos, oferecendo elementos para a compreensão sobre o modo de vida e a escolha das estratégias adotadas pelas famílias assentadas.

A segunda parte do artigo trata sobre a pluriatividade. A ideia é contribuir com a discussão teórica sobre este fenômeno social, passando pela metodologia de

análise, os significados das diversas expressões da pluriatividade e, por fim, a proposta de abordagem para os estudos de casos abordados nesta tese.

Finalmente, a terceira parte do capítulo leva luz à discussão sobre o papel da reforma agrária brasileira na atualidade, considerando as propostas do Estado e do MST para criação de novas modalidades de assentamentos, como os PDS e as Comunas da Terra, que buscam conciliar a produção agrícola com a preservação dos recursos naturais, principalmente em Regiões Metropolitanas. O objetivo é levantar questões para contribuir com o debate sobre os atuais rumos da reforma agrária brasileira perante um novo contexto no meio rural.

## 2.2 A identidade social dos assentados

A economia camponesa não é a base das relações sociais existentes e predominantes no setor agrícola brasileiro não determinando a estrutura e nem mesmo grande parte da organização econômica da agricultura familiar. Predomina, em todo o Brasil, o “sistema de *plantation*” (PRADO JR., 1966).

As alterações no “sistema *plantation*” provocadas pelo surgimento do capitalismo brasileiro acarretaram no desaparecimento lento de seu morador, concomitante ao aparecimento de um proletariado rural e de um campesinato (VELHO, 1976). Estes grupos foram formados por uma diversidade de outros grupos sociais, oriundos de diferentes situações históricas: índios aculturados, mestiços de índias e brancos, descendentes de colonos estrangeiros, brancos empobrecidos, negros libertos.

A atual agricultura familiar brasileira pode ser vista como herdeira deste campesinato. Em âmbito acadêmico, a definição conceitual de agricultura familiar é baseada principalmente em duas linhas. A primeira considera a agricultura familiar moderna como uma categoria nova, que emerge das transformações capitalistas. Deste modo, afasta-se profundamente de suas origens históricas de campesinato (CARNEIRO, 1998b).

Ao contrário, a segunda linha defende a ideia de que a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, ancorado em suas raízes históricas. Logo, as transformações vivenciadas pelos agricultores familiares modernos não representam um rompimento com suas formas anteriores, mas a manutenção de uma tradição camponesa de adaptação às transformações da sociedade (ALTAFIN, 2007).

Nesta segunda linha, a evolução contemporânea da identidade do agricultor familiar moderno se constrói pelas lutas por terra desde meados de 1950. As lutas, inicialmente, possibilitaram o seu reconhecimento como “lavradores” ou “trabalhadores agrícolas”. Na década seguinte, a identificação passa a ser como “camponeses” e foi resultado do processo organizativo auxiliado pelas Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (MEIDEIROS, 2004).

O fortalecimento do sindicalismo rural, promovido notadamente pelo governo João Goulart permitiu a criação em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que funciona como uma central sindical rural reunindo as demandas em torno das lutas trabalhistas e da reforma agrária. Entre os anos de 1960 a 1970, a CONTAG forjou a representação dos “trabalhadores rurais” e formou sua identidade ligada à esfera do trabalho, apesar de envolver também produtores proprietários e seus meios de produção (MEIDEIROS, 1989).

Todavia, a CONTAG perde poder com a transição democrática. Novas formas de ação, sobretudo aquelas do MST, colocaram em xeque a postura da CONTAG diante dos conflitos no campo. Muitos sindicatos vinculados à CONTAG eram tidos como assistencialistas, portanto, incapazes de dar consistência à luta dos trabalhadores e de promover mobilizações sociais, tal como o MST as realizava (MEIDEIROS, 1989).

A propósito, as formas mais arrojadas de ação em favor dos trabalhadores rurais se desenvolviam, notadamente, graças ao apoio de correntes da Igreja Católica influenciadas pela Teologia da Libertação. Em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é criada e fortalece as bases das oposições sindicais. O nascimento das instituições de oposição sindical é concomitante ao processo de intensificação dos conflitos agrários das décadas de 1970 e 1980, quando rendeiros, foreiros e posseiros tentam resistir à expulsão da terra (MEIDEIROS, 1989).

Estes conflitos agrários resultam no nascimento do MST em 1984, que contribui para o fortalecimento da construção da identidade de “trabalhadores rurais”. A emergência de novos atores ocorre, em última análise, oferecendo maior visibilidade política à categoria dos trabalhadores rurais (MEIDEIROS, 2004).

Na década de 1990, os processos de transformações socioeconômicas e produtivas são acentuados no meio rural, gerando grandes transformações

socioeconômicas no campo (tais processos são tratados no próximo tópico). Neste quadro, a luta pela terra gerou uma perda de importância política da categoria “assalariado”. Em contrapartida, ganha relevância no sindicalismo a categoria de agricultor familiar, que remete à defesa de um novo modelo de desenvolvimento rural (MEDEIROS, 2004).

Substituindo a categoria “pequeno produtor” neste âmbito sindical, a agricultura familiar torna-se, portanto, foco central na concepção deste novo modelo de desenvolvimento. É assim, que a CONTAG passa a reivindicar políticas agrícolas voltadas à categoria familiar, o que permitiu o nascimento do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Mais tarde, no final da década de 1990, os assentados passam a ser englobados como agricultores familiares, o que promove a consolidação da categoria “agricultura familiar” no âmbito das políticas públicas brasileiras.

A homologação da Lei 11.326/2006 constituiu uma etapa maior deste processo. A lei fixa diretrizes para o setor agrícola familiar e o uso “operacional” do conceito centrado na caracterização geral de um grupo social heterogêneo. A lei estabelece, portanto, as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Convém apresentar aqui como a agricultura familiar foi assim definida:

*“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:*

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;*
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;*
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;*
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.*

*§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.*

*§ 2º São também beneficiários desta Lei:*

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;*
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;*

- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;*
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.”*

De acordo com estudo da FAO/INCRA (2001) *apud* Guanziroli (2001), o universo de unidade de produção familiar é caracterizado pela direção do trabalho no estabelecimento, que deve ser exercida pelo produtor e pelo maior uso de trabalho familiar em relação ao contratado. Tais características possibilitam uma grande diversidade de tipos e origens das categorias familiares.

Da mesma forma que a agricultura familiar tradicional, a população assentada tem origens sociais diversas. Portanto, não há uma categoria unificadora que abranja todos numa uniformidade de situação de origem, como “excluído” ou “sem terra”. A diversidade sugere que os beneficiários do Programa de Reforma Agrária são os marginalizados de várias categorias sociais, cuja precarização ocorreu em decorrência das transformações econômicas, sobretudo na agricultura (MARTINS, 2003).

O público beneficiado pela reforma agrária são pessoas que não conseguiram requalificar-se e reinserir-se em outras atividades econômicas, após a extinção ou precarização de suas ocupações originais. Os assentados são sujeitos sociais diferentes daqueles contratados. Em grande medida, o trabalhador sem terra busca o moderno, ligar-se ao mercado e aos seus benefícios socioeconômicos: “*sua meta é um projeto de vida e não apenas a sobrevivência*” (MARTINS, 2003, p.84). Trata-se, no fundo, de um trabalhador-empREENDEDOR em conflito com a economia impessoal (MARTINS, 2003).

Até a década de 1990, grande parte dos assentados brasileiros vivenciaram seu trajeto de vida em áreas rurais, com experiência em trabalhos agrícolas como proprietários expropriados, filhos de agricultores familiares, trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários e parceiros, que tinham acesso precário à terra (MEDEIROS *et al.*, 2004). O estudo de Medeiros e colaboradores (2004), destaca em diversas regiões brasileiras que 72% dos assentados habitavam e trabalhavam em áreas rurais imediatamente antes da instalação no assentamento.

Nos primeiros anos da década de 2000, uma nova proposta de reforma agrária incorpora o beneficiário cuja mentalidade não foi construída com base na experiência do trabalhador agrícola e do cotidiano da vida no campo. Suas

referências são urbanas, ou seja, o modo de vida que ordena seu entendimento do que é o trabalho e seus respectivos frutos é urbano (MARTINS, 2003). As razões pelas quais estes sujeitos retornaram ao campo são justificadas pelas condições de vida de famílias de baixa renda urbanas, repletas de privações de liberdades individuais e inseguranças (MORUZZI MARQUES *et al.*, 2014b).

A nova proposta de reforma agrária não é restrita ao camponês sem terra, agora é uma luta de outros segmentos sociais como os trabalhadores proletários urbanos, os subproletários, os desempregados e todos os trabalhadores subempregados (GOLDFARB, 2006). Vale lembrar que cada assentado tem uma história particular e uma experiência de necessidades, privações e luta singular. As histórias pessoais não têm uma tendência linear e uma conjunção de causas similares e trajetórias coincidentes (MARTINS, 2003).

Em suma, o campesinato brasileiro é composto por diversos grupos sociais, que historicamente formaram o agricultor familiar moderno, cuja identidade se construiu em meio às lutas por terra e direitos. Na década de 1990, o segmento da agricultura familiar é reconhecido pelas políticas públicas e há a criação de assentamentos rurais, cujos beneficiários são os marginalizados de várias categorias sociais que sonham com um novo projeto de vida. De outra forma, são trabalhadores empreendedores, que vivenciaram experiências de trabalho e de cotidiano de vida, tanto em meio rural como urbano.

### 2.3 O espaço rural

Os reflexos da crise do sistema fordista de produção e os efeitos danosos de caráter socioeconômico, ambiental e político que foram gerados pelo processo de modernização agrícola brasileiro iniciado nos anos de 1950, acentuaram-se a partir da década de 1980. Em decorrência, emerge uma nova configuração no campo estabelecida por três grupos de atividades: um ligado a commodities e à agroindústria e os outros dois constituem um bloco de várias atividades não-agrícolas e outras relacionadas à nichos de mercado (GRAZIANO SILVA e DEL GROSSI, 2002a).

Emerge assim no meio rural dinâmicas econômicas promotoras da pluriatividade tais como: atividades econômicas de produção direta e indireta de bens e serviços agropecuários, as atividades agropecuárias de produção destes

bens, atividades agroindustriais de processamento de bens agropecuários, atividades do consumo intermediário de insumos não-agrícolas, serviços auxiliares das atividades econômicas de produção de bens e serviços agropecuários, atividade de consumo final da população rural, atividades derivadas da grande disponibilidade de mão de obra e atividades relacionadas ao setor imobiliário (GRAZIANO SILVA e DEL GROSSI, 2002b).

A nova configuração da dinâmica socioeconômica e produtiva do meio rural surge concomitante a uma queda brusca da rentabilidade da produção agropecuária que chega a 40% entre as décadas de 1980 e 1990 (KAGEYAMA, 1997), ocasionando múltiplos impactos nos diferentes tipos de produtores familiares. A queda da rentabilidade foi devido à diminuição dos preços dos produtos agropecuários, a elevação dos custos do trabalho, do crédito rural e da redução do ritmo de inovação no setor (GRAZIANO SILVA e DEL GROSSI, 2002b; KAGEYAMA e HOFFMANN, 2000).

Mesmo com a queda da rentabilidade da produção agropecuária, o êxodo rural diminuiu nos anos 80, mas o êxodo agrícola acentuou-se em razão do mercado de trabalho, que sofria transformações decorrentes também da crise do sistema fordista de produção e dos efeitos da modernização agrícola. A procura de trabalho por habitantes do meio rural aumenta, a pressão sobre o mercado de trabalho urbano não é mais apenas por aqueles que residem nas cidades, mas também pela disputa dos postos de trabalho urbano por residentes do campo (GRAZIANO SILVA, 2001).

As rendas oriundas de atividades não-agrícolas na década de 1990, eram 32% maiores que aquelas agrícolas (GRAZIANO SILVA, 1999). Para Schneider (2009b), em estudo no Sul do país, a maior parte das famílias com renda não-agrícolas tem renda per capita duas vezes maior, que aquelas com renda apenas proveniente da agricultura. Logo, transformações nas fontes de renda das famílias rurais contribuíram com a diminuição do êxodo rural e dos fluxos migratórios.

A diversificação de renda das famílias rurais é uma das fases do avanço do processo de modernização agrícola. É reflexo da simplificação do número de tarefas agropecuárias e da automação, que possibilitaram a terceirização e individualização do trabalho, permitindo que outros membros da família realizem outras atividades agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento (GRAZIANO SILVA e DEL GROSSI, 2002b). Vale lembrar que em contextos de acentuada

modernização, os agricultores tendem a sofrer mais os reflexos da perda de autonomia tecnológica, dos aumentos dos custos de produção e da queda da rentabilidade (SACO DOS ANJOS, 2003).

Ademais, as rendas de aposentadorias e pensões são relevantes, especialmente entre as famílias de pequenos proprietários (SCHNEIDER, 2009b; GRAZIANO SILVA e DEL GROSSI, 2002a), que obtêm quase 30% dos seus rendimentos desta fonte (SCHNEIDER, 2009b). Este quadro é reflexo das mudanças na legislação previdenciária rural nos anos 2000, que permitiu o aumento da cobertura da previdência social. Ademais, o envelhecimento da população rural acentua a importância desta fonte de renda no campo. Os benefícios previdenciários rurais implicaram em mudanças positivas, como a permanência de idosos no campo, melhor distribuição de renda e a dinamização da economia local (ALBUQUERQUE *et al.*, 1999).

Por outro lado, a atual fase do processo de modernização da agricultura provoca uma nova visão do espaço rural, que é gerada pelas novas dinâmicas e pela ampla diversidade econômica. O resultado é a emergência de uma diversificação dos espaços rurais e o convívio de categorias sociais distintas. O rural tornou-se um espaço ainda mais diversificado gerando dinamismo e conflitos.

Desta forma, desenvolve-se um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, que passam a atribuir prioridade à destinação produtiva do meio rural, ou preferem associá-lo a uma melhor qualidade de vida ou a situar estes espaços como um bem coletivo, parte do patrimônio ambiental. Desta maneira, concebe-se por vezes o território rural nas palavras de Wanderley (2009, p. 280) “*um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e de redes integradas com o conjunto da sociedade na qual está inserida*”.

Nos anos de 1990, o espaço rural deixa de ser visto apenas como produtor de mercadorias agrárias, ou ofertante de mão de obra e passa a ser enxergado como um espaço multifuncional dentro de um espaço local-regional. Desta forma, concebe-se a multifuncionalidade da agricultura, que pode ser expressa na realidade brasileira em quatro grupos de funções: garantir à reprodução socioeconômica das famílias rurais, a promoção da segurança alimentar dos rurais e dos cidadãos, a manutenção do tecido social e cultural do campo e por fim, a preservação dos recursos naturais e da paisagem natural (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009).

De modo semelhante, além de desempenhar a função produtiva, os assentamentos rurais passaram a serem vistos como territórios multifuncionais, caracterizados por sistemas produtivos conduzidos por agricultores familiares, que povoam e fortalecem o território, promovendo a segurança alimentar, participando da interdependência em redes, fomentando a sustentabilidade socioeconômica, produtiva e a preservação dos recursos naturais. Notadamente, esta última se desenvolve de maneira concomitante à criação de uma complexa pluralidade de novas atividades econômicas, como as relacionadas ao setor de turismo (MACHADO, 2005).

Visto nesta ótica, nota-se que a cidade e o campo se relacionam de forma complementar e não dependente, afinal são espaços e modos de vida particulares (CARNEIRO, 1998b, WANDERLEY, 2014). Pode se dizer que existe um *continuum* entre o meio rural e o meio urbano (CROMARTIE e SWANSON, 1996).

Esta abordagem teórica indica o fim das formas tradicionais da dicotomia rural urbana, mas o *continuum* urbano-rural assume significados diferentes para os diversos atores. Caso predomine um ponto de vista enfocando a urbanização do campo, tal concepção corresponde a uma visão urbana centrada. No entanto, nem todos aqueles que se referem ao *continuum* rural-urbano defendem a homogeneização destes espaços e o fim do rural (WANDERLEY, 2009), como é o nosso caso.

Nesta ótica, o meio rural pode ser visto com um espaço de base para relações sociais específicas, um espaço singular de vida, mutável e transformador (KAYSER, 1987 *apud* WANDERLEY, 2009). Nas palavras de Wanderley (2009, p.270) trata-se de “*um lugar de onde se vive e de onde se vê e se vive o mundo*”. É um espaço físico diferenciado, resultante especialmente da ocupação territorial e das formas de dominação social cuja estrutura se funda na posse e uso da terra e de outros recursos naturais.

Para compreender o espaço rural em âmbito micro, a investigação passa pelo exame das dinâmicas interna e externa das unidades familiares de produção. Na questão interna, a análise destaca o papel das famílias tendo em vista o patrimônio familiar. As famílias são depositárias de uma cultura cuja reprodução é fundamental para dinamização técnica, socioeconômica e ambiental. Vale lembrar que a maior ameaça ao dinamismo do meio rural é o êxodo da sua população.

As dinâmicas internas rurais não são isoladas, mas estão integradas a espaços mais amplos através de relações com o mercado e a vida urbana. Em outras palavras, as dinâmicas internas rurais são ligadas às dinâmicas externas globais (WANDERLEY, 2004).

As inter-relações entre o rural e o urbano são estabelecidas a partir da distribuição espacial da infraestrutura básica da cidade. Os habitantes do campo constroem uma área de circulação centrada no local de moradia e se movem em busca de bens e serviços necessários, realizando o menor espaço e percurso para acesso a bens, serviços e trabalho. As interações rurais e urbanas têm intensidades e formas distintas a depender dos objetivos, frequência e espaço de deslocamento percorrido. O conceito de mobilidade e acessibilidade é tido como intrínseco à experiência dos moradores rurais, logo, é intrínseca a sua estratégia de reprodução (WANDERLEY, 2004).

Para Abramovay (1998), o crescimento das grandes cidades é uma fonte potencial de dinamização do meio rural. Nesta ótica, políticas voltadas para a criação de assentamentos terão sucesso, quanto mais tiverem oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. Ademais, estudo de Kageyama e Rehdler (1993) revela alta correlação entre o grau de urbanização do interior dos estados e o nível de vida da sua população rural. A apropriação da cidade é uma estratégia da agricultura familiar (KAGEYAMA e REHDLER, 1993).

O espaço mais próximo à cidade é mais diretamente afetado pela influência urbana (diferente do rural profundo). Trata-se do chamado rural periurbano, considerado rural para se distinguir dos subúrbios e das periferias urbanas, como propõe Wanderley, (2009). O assentamento Milton Santos, um dos focos desta pesquisa, encontra-se neste espaço. Já o assentamento Contestado localiza-se em zona intermediária, entre o espaço rural mais profundo e aquele periurbano.

Os espaços periurbanos são tidos como plurifuncionais com características e usos do solo tanto urbano como rural e podem estar dispersos, fragmentados e apresentar ausência de estrutura urbana, o que possibilitaria identificá-lo como uma unidade espacial. Trata-se de um espaço marcado por profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano (MIRANDA, 2008). Reflete uma mistura

complexa de atividades de uso do solo típicas do campo, em meio às atividades e objetos tradicionais da cidade.

Já as Regiões Metropolitanas onde se localizam as áreas periurbanas em que estão inseridos os assentamentos em estudo nasceram como polos de atividades econômicas, condicionantes de todo o comportamento econômico da região. Para Grau (1989), as Regiões Metropolitanas podem ser conceituadas como um bloco territorial, intensamente urbanizado e com alta densidade demográfica. São polos de atividades econômicas com estrutura própria definida pelas suas funções e fluxos peculiares, que formam uma mesma comunidade socioeconômica distinguida apenas pelas várias jurisdições políticas e territoriais.

Em outras palavras, emerge a configuração de um “contexto rural” favorável à diversificação das fontes de renda dos habitantes do campo. O espaço rural torna-se, também, mais diverso. Neste contexto, demandas urbanas atribuindo múltiplas funções ao rural se intensificam, tais como a preservação dos recursos naturais e a prestação de serviços como o turismo. Deste modo, o espaço rural passa a ser visto como complementar e não dependente das cidades. É neste contexto que se inserem as famílias rurais que traremos nesta pesquisa.

Considerando a formação da identidade social dos assentados e as macrodinâmicas socioeconômicas do campo que levantam os elementos que auxiliem na compreensão do modo de vida das famílias rurais contemporâneas, trataremos agora sobre a teoria social que busca explicar a estratégia pluriativa e suas formas de expressão.

## **2.4 Pluriatividade**

### **2.4.1 A construção contemporânea do conceito de pluriatividade**

Atividade é entendida como a realização de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral. As atividades agrícolas resultam em produtos agrícolas *in natura*. Já atividades para-agrícolas são um conjunto de tarefas que transforma, beneficia ou processa produtos agrícolas ou derivados, oriundos do próprio estabelecimento rural ou fora dele, além da prestação de serviços ligados à agricultura, como o agroturismo (pesque-pague, café colonial, visitas pedagógicas à produção agrícola, pousada em estabelecimento

agropecuário). As atividades não-agrícolas são tipos de empregos em ramos e setores econômicos e produtivos tidos como não-agrícolas (SCHNEIDER, 2009b). A pluriatividade é a interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas.

Nos anos de 1980, os enfoques analíticos sobre a pluriatividade usam os termos “*part-time farming*” e “*pluriactivité*”, quase como sinônimos, sendo as diferenças ligadas às tradições inglesas ou francesas de estudos rurais. De fato, os termos abrigaram interpretações diferentes para a diversificação das fontes de renda. Logo, devido às divergências é pertinente olhar com muita atenção para este fenômeno (SCHNEIDER, 2009b).

O conceito “*part-time farming*” em princípio foi utilizado para distinguir os agricultores que produziam apenas com o intuito de autoconsumo, daqueles que se preocupavam com a produção comercial (FÜLLER, 1984 *apud* SCHNEIDER, 2003). Precisamente, o termo se refere a uma unidade produtiva que requer menos de um ano completo de trabalho (FÜLLER e BRÜN, 1988). No entanto, o conceito não permite diferenciar a unidade produtiva (espaço físico) de seus ocupantes (unidade doméstica).

A partir do surgimento de novas ferramentas de análise no início dos anos de 1980, Füller e Brün (1988) propuseram substituir o termo “agricultura em tempo parcial” por “unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo” e, depois, “pluriatividade”. O conceito se refere à análise da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas (SCHNEIDER, 2009a).

Com estas mudanças, ampliam-se os objetos de pesquisa para as relações entre a agricultura e o sistema agroalimentar e, também, entre os agricultores e o mercado de trabalho, incorporando relações baseadas em aspectos intrafamiliares (SCHNEIDER, 2009b). Vale lembrar, como destaca Carneiro (2006), o termo pluriatividade foi importado do campo técnico-político, onde era usado para descrever aqueles que não eram vistos como “verdadeiros agricultores”, pois não obtinham renda apenas da agricultura.

A incorporação do novo termo torna a unidade doméstica como aquela de análise: o foco já não é mais sobre o chefe da unidade ou o tempo de trabalho dedicado ao estabelecimento agrícola. A análise baseada na unidade familiar admite a agregação de três características fundamentais: a composição demográfica da

família, o processo de tomada de decisão e a junção das vontades e interesses dos indivíduos, considerando suas posições locais e históricas (SCNHEIDER, 2009b).

A concepção de pluriatividade abrange diversos interesses e atividades individuais e familiares, daqueles que vivem na mesma unidade produtiva. Assim, é pertinente distinguir a alocação do trabalho dos membros das famílias, das suas atividades principais, bem como diferenciar o trabalho efetivo das rendas (FÜLLER, 1987). O conceito visa evidenciar estratégias de gestão do trabalho doméstico, que inclui atividades agrícolas e não-agrícolas, que dão suporte a unidade doméstica ou são motivadas por razões alheias à agricultura. Os estabelecimentos com diferentes formas de remuneração e mais fontes de renda e locais de trabalho são mais exigentes em termos de análises multidimensionais.

No Brasil, os estudos sobre a pluriatividade na agricultura familiar se concentraram sobre seus impactos nas economias locais (GRAZIANO SILVA, 2001). As pesquisas neste campo são concomitantes ao debate sobre a (nova) ruralidade e abrangem as relações rural-urbano, as transformações demográficas, as identidades sociais e as representações simbólicas sobre o rural (CARNEIRO, 2000; VEIGA, 2000; MOREIRA, 2002; WANDERLEY, 2004). Estes estudos ganharam impulso com a ampliação de outras pesquisas sobre as transformações do mercado de trabalho rural a partir do Projeto Rurbano<sup>1</sup> (CAMPANHOLA e GRAZIANO SILVA, 2004).

Em resumo, o termo “*part-time farming*” refere-se ao tempo de trabalho na unidade produtiva pelo indivíduo. Já a noção de “*pluriactivité*” aborda a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família rural. Esta concepção do método de análise da pluriatividade permitiu agregar novos elementos decorrentes das transformações no mercado de trabalho, da dinâmica do meio rural e das famílias rurais. O conceito torna a análise mais complexa, sistêmica, multidimensional e multissetorial.

#### **2.4.2 A análise da pluriatividade**

Lênin analisou o processo de diferenciação social promovido pelo capitalismo entre os camponeses russos, que resultou na distinção de três classes no campo:

---

<sup>1</sup> Ver <http://www.unicamp.br>; Instituto de Economia; Projetos; Projeto Rurbano.

pobres, médios e ricos. Os pobres, mesmo proprietários de terras, vendiam sua força de trabalho, o que fez emergir a ideia do que hoje se entende como “agricultura de tempo parcial”. Por sua vez, Kautsky afirmava que estava em curso um processo de transformação dos camponeses russos em proletários, a busca por “atividades acessórias” poderia retardar, mas não evitaria, a desagregação da categoria camponesa (SACO DOS ANJOS, 2003).

Não obstante, Chayanov (1974) opõe-se frontalmente às teses centrais do marxismo agrário, supondo que o avanço capitalista no campo determina a decomposição dos camponeses. Chayanov (1974) explica a persistência dos camponeses pela iniciativa das famílias em prol da realização da satisfação de suas necessidades de consumo, tendo assim uma racionalidade divergente de empresas capitalistas, que perseguem uma taxa média de lucro para intervir junto ao processo de produção.

Chayanov (1974) buscou compreender as razões que levaram os camponeses russos a procurarem por “atividades acessórias”. Seu objetivo analítico foi o de explorar os aspectos organizacionais da unidade econômica camponesa, a partir de seus elementos morfológicos, como o ciclo demográfico familiar.

A hipótese de Chayanov (1974) é a existência de um balanço subjetivo da família entre trabalho e consumo, que visa à perpetuação da unidade econômica camponesa. A abordagem abrange a natureza da motivação da atividade econômica da família e confluí com a perspectiva sociológica weberiana, ao fundamentar a pesquisa no sentido de que o ator social define sua própria atuação (SACO DOS ANJOS, 2003).

A abordagem desse autor situa a família camponesa no primeiro plano explicativo do processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à organização produtiva, alocação da força de trabalho e uso de equipamentos e investimentos. A principal contribuição de Chayanov é a identificação de elementos próprios ao comportamento da família

*“... El tamaño y la composición de la familia trabajadora, el número de sus miembros capaces de trabajar y, además la productividad de la unidad de trabajo y – esto es especialmente importante – el grado de esfuerzo de los trabajadores, el grado de autoexplotación, mediante el cual los miembros laborantes efectúan cierta cantidad de unidades de trabajo em curso del año” (CHAYANOV, 1974 apud Saco dos Anjos 2003).*

Para Chayanov, o entendimento do funcionamento das unidades camponesas pressupõe a compreensão do modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas cotidianos, com vista a manter uma situação de equilíbrio para a reprodução social camponesa. Ademais, ao longo do ciclo vital, o grupo familiar passa por mudanças significativas na relação entre o número de consumidores e trabalhadores, o que reflete em um determinado nível de auto-exploração correspondente à necessidade de compensar as alterações demográficas (SACO DOS ANJOS, 2003).

Tal nível de auto-exploração depende do juízo abstrato da família, que tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo (SCNHEIDER, 2003). Segundo Chayanov (1974), o juízo abstrato é o fator decisivo para definir o grau de auto-exploração das unidades camponesas no que tange ao volume da atividade agrícola, intensidade do trabalho e destino da produção.

Atendida a satisfação das demandas de consumo familiar, ocorre uma situação de equilíbrio que tende a interromper a busca por aumento de produção, dado que outro aumento de trabalho provocaria um desgaste adicional de energia inútil, já que as necessidades familiares de consumo já estariam atendidas. A renúncia da atividade pela família camponesa quando julga ter atingido o “ponto de equilíbrio” serve de premissa para explicar uma impossibilidade teórica da unidade camponesa chegar a acumular capital (CHAYANOV, 1974).

Na perspectiva de Chayanov, a família deve ser analisada sob três aspectos principais. A começar pelo ciclo demográfico familiar, que reflete na variação do uso dos fatores de produção (terra, trabalho e meios de produção). Em seguida, a análise deve levantar o processo interno de diferenciação familiar, que se remete ao processo decisório. Ademais, é necessário examinar o caráter teleológico do comportamento das ações familiares, que organiza o funcionamento dos mecanismos internos de equilíbrio e que é norteador pelo uso ótimo dos fatores de produção, de acordo com o tamanho da família e de seu grau de auto-exploração. Por fim, a análise da composição familiar e da união entre a unidade doméstica (de consumo) e aquela de produção, tendo em vista que a família funciona como um conjunto na gestão de suas rendas, é fundamental (SCNHEIDER, 2003).

A escolha pela família em realizar ou não atividades não-agrícolas é definida em princípio pela variação do ciclo demográfico familiar (CHAYANOV, 1974). Em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para

suas necessidades, ou se há pouco trabalho e alta disponibilidade de mão de obra, os membros da família tendem a buscar outras atividades para ocupar toda a força de trabalho e garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Por exemplo, nas fases em que a família possui filhos pequenos ou quando apenas é composta por casal idoso, o uso do trabalho não-agrícola é menor. Quando há maior aptidão dos filhos ao trabalho, a família amplia sua capacidade laboral possibilitando a realização de trabalho não-agrícola. Em outras palavras, a subocupação da força de trabalho familiar na agricultura possibilita o recurso a pluriatividade (SCNHEIDER, 2003).

O desenvolvimento de atividades não-agrícolas é também relacionado à assimetria da distribuição do tempo de trabalho na agricultura. Ademais, o êxodo para os ofícios não-agrícolas é forte em zonas de grande densidade demográfica, como em Regiões Metropolitanas (SCNHEIDER, 2003). Afinal, a divisão do trabalho entre atividades agrícolas e não-agrícolas é determinada não apenas pela família analisando sua situação, mas também pelas dinâmicas do mercado de trabalho local (CHAYANOV, 1974), geralmente mais intensas nestas regiões.

Nesta perspectiva, a análise da família passa pelo conceito de estratégia. Para Chayanov (1974), estratégia é um aglutinado de ações conscientes e delineadas pela família para alcançar seus objetivos, sendo alicerçada na relação ótima dos fatores de produção. As estratégias não se baseiam em uma racionalidade norteada pelo lucro, mas orientadas pelas necessidades que variam ao longo do ciclo demográfico familiar.

Em seu olhar, Saco dos Anjos (2003) considera que a “Teoria da Diferenciação Demográfica” proposta por Chayanov (1974) reduz os camponeses ao status de “consumidores-produtores”, que controlam empresas formalmente autônomas. Ademais, este autor considera o modelo chayanoviano como estático, ou muito adaptado à realidade russa do início do século XX, que não conhecia a expansão dos complexos mecanismos de obtenção de riqueza econômica e de bens de consumo, que permeiam as formas familiares de produção nas sociedades contemporâneas. Portanto, tratar-se-ia de uma teoria vista com ressalvas, mas que aporta, de todo modo, elementos importantes para análise atual do fenômeno (SACO DOS ANJOS, 2003).

Posteriormente a Chayanov, os avanços teóricos e metodológicos para o estudo sobre a busca por atividades não-agrícolas pelas famílias rurais

contemporâneas acentuaram-se ainda mais, a partir dos anos de 1980, sob a corrente do pensamento social situada na Sociologia das Agriculturas (SCHNEIDER, 2009b). Esta última abriga importante debate teórico e metodológico para investigação da pluriatividade (BUTTEL *et al.*, 1990 *apud* SCHNEIDER, 2009b), e tem abordagem eclética, pluralista, sob enfoque de correntes neomarxistas e neoweberianas.

Estas correntes divergem sobre o papel e a posição dos agricultores diante das alterações do mundo rural sob o capitalismo. De um lado, o foco é direcionado ao contexto a partir da internacionalização do sistema agroalimentar, que transformou e homogeneizou os espaços socioeconômicos e produtivos da agricultura e do mercado de trabalho. De outro lado, o enfoque é no processo de reestruturação da agricultura, a partir do estudo da agricultura familiar e das estratégias que as famílias rurais tem adotado, como a pluriatividade (SCHNEIDER, 2009b).

Marsden (1990), autor com o mesmo enfoque desta pesquisa, propõe que o estudo da pluriatividade passe pela análise das relações sociais internas do grupo familiar e pelos modos de produção da unidade. Tal autor (1995) propõe ainda que sejam investigados os impactos causados pelas transformações do mercado de trabalho nas decisões das famílias rurais. Para tal perspectiva, é necessário analisar as relações sociais e produtivas do estabelecimento, procurando compreender as razões pelas quais as famílias buscam novas fontes de renda fora da propriedade. Como hipótese, Marsden (1990) estima que a participação em um ambiente competitivo impeça que as famílias sobrevivam exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas.

Para Marsden (1995), há uma relação entre o processo de reestruturação da agricultura e o papel funcional da pluriatividade no desenvolvimento dos processos produtivos no espaço rural. A ideia do autor é explicar a perpetuação da agricultura familiar por conceitos fundamentados na ampla mercantilização social e econômica, que ofereceriam alternativas à produção simples de mercadoria.

Para o pesquisador inglês, o processo de reestruturação capitalista na agricultura nasce das mudanças estabelecidas pela crise do modelo fordista de produção e consumo de massa, na década de 1970 (SCHNEIDER, 2003). Em crise, o modelo fordista promoveu a segmentação do mercado de trabalho e novas formas

de organização dos processos produtivos emergiram, o que resultou na descentralização horizontal e na flexibilização das relações trabalhistas.

Segundo Marsden (1995), a realocização econômica, o rearranjo das relações de trabalho rural e a ação do movimento ambientalista resultaram na revalorização do campo. O espaço rural, que antes (no fordismo) apenas desempenhava funções produtivas agrícolas, agora passa a desenvolver múltiplas atividades produtivas e ocupacionais (SCHNEIDER, 2003). As pesquisas sobre a multifuncionalidade da agricultura vêm contribuindo para evidenciar papéis desempenhados pela atividade agrícola, além da produção (CARNEIRO e MALUF, 2003)

Nesta medida, as atividades não-agrícolas podem contribuir para reorientar o modelo de desenvolvimento rural, norteando-o para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Neste caso, a reprodução das famílias no campo pode ocorrer via atividades ligadas à agricultura agroecológica, ecoturismo, turismo rural, artesanato e pequenos beneficiamentos de alimentos (MACHADO e CAUME, 2008), que são incluídas por muitos autores no âmbito da pluriatividade. Porém, outros autores sugerem identificá-las como atividades para-agrícolas (MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2004).

Os estudos de Marsden sobre pluriatividade são complementados pelos de Füller, que analisa o fenômeno como um indicador de diversificação da dinâmica familiar e de sua ligação com a estrutura agrária. A interpretação de Füller (1987) adentra nas relações das famílias com o mercado e o ambiente externo, destacando sua interferência na divisão de trabalho, que são fatores decisórios na adoção ou não da estratégia pluriativa pelas famílias (SCHNEIDER, 2003).

Füller (1987) analisa a pluriatividade evidenciando a família como âmbito da tomada de decisões e elenca elementos relacionados à dinâmica interna familiar e suas formas de ajustes às imposições do mercado e das instituições locais. Para o autor, a motivação das famílias ao decidirem adotar diferentes estratégias e padrões de atividades depende das condições existentes na agricultura, das oportunidades de trabalho externo, da estrutura familiar, das transformações ao longo do ciclo demográfico familiar e da percepção da família ao contexto em que está inserida, considerando suas aspirações e valores (FULLER, 1987 apud SCHNEIDER, 2009a). Deste modo, Füller e Brün (1988) fundamentam como eixo principal da

análise o ciclo de reprodução da família, dado que as decisões a respeito da diversificação dependem de costumes, tradições e necessidades familiares.

Por outro lado, a análise proposta por Füller e Brün (1988) deve abranger três níveis. No primeiro, o exame da pluriatividade parte da premissa de que se trata de uma característica de determinadas economias locais, com projeção espacial e em sintonia com a estrutura econômica, sociocultural e política da localidade. Deste modo, a pesquisa deve identificar fatores regionais ou locais, que estimulam e que restringem o desenvolvimento da pluriatividade. No segundo nível, a análise é da família como âmbito decisório na compreensão das relações entre agricultura e pluriatividade. Por fim, a pluriatividade é vista como um expoente da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais. Em outras palavras, o foco é comparativo e histórico entre as diversas localidades.

A ideia de Füller (1987) é de explorar os fatores que possibilitam explicar as diversas funções da pluriatividade e suas diferentes expressões em situações determinadas de espaço e tempo, tendo como foco a interação entre agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho. O fenômeno toma diferentes formas e funções de acordo com as fontes de renda e inserção no mercado de trabalho.

Mesmo tendo em vista que a pluriatividade é decorrente das transformações do mercado de trabalho, ela não pode ser analisada apenas como um fenômeno que emerge somente de macroprocessos socioeconômicos, sem ação dos sujeitos. Para Füller, as múltiplas atividades devem ser analisadas pela ótica dos agricultores ao nível do ambiente intrafamiliar, tendo em vista as razões pelas quais as famílias tornam-se pluriativas e de que modo elas exercem a pluriatividade (SCNHEIDER, 2003).

Nesta linha de raciocínio, a unidade familiar é pertinentemente escolhida como unidade de análise, em razão da família ser o centro unificador das diversas atividades exercidas pelos membros (MATTEI, 2007). A família agrega as relações sociais no interior da unidade doméstica e do espaço de produção e reprodução de valores, cuja lógica ultrapassa o parentesco e a racionalidade econômica (MATTEI, 2007).

A análise da família possibilita identificar as relações de força entre os membros de diferentes graus de parentesco ou de produção (CARNEIRO, 2000). Deste modo, é possível considerar os valores que orientam e dão sentido às práticas sociais internas à família (CARNEIRO, 1998a) e outros valores, incluindo

representações de atitudes e comportamentos (MOREIRA, 2002 *apud* CARNEIRO, 2000). Ademais, é importante a análise permear os conflitos entre os interesses individuais e os desassossegos internos da família (SCHNEIDER, 2009b).

Da mesma forma, o trabalho familiar contém laços íntimos nas relações de trabalho e parentesco, possibilitando maior margem de negociação interna na proposição de caminhos alternativos de reprodução social. É nas relações entre domínios de parentesco (hierarquia e representações) e de trabalho que estão os principais sistemas que conectam e constroem os indivíduos da unidade familiar e de produção (CARNEIRO, 2006).

Vale lembrar que, apesar de ter relação estreita, é fundamental distinguir as unidades de produção dos grupos domésticos (SCHNEIDER, 2009b; NEVES, 1995; 1997). É difícil diferenciar a dimensão das relações de trabalho e dos laços de afetividade que permeiam as unidades familiares. No entanto, a separação permite destacar a composição demográfica da família e seus diferentes efeitos para a inserção do homem ou da mulher em atividades não-agrícolas (SCHNEIDER, 2003). A não distinção leva a um foco na funcionalidade econômica dos laços de parentesco, o que pode ser equivocado (CARNEIRO, 2006).

O grupo doméstico é uma família que divide um espaço, tendo em comum a posse de um lote de terra para o cultivo agrícola. O grupo é atado por laços de parentesco, consanguinidade ou não (SCHNEIDER, 2001; 2009b) e pode ser considerado como uma família extensa, abrangendo a família nuclear, parentes e agregados. Além do grupo doméstico possuir laços de aliança ou de consanguinidade, também deve ter uma identidade integrante e norteadora das relações, que possibilite a construção de estratégias coletivas e individuais (CARNEIRO, 2006).

É no grupo doméstico que ocorre o debate e a organização da inserção produtiva, laboral e moral dos seus membros e é onde se constroem as estratégias individuais e coletivas, que garantem a reprodução social do grupo (SCHNEIDER, 2001). As decisões tomadas pelo grupo ante suas condições internas e externas definem sua trajetória e estratégia, possibilitando ou não sua sobrevivência, a depender da forma pela qual as unidades familiares interagem com o território em que estão inseridas (SCHNEIDER, 2009b).

O núcleo familiar é uma base fundamental para a construção dos valores dos indivíduos. Ao mesmo tempo, deve se considerar um processo de individualização,

mantendo uma estrutura flexível e dinâmica com novos valores, percepções e práticas. A flexibilidade da unidade familiar permite a formulação constante de novas estratégias de adaptação. Na análise, cumpre evitar estabelecer classificações rígidas, de base morfológica, que não captam a maleabilidade e vulnerabilidade da dinâmica familiar (CARNEIRO, 2006).

Em suma, a teoria marxista concebe que a mercantilização do trabalho resultará em um processo de transformação de camponeses em proletários. Pelo contrário, Chayanov (1974) afirma que a persistência dos camponeses é ligada às estratégias familiares, que por sua vez são balizadas por um balanço entre mercado e consumo, com vista a manter a reprodução social do grupo doméstico. Sua interpretação é instigante, mas deve ser considerada sob as luzes dos estudos mais contemporâneos incorporando as grandes mudanças sociais ao longo do século XX.

Com preocupação desta natureza, o fenômeno da pluriatividade contemporâneo foi analisado por Marsden (1995) como uma expressão resultante da crise do modelo fordista de produção, com intensa segmentação do trabalho e com novas dinâmicas familiares. Complementando os estudos de Marsden, Füller concebe a pluriatividade a partir das transformações do mercado de trabalho, da estrutura da economia local e da família rural numa perspectiva histórica focada no local.

Ademais, a adoção da família rural como unidade de análise possibilitou o exame da pluriatividade pela ótica do agricultor, dado que a família é o centro decisório e integrador da unidade produtiva e doméstica. É a partir das decisões estratégicas das famílias que se explica a perpetuação ou desagregação das unidades agrícolas.

Com a contextualização do meio rural contemporâneo, considerando a evolução do conceito de pluriatividade, graças à apresentação de contribuições teóricas relevantes, o próximo ponto da tese discorrerá sobre os significados da pluriatividade.

### **2.4.3 O significado da pluriatividade**

A pluriatividade pode ser considerada como um processo de definhamento social ou, conforme Schneider (2009b) e Saco dos Anjos (2003), como uma característica inerente à organização das unidades de trabalho familiar. O fenômeno

pode ser visto como um recurso, que garante a reprodução social do grupo familiar em situações de precarização, que são provocadas pela marginalidade, reflexo da modernização da agricultura, ou como uma estratégia individual de seus membros representando a satisfação de projetos coletivos ou de respostas individuais.

Partindo da suposição segundo a qual a pluriatividade é estimulada por ser uma característica intrínseca da agricultura familiar, vários estudos demonstraram que o exercício de múltiplas ocupações por uma mesma família não é um sinal de fraqueza ou de definhamento, mas é uma característica do “modo de funcionamento” de unidades que se organizam com base no trabalho familiar (SCHNEIDER, 2009a; 2009b; SACO DOS ANJOS, 2003).

A noção de pluriatividade é questionada, pois engloba as dinâmicas familiares e dos indivíduos, o que permite indagar se o fenômeno é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias e das áreas rurais (SCHNEIDER, 2003).

Não levando em conta as dinâmicas familiares, a pluriatividade pode ser vista como uma característica transitória e efêmera, com tendência ao desaparecimento tão logo as condições econômicas do entorno melhorem (SCHNEIDER, 2009a). Deste modo, a pluriatividade pode ser compreendida como uma estratégia de resistência diante de um meio rural repleto de risco e vulnerabilidade, ou como uma estratégia adaptativa, que surge quando os indivíduos têm possibilidades de escolhas e optam frente a muitas oportunidades. Em outras palavras, trata-se de considerar as capacidades e poder de atuação dos indivíduos (SCHNEIDER, 2009a).

É razoável pensar que a pluriatividade pode ser uma estratégia de reprodução social inerente às famílias rurais, que buscam atividades externas por diferentes razões como adaptação, reação, estilo de vida, deixando de ver na pobreza o único fator determinante (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Os significados, características e formas da pluriatividade variam de acordo com os fatores que estimulam seu aparecimento. As variações ocorrem conforme a renda, a superfície de terra disponível e as características de quem a exerce (o sexo, a posição na hierarquia familiar, grau de escolaridade, número de membros da família e diferenciação etária) (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Ademais, as condições socioeconômicas do contexto local impactam a pluriatividade de formas diversas e diferenciam-se conforme variáveis exógenas, tais

como mercado de trabalho e infraestrutura (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005). As formas de variação da pluriatividade também emergem das respostas dos agricultores ao contexto adverso em que estão inseridos. Em suma, convém insistir, a pluriatividade se refere a um fenômeno estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Como exemplo de variação de formas de expressão da pluriatividade, em estudo numa única comunidade rural francesa, Carneiro (1998a) mostra as estratégias adotadas pelas famílias rurais, em diferentes contextos de inserção de atividades não-agrícolas na dinâmica familiar. Entre os anos de 1890 a 1930, a ideia era garantir a reprodução do estabelecimento mantendo um filho na atividade agrícola, concomitante ao desenvolvimento de uma atividade principal, como carpintaria. Entre o período de 1930 a 1970, a estratégia visava à atividade agrícola como forma de reprodução social e o salário do filho sucessor como investimento produtivo, mantendo assim, a identidade social e o patrimônio fundiário. A formação profissional dos filhos era promovida longe do campo, via trabalho assalariado, em razão da falta de terra.

De 1970 até hoje, as atividades não-agrícolas tornaram-se uma alternativa, que emerge da possibilidade de valorizar os patrimônios rurais e de oferecer diferentes serviços no campo, que são demandados pela população urbana. Apesar das diferentes expressões, a pluriatividade foi um recurso usado pelas famílias para manterem o patrimônio agrícola.

Para nossos propósitos, é pertinente verificar em que medida a pluriatividade pode ser um caminho que está sendo adotado por indivíduos e famílias pobres, que tendem a abandonar a agricultura, ou representa a busca por maior renda através de outra atividade em geral não-agrícola (BERDEGUÉ, *et al.*, 2001). Assim, para compreender de forma mais clara o fenômeno da pluriatividade Schneider (2009a) propôs uma tipologia, que está apresentada a seguir com quatro formas de expressão da pluriatividade.

A pluriatividade denominada intersetorial se origina da relação da agricultura com os demais setores econômicos, como indústria e comércio, lembrando a figura do “*worker-peasant*” (SCHNEIDER, 2009a). Esta expressão da pluriatividade é promovida pela flexibilização dos processos produtivos pós-fordistas, pela segmentação do mercado de trabalho, a subcontratação, a informalização e a precarização das relações de trabalho, além do deslocamento das empresas para os

espaços rurais e periurbanos em busca de mão de obra barata (SCHNEIDER, 2009a).

A pluriatividade intersetorial se liga à rurbanização, relacionada com o crescimento acentuado das áreas de habitação no entorno das Regiões Metropolitanas e, também, com o fluxo diário e pendular das pessoas que habitam o meio rural e atuam em atividades não-agrícolas. A rurbanização favorece novas dinâmicas, como a valorização imobiliária e o aumento da prestação de serviços. Assim, os mercados de trabalho urbano e rural tendem à homogeneização (CONTERATO, 2004). Atualmente, a pluriatividade intersetorial decorre de processos macro, como a descentralização da indústria e a rurbanização (SCHNEIDER, 2009a). É a expressão da pluriatividade comumente encontrada no assentamento Milton Santos, sendo uma característica de algumas economias locais, principalmente em Regiões Metropolitanas (CONTERATO, 2004).

Por outro lado, a realização de atividades diretamente ligadas à agropecuária, dentro e fora do estabelecimento, é chamada de pluriatividade agrária, descrita primeiramente por Sampedro Gallego (1996) segundo Schneider, (2009). Trata-se de uma expressão da pluriatividade que ocorre dentro do setor agrário, contextualizado em uma estrutura fundiária concentrada, com acentuada diferenciação socioeconômica (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

A pluriatividade agrária se expressa pela venda de serviços de máquina, equipamentos agrícolas e atividades sazonais manuais (CONTERATO, 2004). Ela ocorre por meio dos indivíduos que habitam o meio rural e trabalham na atividade agrícola, mas parte de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços (CONTERATO, 2004). Ou seja, é decorrente do próprio processo de modernização da agricultura, pois é a interação entre atividades agrícolas típicas e outras novas atividades agrícolas, originada pela terceirização das etapas e das fases dos processos produtivos agrícolas (LAURENTTI, 2000; CONTERATO, 2004).

A pluriatividade chamada de para-agrícola, constitui na realização de um bloco de atividades, operações, tarefas ou procedimentos que resultam na transformação, beneficiamento/processamento da produção agrícola, gerada dentro ou fora do estabelecimento e destinada à comercialização (SCHNEIDER, 2009a). Esta expressão é comumente encontrada no assentamento paranaense de Contestado.

Em geral, a pluriatividade para-agrícola inicia-se com a produção para autoconsumo, que depois passa a ser destinada a venda criando uma nova jornada e rotina de trabalho. Alguns empreendimentos são agroindústrias rurais familiares que processam leite, carnes, frutas e outros alimentos, agregando valor ao produto. São de pequeno porte ou organizadas em forma de associações, cooperativas e redes (SCHNEIDER, 2009a).

A pluriatividade para-agrícola se expressa em locais de predomínio de uma agricultura familiar dinâmica, desenvolvendo diferentes iniciativas tal como na Serra Geral de Santa Catarina (MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2004). No Sul do Brasil é um fenômeno muito importante. Trata-se de uma estratégia de alternativa de emprego, ocupação e renda para famílias rurais que desejam se inserir na economia por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial como as aves e suínos ou a produção de commodities como a soja (SCHNEIDER, 2009a).

Por fim, Schneider (2009a) classifica a pluriatividade denominada tradicional ou camponesa como aquela que faz parte do modo de vida das famílias camponesas, consideradas como grupos sociais relativamente autônomos, voltados a produção para consumo próprio e com venda apenas de excedente. Como enfatizado por Chayanov (1974) são atividades que ocorrem dentro da propriedade, combinando produção, transformação e artesanato, como a fabricação de utensílios e ferramentas para uso próprio. Ou seja, é uma expressão da pluriatividade que sempre existiu nos estabelecimentos familiares e que não visa a mercantilização (SCHNEIDER, 2009a).

Por outro lado, a expressão de certas formas da pluriatividade promove a criação de mecanismos de dinamização e diversificação da economia local, reduzindo a sazonalidade dos ingressos da família e, conseqüentemente, a pobreza. O fenômeno contribui com o desenvolvimento dos territórios rurais, inclusão social e combate às desigualdades. A vulnerabilidade e dependência dos agricultores podem ser amenizadas com a pluriatividade, além de criar formas de manter jovens e mulheres no campo (SCHNEIDER, 2009b).

A propósito, o combate à pobreza rural é proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em seu "*World Employment Report*" a partir do incremento da produção e geração de empregos não-agrícolas (SCHNEIDER, 2009b). A ideia é promover o bem estar e qualidade de vida das famílias rurais,

reduzindo o desemprego e as migrações rural-urbano, possibilitando o acesso a bens, alimentos e serviços (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento sustentável de áreas rurais pode ser alicerçado pela pluriatividade, dado que emerge como resposta aos principais problemas das populações rurais, tais como a geração de emprego e renda, redução da fragilidade social e produtiva, queda do êxodo dos mais jovens e melhoria da gestão interna das unidades familiares. A pluriatividade é assim inserida enquanto meio para promover processos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis, democráticos, multissetoriais e multifuncionais, valorizando as economias locais e a participação dos atores sociais (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Com uma visão muito favorável à pluriatividade, Conterato e Schneider (2005) estimam que o estímulo à pluriatividade contribua com políticas fundiárias, em particular as de reforma agrária, possibilitando a escolha da estratégia pluriativa por indivíduos ou famílias com excedente populacional não absorvido pelo estabelecimento.

Da mesma forma, é preciso esclarecer que a pluriatividade não leva à emergência de uma nova categoria social ou mesmo de uma classe social. Trata-se, tão somente, de um fenômeno que agrega características distintas às categorias sociais já existentes, notadamente a dos agricultores familiares (SCHNEIDER et. al., 2009).

Por outro lado, Machado e Casalinho (2012) alertam para a contribuição da pluriatividade com o processo de masculinização do campo, acumulação de capital, desterritorialização, perda de identidade do agricultor familiar, exploração de mão de obra barata pelo capital e a destruição da unidade camponesa.

Assim, a pluriatividade pode gerar efeitos benéficos ou danosos, cabe analisar sua forma de ocorrência em cada situação ou contexto. Em algumas localidades, a pluriatividade é exercida pelas mulheres. Logo, os homens permanecem no campo acentuando o processo de masculinização. Ademais, a mão de obra oferecida pelos habitantes do campo, em geral, é menos valorizada. Além de que a perda das atividades agrícolas pode representar o rompimento com os laços rurais (CASALINHO e MACHADO, 2012).

Com estes elementos de reflexão sobre as expressões da pluriatividade, a seguir passaremos à discussão sobre a problemática da viabilidade do Programa de Reforma Agrária em Regiões Metropolitanas, áreas com acentuada expressão da

pluriatividade. Nos dias de hoje, este tipo de ação pública é ainda marcada pela intenção de conciliar a produção agrícola e a preservação dos recursos naturais.

## 2.5 As novas modalidades de assentamentos

As mudanças descritas no terceiro tópico deste capítulo, sobre as transformações recentes na dinâmica do meio rural brasileiro e na economia internacional, que emergiram nas décadas de 1980 e 1990 trouxeram ao debate da reforma agrária novas perspectivas. Para Zander Navarro (2014) e Buinaunan *et al.*, (2013), a reforma agrária perdeu seu papel funcional, pois os problemas da agricultura devem ser solucionados com o avanço do desenvolvimento, que cria empregos mesmo fora do meio rural e da agricultura.

Como vimos, as divergências sobre o papel da reforma agrária e sua viabilidade atual são balizadas pelo impacto da modernização conservadora da agricultura, pelo contexto socioeconômico e político internacional e também pelas transformações do setor agrícola. A repercussão destes elementos se expressa de diferentes formas e significados, a depender dos diversos contextos e históricos.

Deste modo, não é adequado pensar na reforma agrária como um único modelo aplicável às diversas localidades do país. Tal olhar exige dos movimentos sociais, do Estado e de outros atores envolvidos a formulação de novas propostas. No mundo, os distintos casos de reforma agrária revelam a complexidade e diversidade de sua realização (ALENTEJANO, 1997).

Efetivamente, a diversidade das regiões do país justifica a pluralidade de modelos e objetos, considerando as diferentes particularidades locais/regionais a seguir: condições ambientais, acesso ao mercado, às tecnologias, à informação e à infraestrutura. Tais fatores tornam diferentes as condições de produção (ALENTEJANO, 1997).

Considerando a diversidade regional, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), INCRA e o MST, a partir da segunda metade da década de 1990, propuseram alternativas de projetos de assentamentos. No Brasil, há 29 modalidades de projetos de assentamento da reforma agrária. A ideia é tomar em conta elementos regionais e contemporâneos para a concepção dos projetos de assentamento, tais como, a preservação dos recursos naturais, as especificidades

bióticas de cada região, o cooperativismo e as demandas das instituições representativas dos trabalhadores (LOUZADA, 2011).

A presente pesquisa estudou assentamentos com produção sustentável localizados em Regiões Metropolitanas nos estados de São Paulo e Paraná. O assentamento paulista Milton Santos é fruto de concepção de Comuna da Terra, formulada no âmbito do MST, e Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS), concebida pelo INCRA. Já o assentamento Contestado foi escolhido pelo MST e pelos beneficiados para ser identificado como um assentamento tido como referência no âmbito da agroecologia desde sua criação. Portanto a prática da agricultura e a relação com os recursos têm as mesmas regras que assentamentos PDSs. A seguir, discutiremos as duas modalidades de projetos de assentamentos.

### **2.5.1 A proposta de Projeto de Desenvolvimento Sustentável**

As crises mundiais no âmbito energético e ambiental trouxeram desafios expressos no atual debate sobre a reforma agrária. O modelo de produção imposto pela modernização da agricultura não atende às questões decorrentes destas crises. Em contrapartida, o MST e o Estado propõem a criação de novos conceitos de assentamentos baseados em princípios da Agroecologia, modelo que responde a estas preocupações.

A Agroecologia é em princípio a ciência que enfoca o estudo da agricultura numa perspectiva ecológica, baseada em análises sistêmicas e interdisciplinares. Sua abrangência é ampla, em termos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, além de técnicos, tendo como foco a sustentabilidade (ALTIERI, 2010).

Visando à sustentabilidade, o MDA/INCRA edita a Portaria/INCRA nº 477/99, estabelecendo o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável” (PDS). Inicialmente a Portaria focou populações extrativistas e agricultores familiares no contexto da região Amazônica. Contou para tal, com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros, entidade representativa dos trabalhadores na região Norte. O PDS busca promover atividades produtivas em áreas de interesse ambiental com acompanhamentos sistemáticos e baseados no uso de práticas ecológicas e sustentáveis no âmbito da Agroecologia.

A partir do final da década de 1990, o debate sobre as questões ambientais nos assentamentos é reforçado no centro-sul do país. Em São Paulo, entre os anos de 2004 e 2008, foram criados 17 assentamentos na modalidade de PDS, onde habitam 1.189 famílias em 16.793 ha, o que equivale a 15,2% dos assentamentos PDS implantados<sup>2</sup>.

Segundo o MDA e o MMA (Ministério do Meio Ambiente) (BRASIL, 2000), a modalidade de PDS é definida a partir de interesses sócio-econômico-ambientais. A criação de assentamentos do tipo PDS é de responsabilidade conjunta do MDA/INCRA, de órgãos ambientais e de movimentos sociais.

A seleção dos beneficiários ocorre pelo Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), com o comprometimento pelo beneficiário de desenvolver apenas atividades com técnicas ecologicamente corretas baseadas na aptidão da área (KAWAKAMI e RIBAS, 2009). Estes assentamentos recebem recursos de crédito de instalação e produção (PRONAF – A), além de terem, em princípio, asseguradas as infraestruturas de estradas de acesso à água e energia elétrica.

A proposta deve privilegiar especificidades regionais, ao invés de se considerar unicamente o potencial da terra. Os interesses ecológicos e sociais são prioritários. As áreas de interesse para implantação de PDS são aquelas de potencial produtivo, desde que se desenvolvam práticas de conservação e manutenção dos recursos naturais. Podem ser áreas pertencentes a entidades governamentais públicas, tais como aquelas geridas pelo MMA, IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) (BRASIL, 2000). A organização social do trabalho deve ser realizada por meio da gestão comunitária, com concessão de uso individual, mas preferencialmente condominial ou coletiva (BRASIL, 2000).

Pelo lado do movimento social, na visão do MST, a organização de assentamentos agroecológicos é um caminho prioritário, com vistas a um novo modelo de desenvolvimento (CONCRAB, 2000). Para o MST a instalação de assentamentos que concebem a agricultura e a preservação ambiental requer o estabelecimento de algumas linhas de ação, tais como: conservação e recuperação do solo, produção de sementes e mudas melhoradas pelos agricultores e pela

---

<sup>2</sup> Dado citado em conversa informal. 2013. São Carlos.

pesquisa pública, uso de controle biológico e natural de pragas e doenças, prática de diversificação de culturas, uso de sistemas consorciados, reflorestamento e criação de animais. Segundo o MST, além do recurso à matriz produtiva agroecológica é necessária fomentar o cooperativismo, resgatando valores e tradições camponesas (FINKLER, 2006 *apud* GONÇALVES e SCOPINHO, 2010).

Com alguma semelhança à proposta de criação de assentamentos PDSs, o MST propõe a modalidade de Comuna da Terra que será descrita no próximo tópico. Convém insistir aqui que o assentamento Milton Santos é um fruto desta idealização de Comuna da Terra e se inscreve na modalidade de PDS.

Vale lembrar que, oficialmente o assentamento Contestado não é enquadrado na modalidade PDS, pois durante a criação do assentamento as discussões governamentais neste âmbito estavam apenas se iniciando. No entanto, a criação do projeto de desenvolvimento do assentamento foi concebida pelo MST, com vistas a tornar-se uma referência em produção sustentável na região Sul e se localiza em área metropolitana.

### **2.5.2 A proposta da Comuna da Terra**

A proposta de Comuna da Terra do MST tem como ponto de partida o entendimento segundo o qual a reforma agrária deve mobilizar também os trabalhadores das periferias urbanas de Regiões Metropolitanas. Para Delwek Matheus (2003), idealizador da proposição, a reforma agrária nas Regiões Metropolitanas deve garantir trabalho e renda aos trabalhadores rurais, ou aos que desejam voltar ao campo, devendo suprir a população urbana de alimentos saudáveis e baratos. No campo, deve promover o bem-estar social.

A Comuna da Terra funda-se na criação de assentamentos próximos a Regiões Metropolitanas, com o objetivo de promover núcleos de economia camponesa expandindo a reforma agrária e seus benefícios à população urbana com passado rural. A justificativa para tal propósito se refere à inviabilidade de transferir as famílias de grandes centros urbanos para locais distantes de seu local de moradia, onde possuem uma rede importante de relações sociais. A proposta visa contribuir para um processo de recampezinação (MATHEUS, 2003).

Para implementar Comunas da Terra, a desapropriação das terras tem prioridade em Regiões Metropolitanas, próximas ao mercado consumidor e de

rodovias. A proximidade do mercado de massas facilita a constituição de circuitos curtos, além do desenvolvimento de atividades não-agrícolas e da pluriatividade. Tendo em vista a proximidade das relações campo-cidade, já discutidas no terceiro tópico deste capítulo, o novo modelo de assentamento busca combater problemas urbanos como violência, desemprego, insegurança alimentar (MATHEUS, 2003).

A ideia é, portanto, expandir os beneficiários da reforma agrária, incentivando a participação de trabalhadores urbanos desempregados, em modelo de produção que leve em conta a obtenção de uma renda mínima e a preservação dos recursos naturais. A produção nas Comunas deve contar com a implantação de agroindústrias e de sistemas de produção agroecológicos, preservando os recursos naturais e o meio ambiente em direção ao desenvolvimento sustentável (MATHEUS, 2003). Certamente, trata-se de uma proposta onde a multifuncionalidade da agricultura tem um terreno fértil para se desenvolver.

Segundo sua concepção, as Comunas da Terra devem ter práticas produtivas que garantam a preservação dos recursos naturais, norteadas pelos princípios da Agroecologia e apoiadas por uma assistência técnica e extensão rural estatal. Esta última deve ser voltada à promoção da sustentabilidade, envolvendo universidades e centros de pesquisa.

Na Comuna da Terra, deve ser assegurada infraestrutura básica necessária que atendam núcleos com no máximo 60 casas. A área dos lotes pode eventualmente ser menor que o módulo fiscal, com dois a cinco hectares. A proposta é que apesar da pouca área produtiva, a renda seja garantida pela agregação de valor aos produtos com a implantação de agroindústrias, circuitos curtos de comercialização e de atividades não-agrícolas (MATHEUS 2003).

Para o MST, a terra é um bem comum e não privado. Logo, seu uso tem caráter social, podendo ser exercido pela família, associação, cooperativa visando o zelo a um bem comum. Assim, na Comuna da Terra não há permissão, direito de venda ou arrendamento, apenas direito à herança (MATHEUS, 2003).

Enfim, as Comunas se baseiam no vínculo da família beneficiada com o trabalho e a propriedade social da terra, na produção agroecológica, na cooperação e no desenvolvimento de condições socioeconômicas satisfatórias (MATHEUS, 2003). Para Matheus (2003), o vínculo da família assentada com o trabalho e produção consiste na *“ocupação de parte do seu tempo, em contato com a natureza, terra e ambiente”* (MATHEUS, 2003 p. 45).

A proposta de Comuna da Terra foi absorvida pelo MDA/INCRA por meio dos assentamentos na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, nem todos os assentamentos PDSs são enquadrados na proposta de Comuna da Terra. As duas modalidades preveem atividades produtivas em base sustentável, norteadas pela agroecologia e pelo direito real de uso preferencial às formas cooperadas de organização dos assentados (GOLDFARB, 2006).

Tendo em vista a formação da identidade do assentado e das novas perspectivas da reforma agrária, diante de dinâmicas socioeconômicas transformadoras do meio rural, além dos elementos teóricos de análise da pluriatividade, o próximo capítulo da tese trata, sob as perspectivas analíticas apresentadas anteriormente, da pluriatividade nos casos dos assentamentos Milton Santos e Contestado.

## 2.6 Considerações finais

A análise da pluriatividade nos assentamentos Milton Santos e Contestado requer um olhar sistêmico sobre as unidades de produção familiar, abrangendo seus fatores internos e externos. Assim, serão examinados os processos do contexto local onde se encontram os estabelecimentos pesquisados e as razões pelas quais as famílias assentadas tornaram-se ou não pluriativas.

Para a análise das causas externas da pluriatividade, foram identificados os fatores regionais e locais, que restringem e estimulam suas expressões como o mercado local de trabalho, o acesso às áreas urbanas, a infraestrutura local e outros. Tais fatores favoráveis à pluriatividade são mais acentuados em determinadas localidades, como em Regiões Metropolitanas.

A pluriatividade emerge também da decisão dos indivíduos ou das famílias rurais. Portanto, é necessário examinar seus comportamentos e ações. A família é o centro unificador das atividades exercidas pelos membros, tanto no que se refere à produção quanto à reprodução. O estudo da família ultrapassa muito uma lógica estritamente econômica e foca nas relações de parentesco e nos valores em torno de suas relações internas.

A unidade de análise da pluriatividade é aquela doméstica. Os elementos privilegiados para serem examinados neste estudo são o ciclo demográfico familiar, os processos de diferenciações internas e de tomada de decisões, as características

teológicas das ações das famílias, a incorporação de vontades, além de indicadores quantitativos como renda e produção oriundas da atividade agrícola praticada pelas famílias. Por outro lado, nosso interesse se volta igualmente para a composição e caracterização das famílias em termos de sexo, idade, escolaridade, hierarquia familiar, dentre outros. Tais elementos e indicadores fornecem em princípio uma pluralidade de expressões e significados para o desenvolvimento da estratégia pluriativa pelas famílias rurais.

Como já discutido, o significado da estratégia pluriativa pode representar uma característica inerente à agricultura familiar, uma saída da situação de pobreza, uma reação a um cenário de risco e vulnerabilidade, um abandono da atividade agrícola, uma estratégia adaptativa e até uma gama de possibilidades de escolhas por razões diversas, como estilo de vida. Em grande medida, o poder de agência dos indivíduos e famílias deve ser colocado no primeiro plano da análise.

A pluriatividade oferece resposta a problemas primordiais das famílias rurais, tais como a geração de emprego e renda, a redução da fragilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens e a melhoria na qualidade de vida. A compreensão do uso da pluriatividade com a finalidade de melhoria de renda e ocupação, buscando garantir a reprodução social, não é uma opção das famílias, mas uma necessidade na maior parte dos casos. Deste modo, políticas públicas que favoreçam a pluriatividade podem ser consideradas como um eventual caminho do desenvolvimento inclusivo, sustentável e multifuncional.

## Referências

ABRAMOVAY, R.. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 21 - 50, jan./dez.,1998.

ALENTEJANO, P. R. R.. **Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. 1997. 257 p.. Dissertação (Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ALTAFIN, I.. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antonio-lazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

ALTIERI M. A.. El estado del arte de la agroecología: Revisando avances y desafíos. In: SOCIEDADE LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA **Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones**. Medellín: Instituto de Estudios Ambientales Universidad Nacional de Colômbia, 2010. cap. 3, p. 77-104.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; LÔBO, A. L.; RAYMUNDO, J. S.. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia: reflexão e crítica**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 503-519, fev./ abr., 1999.

BERDEGUÉ, J. L.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. ECHEVERRIA, R.G.. **Opciones para el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina**. Washington: BID, 2001. 41 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2000. 50 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 11 set. 2012.

BUAINAUIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.; NAVARRO, Z.... Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de política agrícola**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 105-121, abr./ jun., 2013.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO SILVA, J.. **O novo rural brasileiro: ruralidades e urbanização**. Brasília: EMBRAPA/UNICAMP, 2004. 190 p.

CARNEIRO, M. J.. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998a. 228 p.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, v. 3, p. 147 – 185, out./nov., 1998b.

\_\_\_\_\_. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO SILVA, J.. (Org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v. 4, p. 50 – 93.

\_\_\_\_\_; MALUF, R. S.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 185 p.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 167 – 188.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S.. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 305 p.

CHAYANOV, A. V.. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 120 p.

CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra**. Brasília: Distrital, 2000. 60 p.

CONTERATO, M. A.. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. 264 p. Dissertação (Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_; SCHNEIDER, S.. Estratégia de reação ou estratégia de adaptação? A pluriatividade da agricultura familiar em contextos rural-urbanos distintos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35., 2005, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: ANPOCS, 2005. 28 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/827.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

CROMARTIE, J. SWANSON, L.. Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives**, Washington, v. 11 n. 3, p. 31-39, 1996.

CRUZ, S. S.. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 110, p. 241-269, mar./abr., 2012.

FÜLLER, A. Introducción: Cambio Rural en Europa. In: ARKLETON RESEARCH. COLÓQUIO DE MONTPELLIER, 2., 1987 **Anais...** Madrid: Ministério da Agricultura Pesca e Alimentação, 1987. p. 247- 259.

\_\_\_\_\_; BRUN, A. Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe. In: ARKLETON RESEARCH RURAL CHANCE EUROPER, 2.,1988, Waldkirchen. **Anais...** Waldkirchen: Second Review Meeting, 1988. p. 147-167.

GOLDFARB, Y.. Do campo à cidade, da cidade ao campo: O projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 5, p. 109 - 138, fev./maio, 2006.

GONÇAVES, J. C.; SCOPINHO, R. A.. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: A Difícil Construção de um Assentamento Agroecológico em Ribeirão Preto- SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 13, p. 239-262, fev./maio, 2010.

GRAU, E. R.. **Direito Urbano**: regiões metropolitanas, solo criado, zoneamento e controle ambiental. São Paulo: RT, 1983. 106 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. 151p.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n. 43, p.37-50, fev./mar., 2001.

\_\_\_\_\_; DEL GROSÍ, M. E.. **O novo rural**: uma abordagem ilustrativa. Londrina: IAPAR, 2002a. v. 1, 53 p.

\_\_\_\_\_; DEL GROSÍ, M. E.. **O novo rural**: uma abordagem ilustrativa. Londrina: IAPAR, 2002b. v. 2, 49 p.

GUANZIROLI, C. E.. **A reforma agrária do século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001. 228 p.

IBGE.. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. 777 p.

KAGEYAMA, A.; REDHER, P.. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. São Paulo, v. 31, n. 1, jan./mar., p. 23-44, 1993.

\_\_\_\_\_. O subemprego agrícola nos anos 90. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 83 – 98, maio, 1997.

\_\_\_\_\_; HOFFMANN, R.. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 147-183, jan./abril, 2000.

KAWAKAMI, A. Y.; RIBAS, C. E. D. C.. Projeto de Desenvolvimento Sustentável–PDS e Novas Formas de Assentamentos - Uma Sistematização do Caso do Pré-Assentamento Professor Luiz D. Macedo–Apiaí-SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 4, n. 2, jan./mar., 2009. Disponível em: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15318>> Acesso em: 15 jan. 2014.

LAURENTI, A. C.. **Terceirização na Produção Agrícola**: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. Londrina: IAPAR, 2000. 236 p. (Boletim Técnico nº 63).

LOUZADA, R. V.. **Modalidades de projeto assentamento rural**: evolução e legislação federal. 2011. 60 p. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de Engenharia Florestal). Faculdade de Engenharia Florestal, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

MACHADO, G.B.. Reforma agrária e multifuncionalidade do espaço rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais....** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/2/913.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J.. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIREIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais ...** Rio Branco: SOBER, 2008. p. 1 – 12. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/2/913.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MACHADO, A. M. B.; CASALINHO, H. D.. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 17, p. 65-80, jan./jun., 2012.

MARSDEN, T.. Towards the Political Economy of Pluriactivity. **Journal of Rural Studies**. London, v. 6, n. 4, p. 375-382, set./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. London, v. 11, n. 3, p. 285-296, jun./set., 1995.

MARTINS, J. S.. **O sujeito Oculto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 238 p.

MATHEUS, D.. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: A Comuna da Terra**. 2004, 55p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Ribeirão Preto, 2003.

MATTEI, L.. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055 - 1073, out./nov., 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 jul. 2012.

MEDEIROS, L. S.. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989, 210 p.

\_\_\_\_\_. “Sem Terra”, “Assentados”, ‘Agricultores familiares” considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, N. (Org). **La nueva ruralidad**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. cap. 3, p. 103 - 128

\_\_\_\_\_, LEITE, S., HEREDIA, B. M., CINTRÃO, R.. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Unesp IICA/ NEAD, 2004. 307 p.

MIRANDA, L. I. B.. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição urbana-rural: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. 2008, 312 p. Tese (Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade de Pernambuco, Recife, 2008.

MOREIRA, R.. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. **Ruralidades**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 11-64, jan./jun., 2002.

MORUZZI MARQUES, P. E.; LACERDA, T. F. N.. Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais....** Indaiatuba: ANPPACS, 2004. Disponível em: < [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT05/paulo\\_moruzzi.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/paulo_moruzzi.pdf)>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_; LUCAS, A.; DEGASPARI, L. C.. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, p. 161-178, jan./jun., 2014b.

NAVARRO, Z.. Por que não houve e nunca haverá Reforma Agrária no Brasil?. In: BUAINAN, A. M.; ALVERSD, E.; SILBEIRA, J., NAVARRO, Z. **mundo rural no Brasil do século XXI**. Brasília: Embrapa, 2014. parte 5, cap. 1, p. 655-725. Disponível em: < [http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Mundo\\_Rural\\_Introducao.pdf](http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Mundo_Rural_Introducao.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2015.

NEVES, D.. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, v. 25, p.31-37, maio/dez., 1995.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 7 - 25, abr., 1997.

PRADO JR., C.. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966. 272 p.

SACO DOS ANJOS, F.. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003, 374p.

SCHNEIDEIR, S.. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Brasília, n. 16, jan./jun., p. 164 - 184, 2001.

\_\_\_\_\_. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 99- 120, fev., 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ, VALLE F. (Org.). **La pluriactividad en lo campo Latinoamericano**. Quito: Flasco. 2009a. cap. 5, p. 132- 162.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009b. 258 p.

VEIGA, J., E.. A pluriatividade e desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO, F. B. (org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural: contribuições ao debate**. Brasília: UNB CEAM 2000. cap. 6, p.135-168.

VELHO, O. G.. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: DIFEL, 1976. 252 p.

WANDERLEY, M. N. B.. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, jan./dez., 2004.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 300 p.

\_\_\_\_\_. Reencontro com o nordeste: Itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais. **Estudos de Sociologia**. Brasília, v. 1, n. 5, p. 43-77, jun./set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600002&script=sci_arttext)> Acesso: 10 ago. 2015.

### 3 ASSENTAMENTOS PERIURBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: O CASO DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

#### Resumo

No estado de São Paulo o processo de industrialização e urbanização e, conseqüentemente, de modernização agrícola ocorreu de modo mais visível e dinâmico e estabeleceu estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária, marcadas por processos excludentes e concentradores. O assentamento Comuna da Terra ou PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Milton Santos está localizado na Região Metropolitana de Campinas, no município de Americana, região que pode ser vista como espelho do estado. Logo, o assentamento é inserido em um contexto favorável a emergência da pluriatividade entendida como a realização da atividade agrícola e não-agrícola pelas famílias assentadas. Tendo em vista o contexto favorável à emergência da pluriatividade, este estudo busca contribuir com a discussão sobre o significado, formas e características da emergência da pluriatividade em assentamentos rurais sustentáveis localizados em Regiões Metropolitanas, levando em conta as características da agricultura praticada pelas famílias. Deste modo, a pluriatividade nesta área contribui com o aumento da renda familiar total e em alguma medida com o fortalecimento da agricultura.

Palavras-chave: Comuna da Terra; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Pluriatividade; Trabalho Agrícola; Desenvolvimento

#### Abstract

The industrialization and urbanization processes, and consequently agricultural modernization in São Paulo state took place visibly and dynamically establishing narrow relationships between urban-regional and agricultural-agrarian dynamics, the last marked by exclusionary and concentrative processes. The assentment Comuna da Terra, or SDP (sustainable development project) Milton Santos is located in the city of Americana in the metropolitan region of Campinas, which can be seen as a reflect of São Paulo State. Therefore, this assentment is into a favorable context for pluriactivity understood by settler families as a realization of agricultural and non-agricultural activities. In view of this favorable context for pluriactivity emergence, this study aims at contributing to discussion about meaning, ways and characteristics of pluriactivity emergence in sustainable rural assentments located in metropolitan regions considering the agricultural activities practised by families. Thereby, pluriactivity in this area contributes to increase total household incomes and in some way to strength agriculture.

Keywords: Comuna da Terra; Sustainable Development Project; Pluriactivity; Agricultural Labor; Development

### 3.1 Introdução

Diante de um contexto de transformações das ocupações rurais, redução de renda agrícola, reestruturação da economia e comércio (globalização) e de crises ambientais e energéticas, o debate atual sobre a reforma agrária toma outros contornos. Trata-se notadamente da proposta de assentamentos sustentáveis próximos a grandes centros urbanos, que passam a apontar para novos desenhos das políticas de reforma agrária.

Nestas circunstâncias, muitos assentamentos são compostos de lotes pequenos, com produção agroecológica. Localizados em áreas urbanas ou rurais próximas a cidades, estes assentamentos são propícios para o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas, mescladas com não-agrícolas, explorando a pluriatividade como forma de aumentar a renda dos assentados. De fato, trata-se de experiências bastante incipientes, cuja análise dos seus limites e potencialidades está em aberto.

Assim, este estudo busca trazer elementos para contribuir com a discussão sobre a viabilidade da reforma agrária, graças a novos modelos de assentamentos, que visam conciliar a produção agrícola e a preservação de recursos naturais em Regiões Metropolitanas. A ideia desta pesquisa é discutir o significado, as formas e o impacto nas famílias da pluriatividade que ocorre nestas áreas.

Com o intuito de entender as dinâmicas do território onde se implantou assentamento desta natureza, foram realizadas revisões bibliográficas que tiveram como objetivo a contextualização atual e a evolução histórica dos territórios em torno do assentamento Milton Santos, localizado no estado de São Paulo parte em Americana e parte em Cosmópolis. O foco nos territórios permite revelar o grau de interação urbano-rural, considerando que é plausível a ideia segundo a qual o sucesso da criação de novas unidades familiares de produção rural depende da intensificação das ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades (ABRAMOVAY, 1999).

O segundo nível de análise se dirigiu ao assentamento Milton Santos, situado na industrializada Região Metropolitana de Campinas. Os dados sobre o assentamento foram coletados por meio de observação participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos assentados.

No terceiro nível, a pesquisa focou os lotes agrícolas, local onde se visualizam as estratégias familiares e os modos de vida que desencadeiam as práticas que podem ser analisadas a partir de indicadores sociais, econômicos, agrícolas e ambientais. É fundamental que o comportamento dos indivíduos e grupos da sociedade seja compreendido e avaliado para elaboração de políticas públicas (SEN, 2010).

Nos lotes agrícolas, é a família que define as estratégias para as soluções de problemas, que procuram garantir a manutenção de uma situação de equilíbrio e reprodução social (LAMARCHE, 1993). Por esta razão, é importante compreender a família em seus aspectos múltiplos, com abordagem multidisciplinar considerando sua trajetória, o que oferece uma base apropriada ao estudo de seu patrimônio sociocultural e valores.

Os dados foram captados pela técnica da história oral. Este método foi complementado com entrevistas padronizadas e observação participante. Durante as visitas aos lotes foram levantadas informações sobre aspectos sociais, econômicos, agrícolas e ambientais que estão relacionados ao modo de vida da família, à suas estratégias e à ligação com o meio externo. Por fim, todos os dados foram analisados de forma qualitativa e em alguns utilizando parâmetros de frequência e porcentagem.

Neste estudo foi escolhida a metodologia qualitativa de amostragem para a seleção do assentamento, numa perspectiva de estudo de casos. Este tipo de amostragem é utilizado em pesquisa social empírica, abordando um fenômeno atual num contexto de vida real, por meio de múltiplas fontes de evidência.

A amostragem dos estabelecimentos foi estratificada em duas categorias. As famílias consideradas com estratégia de renda agrícola obtêm mais de 50% da renda familiar total oriunda das atividades agrícolas, já as famílias com estratégia pluriativa geram renda menor de 50% com atividades na agricultura do lote. Selecionaram-se 13% dos lotes do assentamento Milton Santos, ou seja, 11 famílias. As famílias foram estratificadas, conforme pesquisa censitária realizada pelo Núcleo de Agroecologia Nheengatu em 2012, onde foram encontradas basicamente três formas de organização de estratégias familiares baseadas na fonte de renda principal: agrícola, pluriativa e fundada em benefícios de aposentadorias.

Tendo em vista a metodologia, este artigo está dividido em três eixos principais. O primeiro trata a respeito do macrocontexto regional e local onde se

insere o assentamento Milton Santos. A discussão remete a um breve histórico do estado de São Paulo, da Região Metropolitana de Campinas e do município de Americana.

No segundo eixo é discutida a formação e o desenvolvimento do assentamento, considerando em particular o acesso às cidades pelos assentados.

Por fim, no último eixo, são discutidos elementos sobre o modo de vida dos assentados, suas trajetórias de vida e características dos chefes e das famílias assentadas. Aqui, além da renda familiar, trata-se de analisar a agricultura praticada e as dinâmicas de trabalho presentes no assentamento.

A proposta deste artigo permitirá examinar assentamentos agroecológicos em Regiões Metropolitanas, no que se refere ao desenvolvimento da atividade agrícola e da pluriatividade, tendo em vista os objetivos da reforma agrária como promoção de qualidade de vida no campo e oferta de alimentos saudáveis com sustentabilidade ambiental.

## 3.2 O contexto local

### 3.2.1 Breve histórico agrário do estado de São Paulo

A apresentação de um breve histórico agrário do estado de São Paulo busca identificar elementos históricos que auxiliem na compreensão a respeito dos macros processos socioeconômicos, nos quais os assentados do Milton Santos estão inseridos. Para autores como Marsden (1990; 1995) e Füller (1987), a pluriatividade é também ligada a estes macros processos, tais como as transformações ocorridas no decurso da reestruturação da agricultura, conforme discutido no primeiro capítulo.

Assim, convém lembrar que a cana de açúcar foi introduzida em São Paulo em 1532, tendo sido a base da economia até parte do século XIX. A região de Campinas, onde se localiza o assentamento Milton Santos, já nesta época fazia parte do chamado “Quadrilátero do Açúcar” (PETRONE, 2010).

A ocupação do território paulista ocorreu por meio de incentivos ao latifúndio monocultor, escravocrata e voltado ao mercado externo. Reforçando esta orientação, a aplicação da Lei de Terras (1850), em São Paulo regulamentou o acesso à terra legitimando grandes posseiros, propriedades escravocratas e

capitalizadas (OLIVEIRA, 2010). Na região de Campinas, entre os anos de 1850 e 1930, predominou o padrão latifúndio-minifúndio, caracterizado pela forma extensiva de organização do trabalho e uso da terra (MULLER, 2004).

Os incentivos aos latifúndios, monocultores e exportadores possibilitaram que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre ocorresse via formação de núcleos colônias, que atendiam a demanda de mão de obra das grandes fazendas.

Mais tarde, surgiu a figura do colono como uma forma de manter a mão de obra sazonal para o plantio e colheita do café, restringindo ao máximo o acesso à propriedade (AQUINO, 2010). Com a crise do café, os processos de industrialização e urbanização de São Paulo são acentuados e marcados por um intenso deslocamento populacional.

Paralelamente à industrialização e urbanização, a partir de 1950, inicia-se o processo de modernização agrícola paulista. Entre 1960 e 1980, ocorreu a generalização das mudanças técnicas e econômicas decorrentes deste processo por todo território paulista, como o aumento do êxodo rural, do número de assalariados, bem como a diminuição dos pequenos proprietários. Neste período, no campo evidenciou-se o aumento da relação entre o capital financeiro e a agricultura em paralelo com um forte movimento migratório e com o aumento da pobreza rural e urbana. Ademais, cresceu o movimento de luta pela terra (DECARVALHO, 2011).

Nos anos de 1980, o estado passa por uma acentuada modernização agrícola com a expansão da cana de açúcar (MULLER, 2004). Para Graziano Silva (1998), três fatores são reflexos notáveis deste processo: a constituição de complexos agroindustriais, o decréscimo do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento capitalista e a redução do trabalho na agricultura. Estes fatores tornaram o PEA agrícola menor que o PEA não-agrícola no espaço rural já na década de 1990.

Assim, na década de 2010, São Paulo desfruta de um padrão agrário moderno, generalizado e intenso (MULLER, 2004). O estado conta com o maior mercado interno do país, com relações capitalistas de produção avançadas e uma agricultura mercantil tecnificada, fatores que colaboraram em alguma medida com a expansão de uma produção diversificada em pequena escala e, sobretudo, com a concentrada predominância de monoculturas em grande escala.

A partir das diversas implicações sugeridas até aqui, o estado de São Paulo se torna emblemático para análise sobre as estratégias de renda das famílias

assentadas agrícolas e pluriativas, proposta deste estudo. Em São Paulo o processo de industrialização e urbanização ocorreu de modo mais visível e estabeleceu estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária. Trata-se de um território marcado pelo crescimento desequilibrado e concentrado. Agora, focaremos o contexto regional, que guarda semelhança ao estadual, em torno da grande cidade de Campinas onde se insere o assentamento Milton Santos.

### 3.2.2 A Região Metropolitana de Campinas

O Assentamento Milton Santos se localiza na Região Metropolitana de Campinas (RMC), que compreende 19 municípios: Americana, Arthur Nogueira, Engenheiro Coelho, Campinas, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Barbara do Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (Figura 3.1).



Figura 3.1 - Localização do município de Americana, SP

O nascimento da RMC data da década de 1960, como reflexo do processo de desconcentração industrial da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) e da multiplicação dos polos urbanos industrializados do interior (BAENINGER, 2001).

Em São Paulo, na década de 1970, ocorriam intensos deslocamentos populacionais durante o processo de desconcentração industrial. Em geral, os fluxos migratórios intra-estaduais saíram da RMSP em direção a áreas interioranas mais

dinâmicas. Já as correntes migratórias interestaduais saíam do Nordeste e de áreas decadentes da fronteira agrícola do Paraná e Minas Gerais em direção de São Paulo (MIRANDA, 2008). A RMC recebeu o maior ganho populacional neste período (BAENINGER, 2001). É notória a presença de assentados que chegaram à RMC oriundos de deslocamentos migratórios deste período e que permaneceram habitando as periferias das cidades por décadas.

Em 2010, a RMC conta com uma extensão territorial de 3.673 km<sup>2</sup> e 2,79 milhões de pessoas (mais de 6% da população paulista), das quais pouco mais da metade estava em Campinas (IBGE, 2010). Trata-se de uma região de alta densidade demográfica: é a segunda maior do estado e a nona do país.

A alta densidade populacional reflete em uma taxa de urbanização acima de 97% (BRAGA, 2011). A renda *per capita* é de 6.77 dólares, superior a estadual. O PIB corresponde a 7,8% do PIB estadual (BRAGA, 2011). É uma região de alta dinamização econômica, com Campinas e Paulínia como municípios com maior PIB.

Além do polo regional, os demais municípios estabeleceram uma função econômica expressiva e dinâmica, tanto industrial quanto agrícola, configurando uma estrutura diferenciada daquela das demais Regiões Metropolitanas caracterizadas pela presença de um município rico cercado de municípios dormitórios (BAENINGER, 2002).

Os principais setores são as indústrias de telecomunicações, informática, farmacêutica e automotiva. O setor de serviços destaca-se pela modernização. No setor agropecuário, predominam cultivos de cana de açúcar, citricultura e fruticultura de mesa. A região abriga também um importante polo tecnológico, com diversas instituições de ensino e pesquisa (BRAGA, 2011).

O processo de modernização do setor agropecuário na RMC foi acentuado e pioneiro. Logo, reflexos como o êxodo rural e a concentração fundiária foram fortemente sentidos. As áreas rurais são povoadas com apenas 2,48% dos domicílios (IBGE, 2013), característica do elevado grau de urbanização.

Em relação à ocupação do solo, a cana de açúcar representa 84% da área com culturas temporárias em 2012 (IBGE, 2013). Os pomares de laranja ocupam o lugar de maior destaque entre os cultivos perenes (IBGE, 2013). A região é grande produtora de cana de açúcar em latifúndios monocultores. Trata-se de um sistema exportador que já foi baseado em mão de obra escrava, depois em trabalhadores imigrantes e atualmente em máquinas.

Ademais, a região em que se encontra o assentamento Milton Santos está localizada entre as terras mais valorizadas do estado. Entre Campinas, Paulínia e Nova Odessa o valor das terras cresceu 24% entre os anos 2011 e 2012. Na região entre Campinas, Sumaré e Indaiatuba a valorização foi de 28% (AGRIANUAL, 2012). Boas perspectivas para o mercado do etanol estimularam a expansão das usinas e destilarias, o que levou ao aumento da demanda por terras para o plantio de cana de açúcar. O Índice de Gini da região indica concentração fundiária forte a muito forte (OLIVETTE e CAMARGO, 2009).

Deste modo, a RMC é fortemente urbanizada e industrializada com um espaço rural moderno e concentrado. Estas características regionais favorecem a pluriatividade, tal como concebida por autores como Schneider e Saco dos Anjos (ver primeiro capítulo), o que justifica em grande medida o foco de nosso estudo. Agora, trataremos do município onde se situa a maior parte do assentamento, ou seja, Americana<sup>3</sup>. Trataremos apenas deste município, pois é nele que estão inseridas as famílias participantes do estudo. Assim, é a infraestrutura e os serviços públicos de Americana, apesar de parte do assentamento se encontrar no município de Cosmópolis, que os assentados desfrutam.

### **3.2.3 O município de Americana**

O assentamento Milton Santos está localizado na divisa dos municípios de Cosmópolis e Americana. As famílias participantes deste estudo se encontram no município de Americana, cujas terras pertenceram a uma sesmaria outorgada pela Cora Portuguesa no final do século XVIII. A área da sesmaria compreendia os municípios de Piracicaba, Santa Bárbara, São Carlos e Campinas.

Em 1799, é criada a Fazenda Salto Grande formada pelas Fazendas Palmeiras e Machadinho, iniciando o povoado de Americana (PREFEITURA DE AMERICANA, 2013). Em 1810, Salto Grande era uma das principais fazendas produtoras de cana de açúcar da região. Posteriormente, passou a produzir algodão, café e melancias. Em 1886, é instalada na área uma fábrica de tecidos para confeccionar roupas para escravos (KELLER, 2006).

---

<sup>3</sup> O assentamento é localizado em ambos os municípios de Americana e Cosmópolis. Neste estudo foram entrevistadas somente famílias que habitavam em Americana, sendo público alvo apenas de políticas públicas de um município.

A Fazenda era referência em modernidade no início do século XX, inclusive, em parceria com IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) desenvolveu sementes de algodão, milho, feijão e feno (PREFEITURA DE AMERICANA, 2013).

Paralelamente, a Guerra Civil nos Estados Unidos obrigava as famílias norte americanas a emigrarem. No Brasil, alguns destes imigrantes se instalaram na Vila de Santa Bárbara, hoje município vizinho de Americana, razão pela qual a influência norte-americana é incontestável na colonização local.

Com a instalação das ferrovias paulistas foi construída uma estação ferroviária próxima à Fazenda Machadinho, expandindo as linhas férreas entre Campinas e Rio Claro, o que favoreceu o povoamento do município (PREFEITURA DE AMERICANA, 2013). Os trabalhadores da estação consumiam produtos dos sítios locais e, com o passar do tempo, eles compraram terras próximas formando o primeiro núcleo habitacional. A ferrovia foi inaugurada em 27 de agosto de 1875, data do aniversário da cidade, nomeada pela população como Vila dos Americanos (KELLER, 2006).

Doze anos mais tarde, em 1887, imigrantes italianos passam a trabalhar na Fazenda Salto Grande. Eles eram agricultores com grande experiência, mas viviam em senzalas e já chegavam a débito com o fazendeiro. Posteriormente, vieram alemães, árabes e também migrantes do interior dos estados de São Paulo, Paraná e de Minas Gerais. Eles eram atraídos pelas fazendas de café e de cana de açúcar. Em seguida, foi à indústria têxtil que os atraiu (KELLER, 2006). A propósito, no assentamento, parte significativa da população é natural dos estados do Paraná e de Minas Gerais.

Entre 1833 e 1904, o controle da Vila de Americana era disputado entre Campinas e Santa Bárbara, até que houve a criação do Distrito de Paz de Villa Americana em Campinas (PREFEITURA DE AMERICANA, 2013). De vila a distrito, houve a criação de serviço policial, subprefeitura, iluminação, escola possibilitando condições para a emancipação e criação do Município de Villa Americana, em 12 de novembro de 1924, formado pela Villa Americana e Nova Odessa (KELLER, 2006). Em 1938, o município passa a se chamar apenas Americana. Em 1959, Nova Odessa é emancipada (KELLER, 2006).

Na década de 1930, a cidade vive um período próspero impulsionado pela indústria têxtil. Entre 1935 e 1970, as grandes indústrias terceirizavam a produção, fornecendo matéria prima ao trabalhador, que tecia em teares próprios e retornava o

produto para fábrica. A prática possibilitou o surgimento de pequenas indústrias têxteis, o que tornou a cidade o maior polo de produção de fibras artificiais e sintéticas da América Latina, atraindo multinacionais que se instalaram no município (PREFEITURA DE AMERICANA, 2013). A propósito, as terras onde hoje se localiza o assentamento já foram cultivadas com algodão.

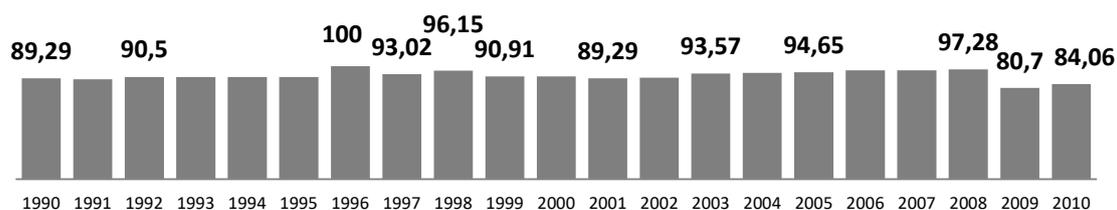
Já na década de 1990, a crise do setor têxtil, devido às importações de baixo custo e à forte concorrência com as tecelagens estrangeiras, levou a cidade a um processo de diversificação de atividades. Nos dias de hoje, apesar da indústria têxtil ainda ter força, desenvolveram-se outros setores importantes de produção industrial como o metalúrgico, químico e alimentício (KELLER, 2006).

Por outro lado, a previsão para 2013 era que a população chegasse a 224.551 habitantes em seus 133.930 km<sup>2</sup>, o que significa uma densidade demográfica de 1.572,75 hab./km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento populacional da cidade tem se mantido inferior a 1% desde a década de 1990 (IBGE, 2010).

A população residente no campo, em 2010, segundo o Censo Demográfico era estimada em 938 pessoas, ou seja, 0,43% dos habitantes. De fato, desde a década de 1970, o município já apresenta 93,97% dos seus habitantes em meio urbano. Como efeito, praticamente todo o município é considerado urbano pelo Plano Diretor Municipal. Assim, apresenta alto grau de urbanização. Suas áreas rurais passaram por acentuado processo de modernização agrícola, com alta taxa de êxodo rural.

Em relação aos trabalhadores, 0,06% do PEA tinha domicílio rural em 1991. Entre 2000 e 2010, o PEA rural caiu para 0,025% (IBGE, 2013). Ademais, o tamanho das famílias com domicílios rurais, em média, é de 3,4 pessoas (IBGE, 2013).

Historicamente e na atualidade, o monocultivo de cana de açúcar é a atividade agrícola predominante em Americana. No gráfico 3.1, destaca-se a área cultivada com cana de açúcar em porcentagem, em relação à área cultivada com lavouras temporárias no município, entre 1990 e 2010.



Fonte: IBGE (2013)

Gráfico 3.1 - Proporção de área cultivada com cana de açúcar em porcentagem em relação à área cultivada com lavouras temporárias entre 1990 e 2010 no município de Americana, SP.

Em 1996, com os incentivos federais para o plantio de cana de açúcar toda área rural do município foi cultivada com esta cultura. Em 2008, houve um grande decréscimo nesta produção com a crise internacional. De toda maneira, a cana manteve-se sempre acima de 80% da área cultivada do município com lavouras temporárias (Gráfico 3.1).

Entre as lavouras permanentes, destacam-se os pomares de citros com forma de ocupação semelhante à cana de açúcar. Em relação à produção animal, a suinocultura e avicultura são atreladas à agricultura familiar. A alta queda de produção no final dos anos 1970, coincide com o período de maior êxodo rural no município.

Em suma, a economia agrícola de São Paulo foi em grande medida baseada em latifúndios de monocultivos para exportação. Hoje, o processo de industrialização possibilitou um padrão moderno com relações avançadas de produção capitalista e mercantil.

Neste território emblemático para discutir as questões de nosso trabalho, há alta densidade demográfica, elevadas taxas de urbanização e de dinamismo econômico, com as terras mais valorizadas nos últimos anos e concentração fundiária considerada forte a muito forte. Americana reflete a situação da RMC, podendo ser pensado como um espelho regional. Nesta localização, o assentamento Milton Santos apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pluriatividade em razão do mercado de trabalho dinâmico e da agricultura em estágio avançado de modernização, fatores destacados como promotores da pluriatividade por diversos autores, conforme foi discutido no primeiro capítulo.

No próximo item, trataremos do assentamento Milton Santos. Assim, discutiremos sua implantação, seu estado atual de desenvolvimento, além da infraestrutura física e de suas relações com as áreas urbanas. O objetivo é

contextualizar o leitor sobre os elementos relacionados à dinâmica do assentamento, que influenciam a escolha das famílias assentadas pela estratégia pluriativa ou agrícola.

### 3.3 O assentamento Milton Santos

#### 3.3.1 O acampamento Milton Santos

As terras onde hoje se localiza o assentamento já foram ocupadas com culturas de café, algodão, cana de açúcar e soja. A área pertencia à família Müller até a década de 1940 (2ª Guerra Mundial), quando foi confiscada pelo governo Vargas. Após o confisco, a família Abdalla apossou-se da área (sítio Boa Vista), através da Fábrica de Tecidos Carioba por mais de 15 anos. Esta família foi denunciada por grilagem de terras em diversas regiões do estado, desde 1985 (FERNANDES, 1994).

No início dos anos de 2000, parte considerável dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) considerava a inexistência de terras passíveis para desapropriação na RMC. A partir desta visão, optou-se pela realização de trabalhos de base intermitentes, ou seja, organizavam-se as famílias para serem levadas para outras regiões.

Nestes trabalhos, parte das famílias que não desejava ir para o campo estabeleceu laços com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e a outra parte dos militantes continuou a luta pela terra. Havia esta dualidade de desejos, pois os trabalhadores mobilizados estavam na condição urbana, em grande medida, tratando-se de assalariados rurais, urbanos ou migrantes expulsos do campo (GOLDFARB, 2006).

Neste quadro, com a concepção do modelo de Comuna da Terra (apresentada no primeiro capítulo desta tese), inicia-se outra etapa da luta pela terra na RMC. Enquanto Comunas, haviam áreas passíveis de se transformarem em assentamentos na região.

Para tal perspectiva, e em busca de pressionar o poder público, o MST formou em 2002, o acampamento Terra Sem Males localizado na atual área do assentamento Milton Santos. A experiência foi considerada pelo movimento social

como a gestação do modelo de Comuna da Terra na RMC. Aqui, a luta pela terra consistia na denúncia da irregularidade da área utilizada pela usina Ester. As famílias ocuparam a terra, mas foram dispersas em seguida pela Polícia Militar.

Grande parte dos ocupantes de terra vive em situação marginal na cidade. As famílias são numerosas e enfrentam problemas como desemprego, falta de moradia e insegurança alimentar (MORUZZI MARQUES, 2014). Logo, a conquista da terra é vista como forma importante para a resolução de seus problemas.

Para engajar famílias para a formação do assentamento Milton Santos, o trabalho de base ocorreu nas periferias das cidades de Limeira, no bairro Ernesto Kiehl, em Campinas nos bairros Padre Josi, Campo Belo, Marque Exile, Monte Cristo e Carlos Marighela, e nas periferias das cidades de Cosmópolis e Paulínia.

As mobilizações das famílias que iriam ocupar a área foram realizadas por um grupo de militantes que morava e atuava em Campinas e também por outro coletivo de Limeira, apoiados pelo MTST e pelo Sindicato dos Metalúrgicos desta última cidade.

Para obter o apoio e os recursos necessários para a realização das mobilizações, o MST articula-se com outros movimentos, sindicatos e setores de alguns partidos políticos, em especial do Partido dos Trabalhadores (PT), via sua Secretária Agrária. Dentre os apoios, os sindicatos emprestaram o carro de som e realizaram o transporte; a Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra) forneceu cestas básicas para os militantes, que se hospedavam em casas de parentes ou alugadas para a realização do trabalho de base.

As 11 famílias assentadas consideradas neste estudo (amostragem de 13% das famílias assentadas) passaram pelo processo de mobilização e ocupação. As famílias nº 1, nº 3, nº 4, nº 6 e nº 7 (45% das famílias entrevistadas) eram vizinhas e moravam no bairro Ernesto Kiehl em Limeira. De Sumaré, no bairro Boa Esperança e de Campinas no Parque Oziel vieram quatro famílias, nº 2, nº 5, nº 10 e nº 11, o que corresponde a 36% de nosso universo. A família nº 9 morava próxima à primeira ocupação em Limeira e a família nº 8 se engajou através do MST da capital, que a encaminhou para acampamento.

O acampamento Milton Santos formou-se em 15 de novembro de 2005, na semana da consciência negra, que levou a homenagem ao geógrafo Milton Santos. A formação do acampamento, com a primeira ocupação, foi realizada por cerca de 70 militantes em Limeira na falida Granja Malavassi de 230 ha, próxima ao bairro

Ernesto Kiehl. Nesta ocupação, devido à proximidade da cidade, havia mais de 400 famílias. A pouca distância do meio urbano permitiu que os ocupantes viessem com a mudança em carrinhos de mão. Para o MST, as terras eram passíveis de reforma agrária, pois a falência da Granja Malavassi e o não pagamento de seus encargos trabalhistas colocavam as terras em poder da justiça (SALIM, 2007).

O MST tem como estratégia a realização de ocupações em áreas com chances maiores de massificação, próximo às cidades, assim, mais famílias se incorporam ao processo de luta pela terra. De fato, a ocupação de terra é vista como uma ação arriscada e ilegal, o que faz com que poucas famílias se submetam a este processo.

Com tal estratégia, o movimento teve início com as famílias realizando a ação de ocupação, durante a madrugada e sem a informação do local de seu destino. Tratou-se de uma ação que dependeu de grande confiança no grupo. A situação de marginalização social explica em grande medida tal engajamento (MORUZZI MARQUES *et al.*, 2014b).

Na primeira ocupação foi expedido um mandato de reintegração de posse da área, o que provocou a retirada das famílias. Com tal despejo, elas ocuparam a fazenda Santa Julia com 90 ha, próxima à rodovia ligando Limeira e Arthur Nogueira. O MST alegou que a fazenda era improdutivo, portanto passível de desapropriação. No entanto, uma liminar de reintegração de posse da área foi concedida. Não obstante, a desocupação não ocorreu, pois as famílias acampadas aguardavam por um parecer do INCRA referente à outra área destinada a criação do assentamento (SALIM, 2007).

A decisão ocorreu cerca de 40 dias da data da primeira ocupação (23/12/2005). O INCRA levou as famílias ocupantes escoltadas pela Polícia Militar para área onde se localiza o atual assentamento Milton Santos. No entanto, a condição concreta de acampadas das famílias perdurou por mais cinco anos, até a construção das casas.

No momento da ocupação da atual área do assentamento, o acampamento contava com 140 famílias procedentes dos municípios de Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Limeira e Sumaré. A organização interna do acampamento foi estruturada através de cinco núcleos de 20 famílias cada um, com um coordenador e uma coordenadora cada, constituídos por setores como alimentação, produção, saúde, segurança e frente de massa (SALIM, 2007).

A conquista da área do assentamento pelo MST promoveu estabilidade para novas lutas na região e abriu perspectivas para conquistas de novas áreas. Convém

realçar que na região há áreas desapropriadas por diferentes razões pelo governo militar. Assim, o objetivo do movimento social era de conquistar todas as áreas irregulares.

O decreto de desapropriação da área do assentamento assinado na época do governo militar correspondia, na época, a uma área referente a quatro propriedades: sítio Boa Vista (72 ha), que pertencia ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social); Arrançamento do Zezé (29 ha), que era arrendada para cana de açúcar; Fazenda Saltinho (125 ha), que pertencia ao Estado de São Paulo e Sítio Jacutinga (36 ha), que pertencia à Prefeitura Municipal de Americana, totalizando 262 ha.

A criação do assentamento não incorporou todas as áreas desapropriadas pelo decreto, pois elas não pertenciam ao Governo Federal. A área destinada aos assentados (102 ha) foi considerada pequena para ser dividida entre todas as famílias trazidas pelo INCRA. Deste modo, para o MST seria necessário à conquista de toda área desapropriada pelo governo militar para consolidação de um assentamento.

Para conquistar toda área desapropriada, desde o início da formação do Milton Santos, os assentados, outros sem-terra e seus aliados realizam ocupações nas imediações. Afinal, para os assentados, nos assentamentos de Sumaré, a luta perdurou-se por anos e resultou na ampliação da área. Assim, tal evolução foi também esperada em torno do Milton Santos.

Estas ocupações tinham como objetivo atrair a atenção da sociedade e do governo para a área utilizada ilegalmente pela Usina Ester. As ocupações iniciaram-se um ano após a instalação do assentamento na área vizinha do sítio Boa Vista, mas a justiça concedeu a reintegração de posse e os assentados desocuparam a área. No ano seguinte, novamente os assentados ocuparam a área por mais 10 dias até a emissão de uma liminar de reintegração de posse. No ano subsequente, foi realizada outra ocupação durante um mês, que terminou com mais uma expedição de liminar de reintegração de posse.

A propósito, a posse da área do assentamento passou por disputa judicial em janeiro de 2013. O imbróglia jurídico se refere a uma cláusula no decreto de desapropriação de 1976, no qual se prevê que se o valor das terras confiscadas fosse maior que a dívida com a União, parte do patrimônio fundiário seria devolvido, inclusive a área onde se encontra o assentamento. Em 1981, o Grupo Abdalla acionou a justiça com uma prestação de contas, obtendo a devolução das terras. No

entanto, o Grupo não as registrou em cartório, pois tinha outras dívidas com a União configurando ocultação de patrimônio.

Sem a informação sobre a devolução, o INSS repassou, portanto, as terras ao INCRA, que criou o assentamento e investiu cerca de 1,4 milhões de reais até 2013. No entanto, no referido ano, a Usina Ester e o Grupo Coutinho, proprietário da EPTV/Campinas, filiada à Rede Globo, entrou com uma ação na justiça de reintegração de posse, que foi concedida em favor da Usina e do Grupo. Desta forma, tal ameaça mobilizou um grupo muito grande de apoiadores para manifestações em defesa da permanência do assentamento (DEGASPARI *et al.*, 2015).

De todo modo, a proposta inicial do INCRA para a criação do assentamento previa uma área de três a cinco hectares por família, com infraestrutura produtiva instalada e próxima a cidade. No entanto, tal perspectiva nunca se confirmou.

A sensação de falta de qualquer infraestrutura se associa a uma negligência importante do governo municipal e do INCRA com o assentamento, o que leva a uma evidente visão de descaso. Para os assentados, nem mesmo a imprensa municipal apoiou a formação do Milton Santos, pois divulgava que os assentados moravam em barracos, sem energia elétrica, não realizavam atividades agrícolas e sobreviviam graças a doações de cesta básica. A propósito, a visão pejorativa sobre os assentados e sem terras, sobretudo aquela veiculada pela grande mídia, é recorrentemente lembrada em diferentes depoimentos destas famílias.

Em contrapartida, os assentados se sentiram apoiados pela Igreja Católica (Comissões Pastorais da Criança e da Terra) e por sindicatos que participaram dos processos de luta e do desenvolvimento do assentamento desde o início. Após a instalação dos assentados, outros apoios se desenvolveram, notadamente os universitários, como o da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”) via grupo TERRA (Territorialidades Rurais e Reforma Agrária) e o Núcleo de Agroecologia Nheengatu, FEAGRI (Faculdade de Engenharia Agrícola), EMBRAPA Meio Ambiente (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e equipe da Geografia da Universidade de São Paulo.

### 3.3.2 O assentamento Milton Santos

As terras do assentamento estão, portanto, posicionadas entre os municípios de Americana (56 hectares) e Cosmópolis (48 hectares). Sua área total é de 103,45 hectares distribuídos em Reserva Legal (20,88 ha), Área de Preservação Permanente (10,88 ha) e Área Agrícola (71,84 ha). O assentamento é formado por 70 lotes de cerca de um hectare.

Além do monocultivo em larga escala de cana de açúcar, o entorno é entrelaçado por indústrias, bairros urbanos periféricos, chácaras de lazer, empresas de recreação e alguns remanescentes de mata ciliar. A vegetação nativa predominante é estacional a semidecidual.

Em linhas gerais, a produção do assentamento Milton Santos desde sua criação é, sobretudo, de hortaliças comercializadas principalmente através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea. Em 2012, a produção agrícola constituía a principal fonte de renda para 51% das famílias e a segunda para 45%. Em razão da proximidade de conglomerados urbanos e da área reduzida dos lotes de produção, atividades agrícolas com alto valor agregado como horticultura comercializada em circuitos curtos destacam-se no assentamento.

A produção de verduras, principalmente rúcula e alface (LEITE, 2011) é prejudicada pela falta de água nos lotes, o que é considerado o maior entrave produtivo para 56% das famílias. Estudo realizado por Leite (2011), sobre a viabilidade da produção de hortaliças no assentamento relevou que há baixa disponibilidade de água para irrigação. Segundo o estudo, o córrego Jacutinga, que abastece o assentamento tem vazão de 127 l/s, permitindo o uso de 63 l/s de água para irrigação. Para tal, as condições de armazenamento são essenciais e a irrigação de cada lote deve ocorrer em diferentes horários.

Por outro lado, no assentamento não há creche, escola ou espaços para prática de atividades de lazer ou esporte. Existe um barracão de uso coletivo para realizações de reuniões, festas, festivais de cinema e teatro promovidos pelos assentados e instituições parceiras.

Também não existem empreendimentos coletivos como agroindústria, mas há a formação, desde 2014, de pequenos grupos de OCS (três em vias de consolidação com 22 participantes) e uma associação. A ACOTERRA (Associação

Comuna da Terra Das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista) está em processo de liquidação para reabertura de outra.

A liberação de créditos para instalação das famílias, ou seja, a disponibilização de recursos a fundo perdidos (que atendem esferas como alimentação e moradia) atrasou de um a três anos. Os recursos financeiros para alimentação foram no valor de R\$ 1.900,00 e para a construção da moradia R\$ 15.000,00 por família liberados entre os anos de 2007 a 2010. Ainda é prevista a chegada de outras parcelas de valores maiores. Os recursos foram aplicados na alimentação, construção de casas e na aquisição de um trator para uso coletivo. O atraso na liberação destes recursos deixou os assentados por mais tempo em condições de acampados.

O lixo é coletado pelas prefeituras municipais de Americana e Cosmópolis semanalmente em todos os lotes. A localização privilegiada próxima às cidades facilita o transporte e coleta do lixo. No país 67% dos domicílios rurais não têm serviço de coleta de lixo, em São Paulo são 19% (IPEA, 2013).

Ademais, em mais de 90% dos lotes há energia elétrica. O Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia, em funcionamento desde 2003, permitiu a instalação elétrica no assentamento em 2011.

As características do assentamento como área produtiva reduzida e sem acesso à água limitam a prática agrícola. Nesta medida, é comum o trabalho fora do lote, o que é tratado a seguir com um olhar sobre as condições de acesso à área urbana pelos assentados.

### **3.3.3 O acesso às cidades**

A ideia da mobilidade é inerente à vida no campo, afinal os habitantes rurais devem mover-se em busca de acessar a bens e serviços necessários a sua vida cotidiana (WANDERLEY, 2009), conforme tratado no primeiro capítulo. Deste modo, trataremos aqui das principais motivações que levam os assentados a se deslocarem para as áreas urbanizadas e também da forma como ocorre o deslocamento, bem como das características da infraestrutura disponível para o transporte. O intuito é levantar elementos que auxiliam na compreensão da atividade não-agrícola ocorrida fora do assentamento e contextualizar o estado da

infraestrutura física por onde transitam as pessoas e os produtos entre o assentamento e as cidades do entorno.

Convém neste ponto destacar que a concepção da “Comuna da Terra” em Regiões Metropolitanas prevê uma relação intensa e diversificada entre o assentamento e as áreas urbanas (MATHEUS, 2003). Trata-se de uma concepção que favorece uma conexão mais estreita entre o campo e a cidade, que quanto mais intensa e diversificada mais favorece a pluriatividade e a dinamização do mundo rural (WANDERLEY, 2009).

Em nosso estudo, foi possível estimar que a frequência de deslocamentos realizados pelos assentados entrevistados até as áreas urbanas varia bastante, desde uma viagem diária até uma a cada dois meses, com média de pelo menos um deslocamento para a cidade ao mês. A frequência é maior entre as famílias pluriativas consideradas em relação àquelas com estratégia de renda agrícola.

As principais motivações que levam as famílias entrevistadas a se deslocarem para a cidade (além da prática da pluriatividade) se referem ao pagamento de contas ou à realização de compras (55% das famílias participantes da pesquisa), além da busca por tratamentos médicos (36%) e do acesso a escolas para crianças e jovens. Os assentados só se deslocam para áreas mais urbanizadas em busca de serviços que não são prestados em áreas periurbanas próximas.

Praticamente não existem postos de saúde em áreas rurais do estado (KASSOUF, 2005). É assim também entre as famílias assentadas entrevistadas recorrem ao atendimento médico (90%) em posto de saúde no bairro Zanaga.

No assentamento Milton Santos, as famílias consideradas são assistidas por agentes de saúde em visitas que ocorrem a cada três meses em 82% das moradias, principalmente em famílias com estratégia de renda agrícola (80%) e menos em pluriativas (67%). Em pesquisa de Medeiros *et al.*, (2004), 62% das famílias assentadas no país são assistidas por agentes de saúde municipal. A satisfação com o atendimento dos agentes é de 45% dos assentados do país e, em São Paulo, de 53% (IPEA, 2013). Assim, no Milton Santos o atendimento dos agentes de saúde é mais eficaz, em termos quantitativos do que em outros assentamentos.

Caso haja algum assentado doente devendo passar por tratamento médico prolongado, a medicação é adquirida em farmácias populares do governo estadual. Entre as famílias assentadas entrevistadas, 73% têm algum membro que passa por este tipo de tratamento. No caso das famílias com estratégia de renda agrícola, há

menos doentes (60% dos membros) do que em famílias pluriativas (67%). Chama a atenção a grande quantidade de assentados com doenças crônicas.

Outro motivo frequente do deslocamento para as áreas urbanas é o acesso à escola por crianças e jovens. Das famílias consideradas no estudo, 27% têm filhos na escola. Os estudantes frequentam a escola estadual em Americana, no bairro Zanaga. O deslocamento ocorre por perua escolar da prefeitura municipal, com duração média de 15 a 30 minutos da porta de casa à escola. Ademais, a qualidade do ensino é considerada boa para 67% dos pais, embora a razão principal desta avaliação esteja relacionada ao transporte. A discordância sobre a qualidade do ensino está relacionada ao *bullying* que as crianças sofrem: em razão de serem assentadas são chamadas de “pés vermelhos”.

O deslocamento de jovens rurais à escola localizada na cidade é uma rotina frequente entre os paulistas, já que apenas 2,8% das escolas estão em áreas rurais no estado. Os estudantes rurais paulistas do ensino fundamental (52%) frequentam a escola urbana (IPEA, 2013). No ensino médio, 85% dos estudantes do campo estudam na cidade (IPEA, 2013).

O deslocamento entre o assentamento e as áreas urbanas do entorno é realizado por estradas com qualidade considerada precária por 82% dos assentados entrevistados. Com vias de acesso ao assentamento em péssimo estado, a ligação com as áreas urbanas está comprometida, prejudicando o acesso a bens e serviços urbanos e a dinamização econômica (WANDERLEY, 2009), além da prática da pluriatividade (FÜLLER e BRÜN, 1988).

Em relação à qualidade das estradas internas do assentamento Milton Santos, a sensação de precariedade também é dominante entre os entrevistados. No que se refere ao conjunto dos assentados brasileiros, estudo de Medeiros *et al.*, (2004) revela que 21% das estradas estão em estado precário e 38% são inacessíveis na chuva. A condição de precariedade das estradas e o descaso do Estado com a manutenção das vias comprometem as teias de relações e ligações entre o rural e o urbano, desfavorecendo o desenvolvimento do assentamento (ABRAMOVAY, 1998).

Mesmo com vias de acesso precárias, as famílias assentadas consideradas se deslocam para áreas urbanas por transporte público (64%) ou automóvel (36%). O transporte público é fundamental para garantir o acesso dos assentados à áreas

urbanas, no entanto, na realidade brasileira, o transporte público é presente em apenas 40% dos assentamentos (MEDEIROS *et al.*, 2004).

A qualidade do transporte público é considerada ruim por todos os assentados visitados, principalmente em razão da pouca disponibilidade de horários, comprometendo o acesso à área urbana e a seus serviços e oportunidades. As distâncias percorridas pelos assentados entre os lotes e o ponto de parada de ônibus variam entre 200 a 800 metros. Entre o assentamento e a área urbana, o percurso é realizado em 20 minutos pelo ônibus, tempo semelhante do deslocamento dos assentados em 36% dos assentamentos brasileiros (MEDEIROS *et al.*, 2004).

Entre as famílias com renda principal oriunda da agricultura, o transporte público para deslocar-se para áreas urbanas é essencial para 80% delas, apenas 20% utilizam automóveis. Estas famílias se deslocam para a cidade em busca do acesso a serviços de saúde (40%) e para pagar contas ou fazer compras (40%). Pelo contrário, as famílias com estratégia pluriativa se deslocam para as áreas urbanas com carro próprio (67%), motivadas pela realização de compras e pagamentos. É possível que as famílias com estratégia pluriativa, em razão de terem laços mais estreitos com a área urbana, optaram pela aquisição de um automóvel particular devido à precariedade do transporte público e a ligação intensa com a cidade.

Por outro lado, devido ao assentamento estar localizado em área periurbana, o entorno é alvo de especulação imobiliária. Na vizinhança, surgem bairros com lotes para construção de casas de moradia, chácaras de lazer, ranchos e barracões industriais.

Em suma, as vias de acesso e internas ao assentamento são precárias e o deslocamento é realizado por transporte público considerado ruim. Ambos os fatores inviabilizam uma ligação dinâmica com as áreas urbanas, comprometendo em certa medida o desenvolvimento do assentamento e da pluriatividade.

Tendo em vista os elementos relacionados à estrutura dinâmica regional e local, que estimulam ou restringem a pluriatividade, o foco agora passa a ser na família assentada dado que as decisões estratégicas são tomadas neste nível, conforme Mattei (2007) e Carneiro (2000).

### 3.4 As famílias assentadas

Para o exame da pluriatividade é fundamental compreender o modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas cotidianos, mantendo uma situação de estabilidade socioeconômica e reprodução social, conforme orientam diversos estudos sobre os assentamentos discutidos anteriormente (CARNEIRO, 2000; MATTEI, 2007).

#### 3.4.1 A experiência de vida dos chefes das famílias assentadas

As decisões das famílias dependem de seus costumes e tradições (FÜLLER e BRÜN, 1988), valores ligados à experiência de vida. Deste modo, trataremos sobre a trajetória de vida dos chefes das famílias participantes deste estudo, em busca de compreender seus anseios e expectativas.

Os chefes das famílias entrevistados têm diversas origens sociais, com diferentes leituras da sua própria experiência e projetos de vida não concretizados (MARTINS, 2003). A mentalidade é alicerçada na experiência urbana, a partir de um modo de vida e de ordenamento do trabalho sob lógicas do mundo urbano.

As famílias que priorizam a produção agrícola como principal estratégia de renda vivenciaram experiências diversas de trajetórias em relação ao mundo urbano. A ligação entre todos os trajetos familiares é a vivência em condições de vida precárias e instáveis, quer no campo ou na cidade.

Nas famílias com estratégia de renda agrícola nº 1 e nº 2, os ascendentes dos chefes viveram ora como minifundistas, ora como arrendatários. Eles se encontravam em situação de vida precária habitando regiões não-dinâmicas do país, que ofereciam poucas oportunidades de trabalho. A situação econômica dos ascendentes levou os chefes das famílias assentadas a imigrarem para outros estados, habitando o meio rural como arrendatários ou trabalhadores rurais, vivendo em condições de vida e trabalho análogos aos pais. Nestes dois casos, em nenhum momento de sua trajetória as famílias romperam com o rural.

Já a família com estratégia agrícola nº 3 é chefiada por mulher que nasceu e viveu apenas em meio urbano nas regiões próximas ao assentamento. Ela trabalhava como diarista e morava nos empregos. Em razão do desemprego,

engajou-se na luta pela terra. Mesmo com experiência de trabalho urbana, ela não pratica a pluriatividade.

Os chefes das famílias com estratégia de renda agrícola nº 4 e nº 5, devido às condições precárias de vida emigraram de outros estados para habitar as periferias das cidades da RMC. Todavia, continuaram a trabalhar como boias frias em canaviais e pomares de laranja. Estas famílias habitavam precariamente o meio urbano e puderam retornar ao campo graças a uma ação de reforma agrária.

O chefe da família com estratégia agrícola nº 6 nasceu e passou toda a trajetória profissional em meio urbano. Quando ele se aposentou passou a produzir bananas no Vale do Ribeira em propriedade própria. No entanto vendeu o estabelecimento para viver próximo à família, que morava em Limeira. Já no município, durante a segunda ocupação em forma de acampamento, ele se inseriu no movimento social e foi assentado.

Os antecessores dos chefes das famílias pluriativas nº 7 e nº 8 trabalhavam ora como agricultores minifundistas, ora como arrendatários ou trabalhadores rurais, e habitavam regiões pouco dinamizadas do país. Os chefes destas duas famílias se encontravam em péssimas condições de vida e com poucas oportunidades de trabalho. Assim, eles buscaram novas possibilidades e migraram, mas continuaram a trabalhar e viver em condições análogas a seus pais. A precariedade os levou a migrarem novamente, desta vez para as cidades, habitando periferias onde aprenderam profissões como pedreiro, mecânico, doceiro, entre outras. As condições de vida tornaram-se mais satisfatórias e havia maiores oportunidades de trabalho. Nas cidades, com profissões definidas, as mudanças para outros municípios eram mais decorrentes da disponibilidade de empregos do que em relação às condições de vida. Estas famílias se engajaram na luta pela terra devido ao sonho de retornar ao campo.

Na família pluriativa nº 9, o chefe vivia como andarilho na capital paulista, onde conheceu o MST que o encaminhou ao assentamento. Já a esposa é filha de boias fria. Ambos foram habitantes urbanos que vivenciaram diversas migrações devido à precariedade das condições de vida. Ela trabalhou como boia fria e diarista até a instalação no Milton Santos.

Para estes assentados, a experiência urbana é marcante. Mesmo em famílias com estratégia de renda agrícola, a maior parte já vivenciou o urbano de modo

acentuado. Assim, sua concepção e visão de mundo são alicerçadas no modo urbano, o que pode favorecer a escolha da estratégia pluriativa.

De outro modo, a trajetória de vida das famílias entrevistadas evidencia que muitas resistiram ao êxodo rural. O retorno ao campo pode significar o resgate de suas raízes, em particular no que se refere à produção agrícola, principalmente se a atividade agrícola for bem-sucedida.

### **3.4.2 Os e as chefes das famílias**

Apesar de a experiência urbana ter ocorrido durante um período longo em suas trajetórias de vida, os e as chefes das famílias entrevistados(as) (90%) relatam ter experiência em trabalho rural vivenciada na infância, já que seus ascendentes eram agricultores ou trabalhadores rurais, tal como em outros assentamentos paulistas (90%) (BERMASCO *et al.*, 2004) e em assentamentos brasileiros (94%) (MEDEIROS, *et al.*, 2004). A experiência rural vivenciada na infância muitas vezes não assegura a incorporação de conhecimentos para o assentado desenvolver a atividade agrícola.

O fato da maior parte dos chefes das famílias consideradas terem habitado áreas urbanas imediatamente antes de se instalarem no assentamento, exceto em dois casos de famílias agrícolas, pode limitar a prática da agricultura, afinal alguns estavam empregados em atividades urbanas. Em pesquisa de Medeiros *et al.*, (2004) nos assentamentos brasileiros, 20% dos assentados moravam em área urbana. Nos assentamentos paulistas, esta proporção era 25% (BERGAMASCO, *et al.*, 2004). No Milton Santos, a vivência urbana é mais acentuada que noutros assentamentos e reflete na mentalidade e no modo de vida urbano evidenciados em seu cotidiano, o que pode promover a pluriatividade.

Ademais, dentre os chefes entrevistados que relatam ter experiência de trabalho rural, 36% vivenciaram a ruralidade em propriedades da família. Já nos assentamentos brasileiros, foram 7% os chefes que tiveram esta experiência (MEDEIROS *et al.*, 2004). A presença de filhos de ex-proprietários rurais é mais acentuada no Milton Santos. Além deste grupo, 25% dos chefes vivenciaram a experiência como boias frias, 25% em terras de outros não especificadas e 7% como

meeiros. A região onde se localiza o assentamento é marcada pela presença histórica de boias-frias, como já descrito anteriormente.

Mesmo com o retorno ao campo, apenas 32% dos assentados se identificam como agricultores, evidenciando o peso da pluriatividade, pois 29% se identificam com profissões urbanas e 26% não têm idade para trabalhar e 13% não trabalham. A identidade social emerge das práticas e comportamentos e são vistas pelos meios e modos de fazer e viver das pessoas (RODRIGO, 1992 p. 191 *apud* SOUZA, 2004).

As famílias entrevistadas são chefiadas por homens (57,6%) oriundos da região Sudeste (46%), principalmente de São Paulo (34%) e Minas Gerais (12%). Já os nordestinos representam 31%, especialmente os baianos e os pernambucanos e 23% vieram de outros estados. Em assentamentos estaduais, há presença significativa de mineiros, paranaenses e nordestinos (BERGAMASCO, *et al.*, 2004), tal como no Milton Santos.

Dados mais gerais mostram que 30% dos membros das famílias assentadas brasileiras são naturais do próprio estado e do mesmo município onde foram assentados (MEDEIROS, *et al.*, 2004). Da mesma forma, os municípios em que os membros das famílias aqui consideradas nasceram, são próximos, tais como Limeira, distante 27 km do assentamento, onde nasceram 41 % dos membros, e Campinas contando com 5 % dos nascimentos dos assentados. As famílias com estratégia agrícola são formadas por 58% de membros nascidos em Limeira ou Campinas, já as famílias pluriativas 41%.

Em suma, os chefes de famílias consideradas são filhos de trabalhadores rurais que não conseguiram se fixar no campo e migraram para as cidades, ou são filhos de ex-proprietários rurais familiares expulsos com a acentuação do processo de modernização agrícola. O retorno de filhos de ex-proprietários rurais ou trabalhadores rurais possibilita a retomada da prática agrícola graças, portanto, a projetos de reforma agrária com vistas à justiça social.

Por outro lado, a mentalidade urbana no modo de vida dos assentados entrevistados é acentuada, o que não surpreende, visto a concepção da Comuna da Terra, que visa agregar à luta pela reforma agrária moradores das periferias de Regiões Metropolitanas. Este tipo de retorno ao campo tende a favorecer a pluriatividade, principalmente se a atividade agrícola não for capaz de satisfazer as necessidades materiais das famílias.

### 3.4.3 As famílias

As características das famílias como composição e tamanho influenciam na escolha pela estratégia pluriativa, uma vez que estão relacionadas com a disponibilidade de trabalho familiar (CARNEIRO, 2006).

Assim, convém observar que as famílias visitadas do Milton Santos são compostas em boa parte por quatro membros (43%). Nos assentamentos paulistas, predominam núcleos familiares com cerca de cinco membros (BERGAMASCO *et al.*, 2004). A metade destes núcleos é encontrada em assentamentos brasileiros (19%). A propósito, 54% das famílias assentadas no país são formadas por dois a quatro membros (INCRA, 2009). Ademais, há muitas famílias que foram assentadas entrevistadas com pequeno tamanho, quer dizer apenas um indivíduo assentado (19%), dois membros (23%) ou mais que cinco (15%). Estes casos são mais comuns no Milton Santos que em assentamentos brasileiros, com 26% de casos deste tipo (INCRA, 2009).

No Milton Santos, as famílias são, portanto, de tamanho menor que nos assentamentos paulistas e brasileiros. As famílias nucleares formadas por casais e filhos predominam (29%), mas não de forma expressiva. Em assentamentos brasileiros, este arranjo familiar corresponde a 75% dos casos (MEDEIROS, *et al.*, 2004), proporção bem maior portanto que no Milton Santos.

No assentamento em estudo, os assentados são filhos dos titulares (39%), titulares (29%), conjugues (18%) ou agregados (14%). Em assentamentos brasileiros, há a presença de filhos em 82% dos lotes e de conjugues em 86% (MEDEIROS *et al.*, 2004). Assim, os filhos permanecem presentes no lote rural por serem crianças, como indica o gráfico 3.2, ou em razão da possibilidade de êxodo dos jovens ser menos acentuada. Em ambos os grupos de estratégias das famílias, agrícola ou pluriativa, os filhos (41%) estão presentes nos lotes.

Os agregados estão presentes em cerca de 30% das famílias entrevistadas no Milton Santos, quase como em assentamentos brasileiros, onde se encontram em 26% dos lotes (MEDEIROS *et al.*, 2004). Assim, estes espaços são vistos como locais seguros para parentes frente a um momento de instabilidade.

As famílias pluriativas consideradas no Milton Santos são formadas por mais membros que aquelas agrícolas, situação semelhante relatada por Schneider, *et al.*, (2006); Schneider, (2009b), conforme tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Porcentagem de famílias conforme a estratégia de renda adotada e o número de membros do assentamento Milton Santos em Americana, SP.

<b>Famílias</b>	<b>Agrícolas</b>	<b>Pluriativas</b>
4 ou menos membros	57%	42%
Mais que 4 membros	43%	58%

Fonte: Autor.

Famílias de tamanho maior terão mais mão de obra disponível favorecendo a diversificação de atividades e a pluriatividade, conforme relatam diversos estudiosos do fenômeno. As famílias de tamanhos maiores têm maiores chances para optar pela estratégia pluriativa devido à maior disponibilidade de trabalho (SACO DOS ANJOS, 2003).

Em suma, no assentamento Milton Santos, as famílias consideradas são jovens e com grande disponibilidade de mão de obra, uma vez que parte significativa é composta de homens com plena capacidade de trabalho físico. As famílias agrícolas têm tamanho menor que as pluriativas.

#### **3.4.4 Os membros das famílias<sup>4</sup>**

A proposta para análise da pluriatividade tratada anteriormente nesta tese revela que o ciclo demográfico da família, bem como o sexo e o grau de escolaridade dos membros, são elementos fundamentais na opção pela estratégia pluriativa (CHAYANOV, 1974; SCHNEIDER, 2003; FÜLLER, 1987). Trata-se de um conjunto de fatores importantes para inclusão no mercado de trabalho.

No assentamento Milton Santos, predominam homens (53%), assim como em assentamentos paulistas (DI PIERRO e ANDRADE, 2009; ITESP, 1999) e brasileiros (53,4%) (INCRA, 2009), assim como na área rural do estado (54,3%) (IBGE, 2010). Eles estão mais presentes em famílias com estratégia de renda agrícola (62%), do que naquelas pluriativas (53%). Tal como sugerido em estudos importantes, está em curso um processo de masculinização do campo (GRAZIANO SILVA e DELGROSSI, 2002a).

As pirâmides etárias (Gráfico 3.2) revelam a estrutura etária e por sexo da população.

<sup>4</sup> As informações referentes aos itens 3.4.4, 3.4.5 e 3.4.6 deste documento são referentes a 54 famílias, e classificadas conforme a tipologia proposta pela tese. Os dados foram obtidos em diagnóstico realizado pelo Núcleo de Agroecologia Nheengatu, da qual a autora fez parte.

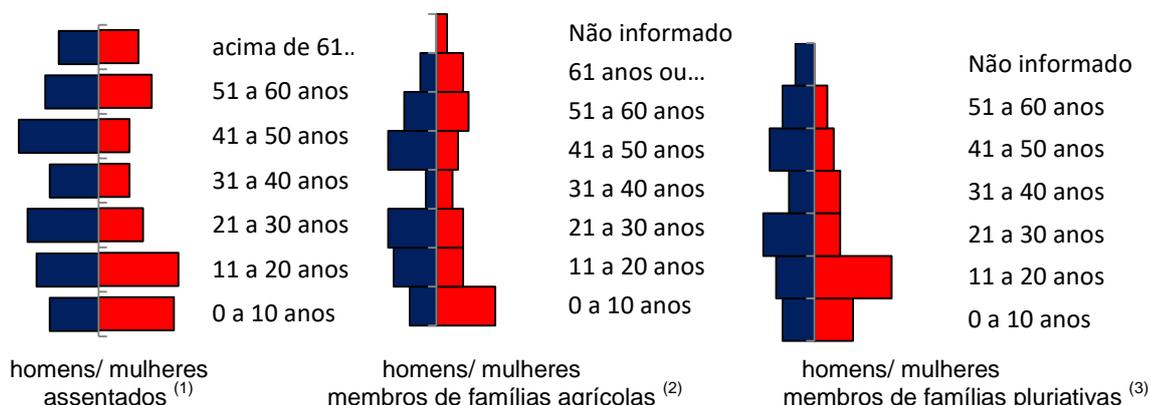


Gráfico 3.2 - Pirâmides etárias da população assentada e dos membros das famílias com estratégias agrícola e pluriativas respectivamente em no assentamento Milton Santos, Americana, SP. <sup>(1)</sup> 52 famílias com 180 membros, <sup>(2)</sup> 23 famílias com 83 membros e <sup>(3)</sup> 17 famílias com 69 membros

Os homens se concentram na faixa etária com melhor vigor para a realização de trabalho físico, entre 21 a 50 anos (Gráfico 3.2), principalmente entre 30 e 40 anos onde há uma tentativa de inserção no mercado de trabalho mais acentuada. Ademais, 40% dos assentados estão nessa faixa. Assim, há mais adultos em idade produtiva no Milton Santos que em assentamentos brasileiros (33%) (INCRA, 2009). Em outras palavras, há bastante disponibilidade de mão de obra no Milton Santos.

Não obstante, há um número importante de pessoas acima dos 51 anos (24%) faixa etária em que o vigor físico tende a diminuir e dificulta a realização de trabalho pesado. No conjunto dos assentamentos brasileiros, esta porcentagem é menor, de 17,5%. De fato, o meio rural vem assistindo o processo de envelhecimento de sua população (CAMARAMO e ABRAMOVAY, 2014), e o assentamento em estudo vem correspondendo a esta tendência.

As meninas predominam entre as crianças de 0 a 10 anos (tanto nas famílias agrícolas como nas pluriativas) e correspondem a 17% do total. Os jovens e adolescentes (11 a 20 anos) são 19% da população (Gráfico 3.2). As crianças e os jovens representam uma faixa menor neste assentamento, do que em assentamentos brasileiros (45%) (INCRA, 2009).

Predominam, como já mencionado, na população assentada no Milton Santos homens em idade economicamente ativa, revelando grande disponibilidade de mão de obra tanto para as atividades agrícolas, quanto para a pluriatividade A

disponibilidade de mão de obra favorece o surgimento da pluriatividade (SCHNEIDER, 2009b).

Ademais, as pirâmides etárias (Gráfico 3.2), que permitem comparar a idade e o sexo de membros das famílias pluriativas ou agrícolas, revelam que as crianças (0 a 10 anos) são 21% dos membros de ambos os tipos de famílias. Os adolescentes (entre 11 a 20 anos) se concentram em famílias pluriativas (21%). Os adultos, entre 21 a 50 anos, predominam de forma muito semelhante entre as famílias pluriativas (45%) e agrícolas (49%).

A maior disparidade entre os membros das famílias pluriativas e agrícolas está nas faixas etárias acima de 51 anos (Gráfico 3.2), que representam 15% dos membros de famílias agrícolas e 3% em pluriativas. Em famílias agrícolas, há mais membros idosos e nas pluriativas mais jovens, tal como observa Schneider *et al.*, (2006; 2009a) sugerindo que o ciclo demográfico familiar, em uma fase jovem, favorece a pluriatividade, conforme evidencia Chayanov (1974).

As famílias com estratégia agrícola têm idade média de 44,3 anos, sendo mais velhas do que as pluriativas que apresentam uma média de 33 anos. Da mesma forma, na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), as famílias pluriativas têm em média idade 27 anos, já aquelas agrícolas têm 36,5 anos (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2011). As idades dos membros das famílias no assentamento Milton Santos são mais avançadas, do que a média dos assentamentos do estado.

O ciclo demográfico da família é o elemento base para tomadas de decisões estratégicas, dado que o uso dos fatores de produção depende da disponibilidade de força de trabalho (CHAYANOV, 1974; SCHNEIDER, 2009b; SACO DOS ANJOS, 2003). As famílias mais jovens têm maior disponibilidade de trabalho permitindo a diversificação de atividades e fontes de renda. Ademais, os lotes com tamanhos reduzidos de assentamentos nas modalidades PDS periurbano não são capazes de absorver toda mão de obra disponível pelas famílias numerosas, o que promove a pluriatividade no assentamento.

De outra forma, o grau de escolarização da população é intimamente relacionado ao desenvolvimento, que é ligado à capacidade dos indivíduos em realizar escolhas na perspectiva de Amartya Sen (2010). O baixo grau de escolaridade é relacionado à pobreza, baixa qualidade de vida e pouca capacidade em realizar escolhas (SEN, 2010). A escolarização dos assentados no Milton Santos é baixa, assim como de assentados brasileiros (INCRA, 2009) e dos

habitantes rurais (DECASTRO, 2012). O baixo grau de instrução priva de condições fundamentais de liberdade participativa, mudança social, equidade (SEN, 2010) e dificulta o uso de novas tecnologias. O grau de instrução também influi na renda rural (SCHNEIDER, 2006). A baixa escolaridade prejudica o crescimento de atividades não-agrícolas, que contribuem para a redução da concentração da renda rural (NEY e HOFFMANN, 2009).

A pouca escolaridade das famílias rurais se reflete, portanto, nas disparidades socioeconômicas entre áreas urbanas, rurais e de reforma agrária. Trata-se de um tempo muito reduzido de permanência na escola.

O grau de escolarização em assentamentos paulistas tende a ser maior que em outros estados (IPEA, 2013). No Milton Santos, 34% dos assentados não completaram o 1º grau, 21% frequentavam a escola em 2013, 22% finalizaram o 1º grau 11% são analfabetos, 8% completaram o 2º grau e 4% não completaram o 2º grau. No estado de São Paulo, 65% dos assentados frequentaram o 1º grau (DIPIERRO e ANDRADE, 2004). A baixa escolaridade é efetivamente um entrave a pluriatividade e a inserção no mercado de trabalho.

O analfabetismo no Milton Santos (11%) é praticamente igual àquele do meio rural paulista (13%) e dos assentamentos de São Paulo (11%), mas um pouco menor, do que aquele em assentamentos brasileiros no ano de 2004 (16%) (IPEA, 2013). A escolarização dos habitantes rurais paulista tem aumentado nas últimas décadas (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011).

No assentamento em estudo, os membros das famílias pluriativas são os mais escolarizados: 26% completaram o 1º grau e 23% não finalizaram, 23% frequentavam a escola em 2013 e 23% o 2º grau, 5% não têm idade escolar. Já entre as famílias agrícolas, 62% dos membros completaram o 1º grau e 3% finalizaram o 2º grau, os restantes são analfabetos e estudantes ou não completaram o 2º grau. A diferença entre os dois grupos é grande, no 2º grau chega a mais que 80%. A pouca realização do segundo grau corresponde à realidade das famílias agrícolas e pluriativas da RMSP (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2011).

Tais proporções tendem a confirmar que o maior grau de escolaridade possibilita a disputa de posições no mercado de trabalho com a diminuição de uma dependência da renda agrícola. Ou seja, maior nível educacional favorece a pluriatividade.

A faixa etária e o grau de escolaridade estão relacionados, na medida em que quanto mais idoso o indivíduo, menor tempo ele frequentou a escola (Gráfico 3.3). Em grande medida, devido à grande população idosa no assentamento, o grau médio da escolaridade é baixo.

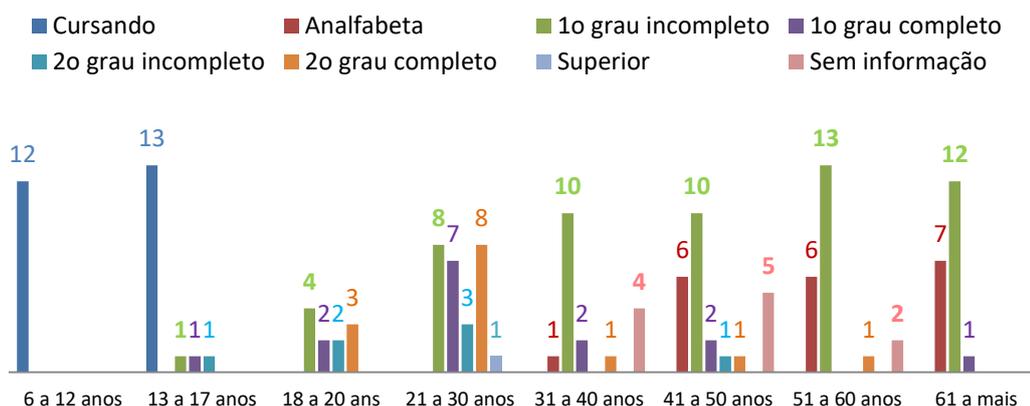


Gráfico 3.3 - Número de assentados por faixa etária e grau de escolaridade no assentamento Milton Santos, Americana SP

As famílias assentadas entrevistadas vivem em casas de alvenaria (91%), com telhado de cerâmica (67%), piso de cimento (83%) e sem reboque, ou seja, inacabadas. As áreas construídas das casas variam entre 48 m<sup>2</sup> a 250 m<sup>2</sup> tendo como média 104 m<sup>2</sup>.

O estado de conservação das moradias visitadas é considerado bom (58%). Alguns assentados julgam que suas residências estão em fase de construção (34%) e 8% consideram como ruim. Os assentados paulistas habitam casas consideradas em ótimo estado de conservação (70%) (IPEA, 2013). No assentamento Milton Santos, a satisfação com o estado de conservação da moradia é menor, em razão principalmente das casas estarem inacabadas.

No universo de onze casas, as moradias são formadas por quatro cômodos (quatro casas), cinco cômodos (três casas) e por seis (duas casas), sete (uma casa) e três cômodos (uma). Nos assentamentos paulistas predominam casas com mais de seis cômodos (76%) (INCRA, 2009), no país elas representam 48% (IPEA, 2013). Logo, o assentamento Milton Santos apresenta moradias de tamanho menor. Ademais, a relação entre moradores e área construída é em média um morador para 46,75 m<sup>2</sup>.

As casas visitadas são abastecidas por água através de poços caipiras e, em alguns lotes, por mina. O acesso à água nos assentamentos paulistas e brasileiros é considerado suficiente para 76% dos assentados (IPEA, 2013). No entanto, o acesso à água no Milton Santos é escasso. Em 2015, o INCRA investiu cerca de um milhão de reais na perfuração de três poços artesianos, a fim de melhorar o acesso à água nos lotes.

Além de água, as moradias são abastecidas por energia elétrica, exceto em dez lotes. Apenas, 10% dos assentados paulistas não tem energia elétrica (IPEA, 2013). As fossas são sépticas no Milton Santos, bem como em 81 % dos assentamentos paulistas (IPEA, 2013). Este tipo de fossa separa e decompõe os resíduos de esgoto reduzindo o risco de contaminação do solo e propagação de doenças.

Por outro lado, a localização de seu lote dentro do assentamento é motivo de satisfação para as famílias assentadas (91%). A sensação de satisfação é justificada por depoimentos do tipo “*eu gosto do lugar*” (82%). O retorno destas famílias ao campo representa uma sensação de bem-estar e é relacionada com a possibilidade de escolha entre a vida urbana e a rural. Com efeito, é possível conceber aqui um processo de recampezinação (PLOEG, 2009), graças a um desenvolvimento territorial que permite oferecer uma sensação de pertencimento ao local.

Esta sensação é mais acentuada em famílias pluriativas, pois todas afirmaram apreciar o lugar em que vivem. Tal fenômeno sugere que, mesmo não tendo eventualmente a agricultura como principal atividade, essas famílias optaram por viver no campo e estão satisfeitas com a escolha, mostrando que a reforma agrária em áreas periurbanas cumpriu um papel social de importância associando agricultura com outras atividades profissionais. De outro modo, tendo em vista as dinâmicas históricas e atuais dos contextos em que estas famílias estão inseridas, passaremos agora a examinar as fontes e rendas financeiras.

### 3.5 A renda familiar e o acesso a bens

Aqui, a ideia consiste em elencar elementos que subsidiem a compreensão da composição da renda monetária e dinâmica financeira familiar, fatores responsáveis para definição pelas famílias de seus planos e estratégias. O faturamento obtido com

a atividade agrícola é presente na composição da renda familiar de 82% das famílias. A receita oriunda da pluriatividade faz parte da composição de renda de 45% das famílias. O rendimento da atividade agrícola é duas vezes mais frequente que a renda oriunda da pluriatividade, evidenciando sua importância.

Ademais, mais da metade das famílias (55%) são atendidas pelo programa Bolsa Família e 36,6% recebem benefícios previdenciários (Tabela 3.2). O Programa Bolsa Família visa retirar as famílias da condição de extrema pobreza e atende no estado de São Paulo cerca de um milhão e 360 mil famílias (SCHARZER, 2015). A propósito, o acesso ao benefício da previdência pelos trabalhadores rurais na década de 2000, conforme lembrado no primeiro capítulo da tese, possibilitou uma melhor redistribuição de renda no campo.

Abaixo (Tabela 3.2) segue as fontes e os rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas pelas famílias entrevistadas do assentamento Milton Santos. Vale lembrar que a renda obtida com a atividade agrícola é estimada, uma vez que os agricultores não dispõem desta informação de forma precisa.

Tabela 3.2 - Fontes e valor da renda anual em 2013 (em salários mínimos de R\$ 678,00) segundo a estratégia familiar das famílias entrevistadas no assentamento Milton Santos, Americana-SP.

Estratégia das famílias	Fontes de renda				Renda familiar total	Renda/per capita
	Agrícola	Não agrícola	Bolsa família	Aposentadoria Pensões		
Agro nº 1	5,31	-	1,24	-	6,55	6,55
Agro nº 2	2,12	-	1,24	-	3,36	3,36
Agro nº 3	5,31	1,06	3,00	-	9,37	2,34
Agro nº 4	5,31	3,54	1,24	-	10,09	10,09
Agro nº 5	24,00	-	-	-	24,00	8,00
Agro nº 6	5,31	-	-	26,00	31,31	15,65
Pluri nº 7	7,07	24,00	-	13,00	44,07	14,69
Pluri nº 8	7,07	18,00	2,12	-	27,19	4,53
Pluri nº 9	2,12	5,31	2,12	-	9,55	4,78
<b>TOTAL</b>	<b>63,62</b>	<b>51,91</b>	<b>10,96</b>	<b>39,00</b>	<b>165,49</b>	
<b>Média</b>	<b>7,06</b>	<b>10,38</b>	<b>1,82</b>	<b>19,5</b>	<b>18,38</b>	

Para as famílias consideradas neste estudo com estratégia de renda agrícola, o peso da renda oriundo do lote, em relação à composição da renda familiar total, varia entre 100% e 56% (Tabela 3.2). Ou seja, a renda oriunda da atividade agrícola

é a mais importante em termos monetários, o que define, portanto, sua inclusão no grupo de estratégia agrícola.

Ao contrário, as famílias consideradas neste estudo como pluriativas têm o peso da renda agrícola entre 16% a 26% da composição da renda familiar total. A renda oriunda da atividade agrícola é menos do que 1/3 da renda familiar total. O peso da renda familiar da atividade agrícola e o daquela não-agrícola é o fator que define o enquadramento de cada família na tipologia proposta por este estudo, conforme tratado na introdução deste capítulo.

No conjunto das famílias assentadas entrevistadas, é da atividade agrícola que é obtido o maior valor da somatória dos rendimentos das famílias, em seguida a atividades não agrícolas e a aposentadoria (Tabela 3.2). O peso da renda agrícola corresponde a 39% do valor total dos rendimentos, a renda não-agrícola 31%, os benefícios previdenciários 23,4% e, por fim, 6,6% são relativos ao Programa Bolsa Família, que faz parte da composição de renda de 80% das famílias.

Entre as famílias rurais da RMSP, o peso na composição de sua renda total da aposentadoria é de 1/3 e dos programas sociais de 2,1 % (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011). O peso dos rendimentos previdenciários é menor no assentamento. No entanto, os recursos obtidos por programas sociais são maiores que na RMSP, o que evidencia uma situação de maior vulnerabilidade social.

A renda média geral das famílias participantes do estudo é de 18,4 S.M. anuais ou 1,53 S.M. mensais (Tabela 3.2), o que correspondente a R\$ 1.309,00, valor menor que a renda média familiar rural paulista de R\$ 1.391,23 (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011). Estes números se invertem em relação à média geral de renda per capita, que no assentamento é de R\$ 439,44 mensais, superior à renda per capita rural paulista de R\$ 407,72.

Vale lembrar que, se a renda per capita for menor que ½ S.M., significa que o indivíduo está em condição de vida considerada abaixo da linha da pobreza e que 30% dos habitantes rurais da RMSP estão nesta condição (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2014). A renda per capita no Milton Santos é pouco maior que aquela da condição abaixo da pobreza.

A atividade agrícola gera, entre as nove famílias consideradas no estudo, um rendimento aritmético médio de R\$ 400,00 mensais (Tabela 3.2). A atividade não agrícola tem uma receita média mensal de R\$ 891,00 entre as três famílias pluriativas (Tabela 3.2).

A renda familiar mensal das famílias com estratégia agrícola entrevistadas é de R\$ 797,00 (Tabela 3.2), ou seja, pouco acima de um salário mínimo. No estado de São Paulo, a renda familiar mensal das famílias agrícolas é de R\$ 1.145,19 (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011), valor acima dos rendimentos obtidos pelos assentados. Vale lembrar que a renda agrícola depende da área produtiva, que no Milton Santos é de um hectare, o que constitui um limite importante.

A renda monetária da família agrícola nº 1 é de R\$ 370,00 (Tabela 3.2). Por se situar abaixo da linha da pobreza, esta família foi beneficiada pelo Bolsa Família (Tabela 3.2).

Já as famílias agrícolas nº 2 e nº 3 são consideradas em situação de pobreza, afinal a renda monetária não ultrapassa R\$ 139,00 e R\$ 120,00 mensais *per capita* respectivamente (Tabela 3.2). Esta situação ocorre devido à baixa disponibilidade de mão de obra em razão de saúde debilitada, o que limita a geração de renda.

Por outro lado, o rendimento obtido pelas famílias com estratégia agrícola nº 4 e nº 6 corresponde ao valor máximo da cota comercializada via PAA - DS. Ademais, a aposentadoria permite que a família nº 6 tenha a maior renda *per capita* (Tabela 3.2).

A família com estratégia agrícola nº 5 tem a renda agrícola mais alta (Tabela 3.1), pois comercializa em vias de circuitos curtos alternativos (REITERE, 2014). A família adquiriu uma quitanda, além de semanalmente percorrer um trajeto de ruas com o próprio carro vendendo os produtos diretamente ao consumidor.

Mesmo comercializando em vias alternativas, a família agrícola nº 5 com maior rendimento obtido pela agricultura gera a metade da renda da família pluriativa nº 7, que tem a maior renda entre as famílias entrevistadas. Deste modo, a pluriatividade contribui para o aumento da renda das famílias rurais como já mencionado por Saco dos Anjos (2003).

A renda média mensal das famílias pluriativas entrevistadas do Milton Santos é de R\$ 1.521,00, o dobro das famílias agrícolas assentadas e supera a média das famílias pluriativas da RMSP de R\$ 1.288,72 (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011). Assim, as famílias pluriativas do assentamento estão em condições econômicas melhores que as famílias agrícolas e a média paulistana.

Ademais, as famílias pluriativas nº 7 e nº 8 obtêm rendimentos da agricultura maior (Tabela 3.2), que a grande parte das famílias com estratégia agrícola. Isto se deve ao fato que além da produção de hortaliças, as famílias pluriativas nº 7 e nº 8

comercializam ovos e frangos caipiras gerando uma renda no lote maior que grande parte das famílias agrícolas.

Em campo, pôde-se constatar que a receita obtida com as atividades não-agrícolas é investida na aquisição de mudas, esterco e outros insumos. Deste modo, a pluriatividade fortalece as atividades agrícolas realizadas pelas famílias pluriativas.

Mesmo com rendimentos mais altos obtidos com a pluriatividade, eles não são completamente suficientes para as despesas familiares. Assim, a atividade agrícola é essencial na composição da renda de famílias pluriativas.

Na comparação entre as duas menores rendas de famílias com estratégia agrícola nº 2 e pluriativa nº 9, a família pluriativa nº 9 tem renda familiar três vezes superior à família agrícola nº 2. Tal disparidade é observada também na comparação já mencionada entre as maiores rendas. É nítida a contribuição da pluriatividade para a elevação da renda das famílias rurais, como sugere o trabalho de Schneider (2010).

O grau de satisfação com o valor do rendimento obtido com as atividades agrícolas reflete nas escolhas das estratégias de renda das famílias. As famílias com estratégia de renda agrícola não estão satisfeitas com o valor da renda gerada com a atividade (52%). Entre as famílias pluriativas, a insatisfação com a renda obtida com a agricultura é ainda maior (94%), dando indícios para compreensão da motivação pela opção da estratégia pluriativa.

A propósito, os assentados se instalaram no assentamento sem capital próprio para iniciar uma nova atividade produtiva. Afinal, eles se encontravam em situação precária, conforme evidencia Paulo Moruzzi Marques (2014).

Apesar das dificuldades iniciais e sem capital inicial para investir após a instalação no assentamento, parte das famílias entrevistadas (45%) adquiriu bens duráveis, tais como móveis e ferramentas para o lote (27%), automóveis (9%) ou apenas móveis (9%). Todavia, mais da metade das famílias não conseguiu até a data da pesquisa de campo adquirir bens duráveis.

A aquisição destes bens duráveis é considerada difícil, pois as despesas domésticas cotidianas são altas, a alimentação se situando como a maior delas (59%), seguida de insumos para o lote (19%), material de construção (10%), energia elétrica (8%) e medicamentos (2%) ou vestuário (2%). As famílias entrevistadas despendem seus esforços para sobreviver mantendo a atividade agrícola no lote.

A dinâmica financeira das famílias consideradas com estratégia de renda agrícola favoreceu a aquisição de bens duráveis para 60%, tais como mobílias e ferramentas (40%) ou apenas mobílias (20%). Para realizar a atividade agrícola, estas famílias investiram mais em ferramentas manuais.

Em relação aos gastos dessas famílias, a alimentação é o item mais dispendioso (52%), depois são os insumos para o lote (22%), energia elétrica (9%), material de construção (9%) e vestuário (4%) ou medicamento (4%). Estas famílias gastam menos em alimentação e mais em insumos para a atividade agrícola do que aquelas pluriativas.

Apenas uma família pluriativa adquiriu bens duráveis como mobílias e ferramentas. No entanto, todas finalizaram a construção de suas casas. Estas famílias priorizaram gastar seus esforços iniciais na adequação das moradias.

A maior despesa das famílias pluriativas entrevistadas é com alimentação (61%), material de construção (17%) e insumos para o lote (11%) ou energia elétrica (11%). Aqui nota-se claramente que os esforços econômicos das famílias agrícolas e pluriativas divergem. As famílias agrícolas gastam mais com insumos produtivos e as pluriativas com material de construção. No entanto, vale lembrar que o rendimento com a pluriatividade em muitos casos é investido na atividade agrícola.

Em suma, o rendimento obtido com a atividade agrícola é o elemento mais frequente na composição da renda familiar dos assentados considerados. A renda média no assentamento é menor que aquela das famílias rurais paulistas, porém o valor da renda per capita é maior, apesar de beirar a linha da pobreza. As remunerações obtidas com as atividades não-agrícolas ou com as atividades agrícolas são por volta de um salário mínimo.

Ademais, as famílias com estratégia de renda agrícola entrevistadas obtêm um montante de renda menor que as famílias rurais paulistas, o que lhes leva a uma situação abaixo da pobreza. Ao contrário, as famílias pluriativas entrevistadas do assentamento têm renda maior que as famílias pluriativas da RMSP, escapando da condição abaixo da pobreza, o que mostra a contribuição da pluriatividade no aumento da renda das famílias.

De todo modo, poucos assentados adquiriram bens duráveis após a instalação no assentamento, pois as despesas cotidianas com alimentação e insumos para o lote são altas. As famílias agrícolas consideradas investem mais em insumos para a

agricultura do que as pluriativas, que preferem reservar seus esforços na construção das casas.

Convém agora conhecer com mais profundidade a atividade agrícola praticada no assentamento. O tópico abaixo é dedicado à questão.

### 3.6 A agricultura e os recursos naturais

O assentamento Milton Santos foi concebido como uma Comuna da Terra e foi inscrito na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Ambos conferem ênfase à produção agrícola associada à sustentabilidade ambiental. Esta concepção de modalidade de assentamento adota a agroecologia como norteadora das práticas, conforme já discutido no primeiro capítulo desta tese.

A agroecologia pode ser concebida como uma ciência que define sistemas sustentáveis de produção (nas óticas ambiental, social e econômica), considerando as relações locais (ALTIERI, 2012). A agroecologia é uma alternativa estratégica para o planejamento e desenvolvimento de assentamentos produtivos ambientalmente sustentáveis.

A produção agrícola no assentamento Milton Santos é composta por sistemas orgânicos, que foram ou estão sendo reconhecidos como tal desde 2015, por mecanismos inovadores (Organismo de Controle Social)<sup>5</sup>. Este reconhecimento orgânico conta com o auxílio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu, que realiza ações de extensão universitária no assentamento.

Para dar uma ideia da dimensão produtiva do assentamento em 2012, a produção agrícola escoada via PAA-DS atingiu o valor de R\$ 241.997,76, destinados a instituições filantrópicas que atenderam a 9.000 pessoas em estado de insegurança alimentar (MORUZZI MARQUES, *et al.*, 2014a). A tabela 3.3 especifica quais são os produtos comercializados no PAA-DS em 2013 pelas famílias que participaram deste estudo.

---

<sup>5</sup> Este processo permite o acesso a novos mercados e agrega em média 30% a 40% de valor ao produto. O reconhecimento orgânico obtido via OCS é estabelecido pela alínea VIII do Art. 2º do Decreto nº 6.323/07, que contém todas as normas reguladoras (BRASIL, 2007).

Tabela 3.3 - Produtos e quantidade (kg) de alimentos comercializados por meio do PAA em 2013, conforme a estratégia familiar no assentamento Milton Santos, Americana-SP

Produto	Estratégia								
	Famílias Agrícolas					Famílias Pluriativa			
	nº 1	nº 2	nº 3	nº 4	nº 5 <sup>(1)</sup>	nº 6	nº 7	nº 8	nº 9
Abóbora	16	-	-	-	0	-	-	-	-
Alface	1.156	s/d. <sup>(2)</sup>	-	1048	0	-	274	199	s/d.
Almeirão	109	s/d.	159	-	0	-	339	94	s/d.
Banana	37	s/d.	5	1.031	0	2.292	-	-	s/d.
Batata doce	-	s/d.	-	-	0	-	18	-	s/d
Berinjela	-	s/d.	-	20	0	-	268	208	s/d.
Beterraba	17	-	-	-	0	-	-	-	-
Catalonha	118	s/d.	-	-	0	-	-	33	s/d.
Cebolinha	14	s/d.	53	-	0	-	16	43	s/d.
Chicória	715	s/d.	-	373	0	406	36	s/d	-
Cheiro verde	41	s/d.	5	-	0	91	-	s/d.	-
Chuchu	-	s/d.	-	25	0	-	-	s/d	-
Coentro	41	-	-	-	0	-	-	-	-
Couve	-	s/d.	-	-	0	195	64	s/d.	-
Erva doce	22	-	-	-	0	-	-	-	-
Espinafre	282	s/d.	-	-	0	64	-	s/d	-
Jiló	-	s/d.	-	-	0	120	-	s/d	-
Limão	-	s/d.	37	-	0	-	-	s/d.	-
Mamão	-	s/d.	-	30	0	-	-	s/d	-
Mandioca	100	s/d.	-	500	0	-	-	s/d	-
Mostarda	16	-	-	-	0	-	-	-	-
Salsa	-	s/d.	12	-	0	-	-	s/d.	-
Rúcula	35	s/d.	20	64	0	-	-	s/d.	-
Rabanete	32	s/d.	38	-	0	-	-	s/d.	-
Quiabo	-	s/d.	-	-	0	3	-	s/d	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.751</b>	<b>s/d</b>	<b>329</b>	<b>3.091</b>	<b>0</b>	<b>3.171</b>	<b>1.015</b>	<b>577</b>	<b>s/d</b>

<sup>(1)</sup> A família não comercializa pelo PAA-DS, apenas por outras vias de circuitos curtos alternativos de comercialização (REITERE, 2014).

<sup>(2)</sup> Sem definição

As famílias consideradas neste estudo comercializaram 9.953 kg de alimentos em 2013, via PAA-DS. Os produtos são: banana (3.365 kg), alface (2.677 kg), chicória (1.530 kg), almeirão (701 kg), mandioca (600 kg), berinjela (496 kg), espinafre (346 kg), couve (259 kg), almeirão catalonha (151 kg), cheiro verde (137 kg), cebolinha (126 kg,) jiló (120 kg), rúcula (119 kg), rabanete (70 kg), coentro (41 kg), limão (37 kg), mamão (130 kg), chuchu (25 kg), erva doce (22 kg), batata doce (18 kg), beterraba (17 kg), abóbora (16 kg), mostarda (16 kg), salsa (12 kg) e quiabo (3 kg) (Tabela 3.3). A diversidade de produtos comercializados abrange 25 espécies cultivadas. Estes números evidenciam que a produção é principalmente hortifrutícola.

A escolha dos cultivos ocorre principalmente em razão do tempo entre o plantio e a colheita (menor tempo), oferecendo maior rentabilidade (73%). O tempo de retorno do montante financeiro investido na produção determina a espécie a ser cultivada e a atividade agrícola a ser realizada.

Vale lembrar que os lotes são utilizados tanto para produção agrícola, como para local de moradia, com tamanho médio de um hectare. Em Americana, o módulo fiscal é de 11 hectares. A proposta de Comuna da Terra prevê lotes entre três a cinco hectares. Se estes tamanhos são reduzidos, o caso do assentamento Milton Santos, ainda é mais dramático: trata-se do penúltimo assentamento com menor tamanho da sua área produtiva no estado de São Paulo. Logo, a produção de hortaliças predomina, já que a rentabilidade financeira por área deste sistema é alta.

Portanto, há o predomínio de sistemas produtivos de hortaliças, em vias de obter reconhecimento orgânico, logo não há uso declarado de agrotóxicos e de fertilizantes químicos. Entre as práticas recomendadas no âmbito da agricultura orgânica, a cobertura morta é aquela de maior destaque entre os entrevistados (73%), já que viabiliza o aumento de produção, reduz custos, água de irrigação e problemas de erosão, sendo uma alternativa de cultivo menos degradante ao meio ambiente (NEVES *et al.*, 2015).

Entretanto, outras práticas de conservação do solo, como o uso de adubação verde, plantio direto e construção de terraços, não são realizadas pelos agricultores considerados no estudo. Não obstante, a adubação verde é realizada por 22% dos assentados paulistas, curvas de nível por 63%, rotação de cultura por 38%, consórcios por 33%, adubação orgânica por 54%, controle alternativo de pragas e doenças por 25% e pousio por 20% (IPEA, 2013). Grande parte destas práticas conservacionistas não é realizada no assentamento em razão também do tamanho reduzido dos lotes.

Em relação à água disponível, fator essencial para produção de hortaliças, 94% dos assentados entrevistados consideram ruim a qualidade e quantidade. O acesso à água é considerado pelos assentados entrevistados (56%) o maior limitante à produção agrícola. Nos assentamentos paulistas incluídos na modalidade Projeto de Assentamento (PA), 76% dos assentados consideram a quantidade de água suficiente (IPEA, 2013). De forma distinta, dificuldades em acessar a água são relatadas na maior parte dos assentamentos PDSs paulistas, como Santa Helena, Sepétiarajú e Mário Lago.

A responsabilidade em perfurar poços é uma incumbência do INCRA, cujo orçamento escasso implica em dificuldades para assegurar tais investimentos e obter o licenciamento ambiental, atrasando as obras. A possibilidade de haver disponibilidade de água subterrânea para irrigação não é considerada por 73% das famílias entrevistadas do Milton Santos.

No assentamento não há limitação de uso do solo relacionada ao relevo. De fato, a profundidade do solo e infiltração de água não são fatores limitantes à produção agrícola para nenhuma das famílias participantes do estudo. Já a fertilidade do solo é considerada pelas famílias entrevistadas como ruim ou razoável (64%). A baixa fertilidade do solo é, portanto, vista como um fator limitante à produção agrícola pelos assentados considerados (21%). Em assentamentos paulistas, 42% dos assentados consideram a fertilidade do solo boa e 12% ótima (IPEA, 2013). Logo a baixa fertilidade do solo parece ser mais acentuada no Milton Santos.

Em suma, a prática agrícola no Milton Santos é baseada no manejo orgânico, principalmente de hortaliças folhosas em uma área reduzida e limitada pela baixa fertilidade do solo e pela falta de água para irrigação. Neste contexto, a assistência técnica agrícola prestada aos assentados é considerada de péssima qualidade ou inexistente por 55% das famílias entrevistadas, porém, outras 37% julgam tal serviço como bom e 8% não têm opinião formada.

A frequência da visita dos técnicos é avaliada como péssima ou inexistente por 63% das famílias consideradas. Os técnicos costumam visitar os lotes considerados esporadicamente (46%), em alguns estabelecimentos semanalmente (27%) ou mensalmente (27%). Não há uma assistência técnica considerada contínua e regular pela maioria dos assentados, o que enfraquece a prática da atividade agrícola pelas famílias. Em campo, pode se constatar que a assistência técnica é realizada para a minoria dos assentados, aqueles que são vistos como agricultores de melhor desempenho produtivo.

Deste modo, com pouca experiência rural e sem apoio de uma assistência técnica eficiente, os agricultores entrevistados encontram dificuldades, muitas vezes se frustrando na condução da atividade agrícola. O apoio técnico mais eficaz, segundo os assentados, é oferecido pelo Núcleo de Agroecologia Nheengatu da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, do qual a autora é uma das fundadoras. Ou seja, trata-se de uma ação de extensão

universitária, cuja função não é a de prestar assistência técnica regular junto aos assentados.

Com tamanho de área reduzido, recursos naturais limitados e assistência técnica ineficiente, as famílias assentadas consideradas não acessaram o crédito do PRONAF (65%), motivadas por “*eu não quis*” (75%) ou pela inadimplência (25%). A recusa do crédito pelas famílias é em razão de acreditarem que terão dificuldades em quitá-lo. Assim, preferem não tomar estes recursos. As famílias que acessaram ao crédito do PRONAF visaram solucionar problemas que inviabilizam sua produção agrícola, como a falta de água. Nestes casos, foram realizadas cinco operações na modalidade investimento do PRONAF. A crença na possibilidade de não poder quitar o financiamento revela, em alguma medida, receios para o futuro dos assentados em termos de suas atividades agrícolas.

Apesar de não acessarem o financiamento agrícola, 82% das famílias consideradas obtiveram recursos à fundo perdido previstos nos projetos de instalação dos assentamentos.

Sem tomar financiamentos, como o crédito do PRONAF, as atividades agrícolas são realizadas com ferramentas manuais básicas adquiridas com recurso próprio pelos assentados. De outra parte, o preparo do solo ocorre com aluguel de máquinas. Ademais, as construções e benfeitorias para fins produtivos são precárias. A prática agrícola padece com a falta de equipamentos básicos como sistema de irrigação. A título de exemplo, há hortas que ainda são irrigadas com esguicho plástico (mangueira de uso doméstico).

Por outro lado, como já mencionado, a produção agrícola do Milton Santos é comercializada principalmente no mercado institucional, via Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Doação Simultânea. Em 2008, cerca de 20% dos assentados paulistas participavam deste Programa (IPEA, 2013).

O PAA-DS é uma modalidade de compra governamental de alimentos da agricultura familiar, que são doados a instituições, que atendem a pessoas em estado de insegurança alimentar. O PAA, especialmente a modalidade “Compra para Doação Simultânea”, tem estimulado transformações produtivas das unidades familiares, principalmente à diversificação produtiva. Ademais, o PAA incentiva a produção e o consumo de alimentos regionais. Desta forma, incita o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo

negligenciados em razão da pujança da alimentação industrial (MORUZZI MARQUEZ, *et al.*, 2014a)

A participação dos assentados no PAA ocorre via ACOTERRA, principal associação existente no assentamento, representando também assentados de outras regiões. Em 2008, a ACOTERRA comercializou R\$ 363.970,13 em alimentos via PAA-DS (INCRA, 2009). A venda via ACOTERRA custa aos assentados 20% do valor dos produtos, referentes ao transporte e demais despesas.

Por outro lado, a comercialização via PAA é a mais prática, segundo os assentados. Ao contrário, a venda fora dos mercados institucionais é considerada difícil, principalmente no momento da negociação com os consumidores (82%). No entanto, 18% dos assentados entrevistados no Milton Santos consideram não ter entraves para venda. Em assentamentos paulistas, 39% dos assentados estão satisfeitos quanto à comercialização (IPEA, 2013). Mesmo próximo a grandes mercados consumidores, os assentados entrevistados do Milton Santos encontram mais dificuldades em vender seus produtos que em outros assentados paulistas. Ademais, outros problemas para realizar a comercialização são: falta de transporte (46%), pouca habilidade para negociar o produto (27%) ou falta de tempo para dedicar-se à comercialização (27%).

Em suma, o assentamento Milton Santos é formado por lotes de tamanhos reduzidos, com sistemas de produção de hortaliças folhosas orgânicas oferecendo mais de 300 toneladas de alimentos de qualidade a pessoas em estado de insegurança alimentar (MORUZZI MARQUES *et. al.*, 2014). No entanto, a prática agrícola é enfraquecida pela dificuldade em ter acesso à água para irrigação e às linhas de crédito rural. Os problemas da agricultura se referem também à baixa fertilidade do solo, à assistência técnica ineficaz e à infraestrutura produtiva precária.

Por outro lado, a prática da atividade agrícola realizada pelas famílias com estratégia de renda agrícola difere daquela executada pelas famílias pluriativas. Deste modo, com o intuito de identificar estas diferenças trataremos os modos como à agricultura é praticada pelos assentados com diferentes estratégias.

### **3.6.1 A agricultura realizada pelas famílias com estratégia de renda agrícola em comparação às pluriativas**

As famílias agrícolas consideradas cultivam maior diversidade de espécies agrícolas que as pluriativas. Trata-se de mais de 25 produtos comercializados apenas via PAA.

As famílias agrícolas dedicam-se à horticultura, mas também há cultivos de milho, mandioca e frutas diversificadas. A prática da agricultura nestes lotes é intensiva.

Já a produção das famílias pluriativas entrevistadas ocupa menor área, com pouco privilégio aos cultivos de roça, tais como milho e mandioca com menor rentabilidade financeira. Logo, a atividade agrícola em famílias pluriativas consideradas é menos intensiva que em famílias com estratégia de agrícola.

A fertilidade do solo não é considerada como limitante à produção agrícola, já que é tida como razoável (60%) ou boa (40%) pelas famílias agrícolas entrevistadas, que têm aprendido técnicas mais eficientes para o manejo do solo. Entre as técnicas conservacionistas, o uso da cobertura morta é praticado por todas as famílias consideradas. Já as famílias pluriativas consideram a fertilidade do solo ruim (67%). Este ponto de vista pode ser mais um fator que contribuiu na escolha da estratégia pluriativa. Entre as práticas de conservação do solo, o uso de cobertura morta é realizado por 67% dessas famílias entrevistadas, ou seja, menos que aquelas agrícolas.

Por outro lado, as famílias com lógica agrícola são mais dependentes da assistência técnica e a relação com os técnicos é mais próxima. Por requerer a aplicação de mais trabalho agrícola (sistemas intensivos), estes sistemas produtivos têm maior frequência de visitas técnicas que os estabelecimentos das famílias pluriativas. Deste modo, a deficiência da assistência técnica pode contribuir com a emergência da pluriatividade.

A taxa de inadimplência das famílias de renda agrícola é a mais alta entre as famílias assentadas consideradas. Sem investimento, a prática da agricultura é realizada sem o uso de tecnologias mais eficientes e modernas. As famílias que se dedicam à agricultura têm mais equipamentos para realização das atividades agrícolas que as pluriativas. De todo modo, ainda são poucos para a prática das atividades na agricultura.

O principal canal de comercialização é o mercado institucional (PAA – DS), por intermédio da ACOTERRA, como já mencionado. A família com estratégia agrícola nº 06 vende os produtos de porta em porta (REITERE, 2014).

Segundo as famílias com estratégia de renda agrícola entrevistadas, outras vias de escoamento são dificultadas pela falta de entendimento para negociação (60%) e 40% pelo transporte. Já as famílias pluriativas acreditam que sejam dificultadas pela falta de tempo para dedicar-se à venda (67%) ou a falta de transporte (33%).

Em outras palavras, a prática agrícola destas famílias consideradas é responsável por 64% do volume comercializado no PAA entre as famílias participantes do estudo. A atividade agrícola é intensiva e diversificada com culturas de roça, como feijão e milho, além das hortaliças, e é apoiada de forma mais acentuada pela assistência técnica. A fertilidade do solo é considerada razoável a boa e o manejo agrícola é realizado com uma gama maior de ferramentas. Contudo, a taxa de inadimplência ao PRONAF é mais alta entre as famílias assentadas, o que dificulta a aquisição de mais ferramentas, máquinas e insumos para produção agrícola.

Já agricultura praticada por famílias pluriativas entrevistadas tem tamanho reduzido da roça e de menor diversidade de espécies, sendo, portanto, menos intensiva que as famílias com estratégia de renda agrícola. A insatisfação com os fatores limitantes, como a falta de água, baixa fertilidade do solo, assistência técnica ineficaz, são mais sentidos em famílias pluriativas. A propósito, a atividade agrícola no assentamento é apoiada por grupos coletivos descritos a seguir.

### **3.6.2 A organização social em torno da atividade agrícola**

Para desenvolver a agricultura, os assentados contam, como já mencionado, com apoio da ACOTERRA (Associação Comuna da Terra Das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista), associação que reúne a maior parte dos assentados entrevistados (55%) que declararam participar de suas reuniões regularmente.

As associações e cooperativas do estado tem a menor participação de agricultores do país (53%). Em São Paulo, 34% dos agricultores comparecem regularmente às reuniões, já no país a frequência é de 70% (IPEA, 2013).

Na visão dos associados considerados, a principal função da ACOTERRA é a comercialização dos produtos (73%). Afinal, é por meio da ACOTERRA que é realizada a venda para o PAA, na modalidade Doação Simultânea, desde os primeiros cultivos no assentamento. Em 2008, a ACOTERRA comercializou, convém insistir, o equivalente a R\$ 363.970,00 junto ao PAA (INCRA, 2009).

Também existem outras formas de organização coletiva. Entre os horticultores considerados, há um pequeno grupo conhecido como “grupo da horta coletiva”, formado principalmente pelas famílias moradoras da parte do assentamento localizado em Americana, local da coleta de dados. O grupo da horta é formado atualmente por doze agricultores que estão em processo de obtenção de reconhecimento orgânico via OCS. Além deste coletivo, existem três OCS em processo de formação com 22 agricultores participantes.

### **3.6.3 O trabalho em atividades não-agrícolas no assentamento**

Neste estudo, as atividades consideradas não-agrícolas identificadas no assentamento são: montagem de bijuterias, venda de enxovais, pequeno comércio, preparo de temperos caseiro e oficina mecânica. Tais atividades não são relacionadas com a agricultura, exceto marginalmente a preparação de temperos caseiros.

Os responsáveis entrevistados pelas atividades têm experiência com estes tipos de trabalho. Seu perfil médio é de mulheres (60%) acima de 60 anos. As atividades são realizadas por pessoas com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, que aproveitam sua experiência para criar novas alternativas de renda.

O tempo de dedicação varia: há pessoas que trabalham meio período por mês, outras todos os dias, ou duas horas por dia ou um dia por mês.

A sensação de satisfação com a renda gerada pelas atividades não-agrícolas é de 60%, motivada pela contribuição na renda familiar (40%) ou pelo gosto em realizar o trabalho (20%). No entanto, 40% dos membros que realizam estas atividades estão insatisfeitos devido ao pouco volume de venda.

Dentre 45% das famílias consideradas que realizam atividade não-agrícola no lote, o grau de investimento necessário foi considerado como nenhum (18%), pouco (9%), médio (9%) ou alto (9%). O investimento inicial é julgado como baixo pelas famílias, o que pode aumentar o acesso e diversificação de atividades.

Os produtos das atividades não-agrícolas enfrentam problemas como baixo volume de venda (40%) ou alto custo de produção (20%). Não obstante, 40% dos membros que desenvolvem estas atividades julgam que não há entraves de venda. A comercialização ocorre de forma direta (75%) ou por um único intermediário (25%). O pagamento é à vista (75%) ou em 15 dias. Logo, há pouco risco de atraso ou de não pagamento. Em relação à quantidade demandada pelos consumidores e a capacidade de produção das famílias, 60% dos assentados entrevistados que realizam estas atividades acreditam que a demanda não é maior que a oferta e 40% têm opinião contrária.

Em suma, as atividades não-agrícolas são realizadas por mãos experientes e necessitam de baixo investimento inicial possibilitando maior acesso à prática da atividade. De outra parte, há poucos riscos de falta de pagamento, sobretudo pela proximidade com o consumidor.

### 3.7 As dinâmicas de trabalho

Tendo em vista a importância da agricultura, principal atividade desenvolvida pelos assentados, trataremos agora a respeito das dinâmicas de trabalho agrícola associado à pluriatividade. A ideia consiste em levantar, conforme discussão teórica proposta no primeiro capítulo da tese, elementos que permitam caracterizar a dinâmica do trabalho agrícola e do trabalho pluriativo, identificando fatores que expliquem a opção pela estratégia pluriativa e a forma com que esta pluriatividade ocorre no contexto específico dos assentados. Assim, a ideia é examinar o significado e as características com que a pluriatividade ocorre neste assentamento.

#### **3.7.1 A dinâmica do trabalho agrícola no assentamento**

A auto-identificação é um modo de ser discernido genericamente por outras pessoas. Os assentados do Milton Santos entrevistados se auto-identificam perante

a sociedade como agricultores (37%), afirmando a atividade agrícola como opção de preferência. A identidade do eu pode ser reconstruída a partir de novas identidades, oriundas de identidades fragmentadas (HABERMANS, 1988), como no caso destes assentados.

Este tipo de identificação ocorre, em primeiro lugar, em razão de grande parte dos assentados considerados trabalharem no lote (37%). Mas, outros 20% exercem funções exclusivamente na cidade, 6% realizam atividades externas e internas ao lote, 23% não têm idade para trabalhar e 14% se consideram desempregados. Em assentamentos brasileiros, 79% dos assentados trabalham no lote (MEDEIROS, *et al.*, 2004), portanto a pluriatividade é bem mais acentuada no Milton Santos.

Convém destacar que quase 37% dos assentados considerados não exercem atividade de trabalho, em razão da pouca ou da avançada idade e de sofrerem com problemas de saúde ou estão desempregados. Estes últimos e os idosos têm mais dificuldades em executar a atividade agrícola, razão pela qual 11% dos assentados julgam-se inaptos a realizarem tal tipo de trabalho. Apesar desta parcela da população, no assentamento, entre as famílias entrevistadas, há 2,5 pessoas ativas para cada inativa, o que é superior à média da agricultura familiar da RMSP (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011). Em outras palavras, há mais disponibilidade de trabalho familiar entre as famílias consideradas no assentamento Milton Santos que na agricultura familiar da RMSP. Tal situação favorece a pluriatividade, conforme insistem Schneider (2003) e Saco dos Anjos (2003).

O trabalho agrícola é executado apenas por membros da família entrevistadas em 64% dos lotes. Eventualmente, há uso de trabalho externo em 36% dos estabelecimentos. A disponibilidade de trabalho familiar é considerada boa por 53% dos assentados paulistas e para 16% é ótima (IPEA, 2013). No caso do assentamento Milton Santos este problema é desconsiderado pelos agricultores entrevistados.

O uso da força de trabalho contratada eventualmente ocorre na época das chuvas (55%) na maior parte dos lotes, na outra parte cotidianamente (45%). As hortas são cultivadas entre março a dezembro e requerem trabalho constante neste período. Já a roça exige mais intensidade de trabalho na atividade de plantio, que ocorre na época das chuvas. O plantio (46%) também é a atividade agrícola considerada mais penosa, depois vem o preparo de canteiros (18%) ou as atividades

cotidianas (36%) como o manejo de ervas espontâneas. Ademais, a sazonalidade do trabalho agrícola é amenizada pela combinação dos sistemas produtivos.

O trabalho agrícola é realizado com maior intensidade predominantemente pela família na época do plantio. Por outro lado, a grande disponibilidade de mão de obra familiar, instalada numa área produtiva de um hectare, favorece a acentuação da pluriatividade.

### **3.7.2 A dinâmica do trabalho agrícola realizado por famílias com estratégia de renda agrícola**

A identificação profissional de membros que pertencem a famílias com estratégia de renda agrícola consideradas é a de agricultor (43%). Nestas famílias, é mais acentuado do que naquelas pluriativas o desejo entre os membros de serem reconhecidos pela sociedade como agricultores.

Os responsáveis entrevistados pela organização dos sistemas produtivos agrícolas dedicam-se mais de 20 horas semanais ao trabalho no lote. Eles são homens, com mais de 50 anos, 1º grau incompleto, com experiência rural e parcial capacidade de trabalho em razão de sofrerem com problemas de saúde. Tais características diminuem as chances de inclusão no mercado de trabalho, o que torna a reforma agrária um pertinente meio para a inserção social destes indivíduos.

Neste grupo com estratégia de renda agrícola, o trabalho no campo envolve a maior parte dos membros (59%) pertencentes às famílias, mas muitos não têm idade para trabalhar (29%) e 12% não trabalham. Entre os membros ativos, 73% consideram-se aptos a realizar o trabalho agrícola, mas alguns se sentem com a capacidade de trabalho comprometida (17%). Apesar dos membros inativos, há mais membros ativos (três) para cada inativo em famílias com estratégia de renda agrícola entrevistadas que a média das famílias agrícolas da RMSP, de dois indivíduos ativos para cada inativo (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2011).

Deste modo, a dinâmica de trabalho nos lotes considerados conta com menos uso de trabalho contratado (20%), pois em 80% dos lotes há uso apenas de trabalho familiar, apesar da prática agrícola intensiva.

A época das chuvas é a mais exigente em trabalho em 80% dos lotes das famílias agrícolas entrevistadas. Nestes períodos, há mais engajamento de trabalho

externo, afinal, o plantio é a atividade que mais demanda trabalho (60%). Em seguida, o encanteiramento também é trabalhoso para 40% das famílias. Os sistemas produtivos são cultivados de forma intensiva com roça e hortaliças, já que a principal renda destas famílias é oriunda da agricultura.

Em suma, a dinâmica de trabalho agrícola em famílias com estratégia de renda agrícola consideradas envolve grande parte dos indivíduos cuja respectiva situação dificulta sua inserção no mercado de trabalho. Assim, a disponibilidade de trabalho familiar é importante, inclusive para atividades muito exigentes como o plantio.

### **3.7.3 A dinâmica do trabalho agrícola realizado por famílias pluriativas**

Em famílias pluriativas entrevistadas, há quase cinco membros ativos para cada inativo, superior às famílias pluriativas paulistas com 1,7 membros ativos para cada inativo (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2011). Logo, nota-se que no assentamento, além da maior disponibilidade de mão de obra do que noutros assentamentos, há também maior disponibilidade de mão de obra entre as famílias pluriativas, o que é um fator favorável à pluriatividade.

Assim, apenas 16% dos membros pertencentes as famílias pluriativas consideradas trabalham apenas nos lotes. Com esta configuração, a auto-identificação como agricultor é de apenas 16% dos membros. Assim, a atividade agrícola não é praticada de modo intensivo. Em geral, os membros entrevistados realizam atividades urbanas não especializadas (26%), especializadas (16%), ou não têm idade para trabalhar (23%), além de 4% desempenharem atividades internas e externas ao lote, 7% são do lar e 8% sem informação.

Os membros destas famílias pluriativas entrevistadas que são responsáveis por desenvolver as atividades agrícolas dedicam mais de 20 horas semanais ao trabalho (70%) no lote. A atividade é realizada por mulheres (55%), que nasceram em São Paulo (38%) e têm idades entre 40 a 60 anos com experiência profissional rural (56%) e 1º grau completo. Afinal, os homens destas famílias trabalham fora e são as mulheres que realizam as atividades agrícolas. De fato, elas possuem características que dificultam sua inclusão no mercado de trabalho, principalmente a idade avançada e a baixa escolaridade. Assim, membros com mais chances de inserção no mercado de trabalho são os que realizam a pluriatividade.

As famílias pluriativas consideradas usam eventualmente mais força de trabalho externa (33% dos lotes) que as famílias agrícolas, mas a maior parte é apenas familiar (67% dos lotes). Estas famílias recorrem mais ao trabalho temporário, uma vez que menos membros dedicam-se à agricultura.

As famílias pluriativas entrevistadas não cultivam roças de forma intensiva. Assim, na época de chuvas o trabalho requerido é menos intenso do que famílias com estratégia de renda agrícola.

A divisão social de trabalho entre os membros considerados está relacionada ao gênero (67%) ou com a capacidade de trabalho (33%). O gênero é o principal fator da divisão, principalmente em famílias pluriativas, que têm maior disponibilidade de força de trabalho possibilitando mais oportunidades de escolha na distribuição de tarefas.

Em suma, as famílias pluriativas tem alta disponibilidade de trabalho familiar, grande parte estando inserida no mercado de trabalho. Os membros com características que dificultam a inserção no mercado de trabalho realizam a atividade agrícola no lote e, algumas vezes, recebem ajuda de trabalhador contratado, principalmente para a atividade de plantio. A prática agrícola é menos intensiva e conta com poucos membros participantes.

#### **3.7.4 O trabalho do membro pluriativo**

Grande parte dos membros pertencentes a famílias pluriativas entrevistadas não são pluriativos (47%). Entre os membros pluriativos considerados (53%), 41% se dedicam mais de 30 horas semanais a pluriatividade intersetorial, 6% até 10 h e 6% até 20 h. Em assentamentos brasileiros, 44% dos membros pluriativos realizam atividades externas eventuais, 24% temporárias e 31% permanentes (MEDEIROS *et al.*, 2004).

Ademais, a pluriatividade no assentamento é mais frequente e estável que noutros assentamentos do país, já que a maior parte dos membros pluriativos do Milton Santos desenvolve atividades permanentes em outros setores não ligados à agricultura.

Os membros pluriativos considerados são os homens (75%), com predomínio de jovens de 20 a 30 anos (14 pessoas), que possuem o 1º grau incompleto (29%),

completo (26%), ou o 2º grau completo (23%) e estão em plena capacidade de trabalho com grande vigor físico. Os membros pluriativos são mais escolarizados, confirmando estudos sobre o tema como o de Defigueiredo *et al.* (2011).

Deste modo, a mão de obra ofertada ao mercado de trabalho é de homens jovens mais escolarizados e com boa capacidade para realização de trabalho físico. Ou seja, trata-se de força de trabalho com maior facilidade de inclusão no mercado, que também tem desempenho físico adequado para realização da atividade agrícola.

As famílias pluriativas consideradas dispõem, portanto, de mais mão de obra jovem (Gráfico 3.4). Com efeito, há uma tendência acentuada de inserção de jovens rurais no mercado de trabalho urbano (FERRARI *et al.*, 2005). Os membros pluriativos são mais jovens do que os agricultores (Gráfico 3.4), correspondendo ao estudo de Defigueiredo *et al.*, (2011) para a RMSP.

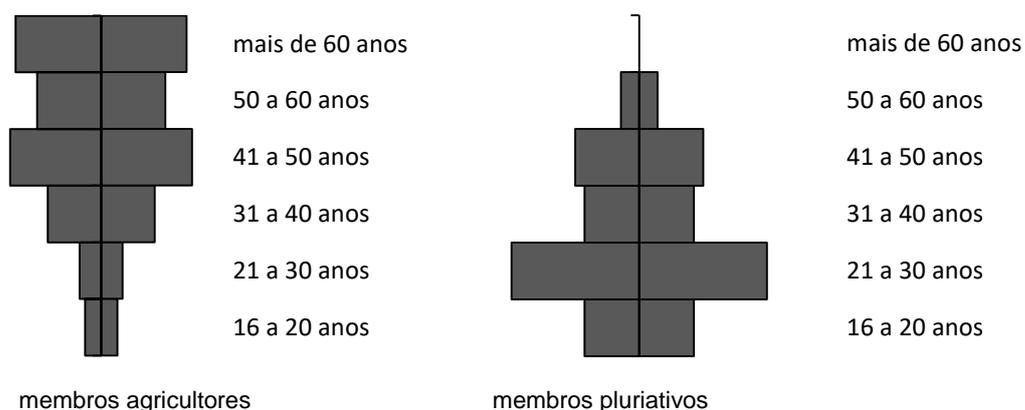


Gráfico 3.4 - Pirâmides etárias dos membros que realizam atividades agrícola e pluriativas respectivamente no assentamento Milton Santos em Americana SP

Os assentados considerados que executam as atividades agrícolas são mais idosos, situando-se nas faixas etárias entre 31 e 50 anos (44%), mais de 60 anos (24%) e entre 50 a 60 anos (18%). Os jovens entre 16 a 30 anos representam 14% da população que executa a atividade agrícola. Ou seja, os agricultores são homens com idade em que a inserção do mercado de trabalho é mais difícil. Assim, a atividade agrícola permite sua inclusão social.

Entretanto, não há membros pluriativos entrevistados com mais de 60 anos. Os membros pluriativos são jovens entre 16 a 30 anos (60%) ou, em menor proporção,

adultos entre 31 a 50 anos (40%). Em estudo de Schneider, (2009a) no Sul do país os membros pluriativos também são os mais jovens.

No assentamento, permanece a mão de obra de pessoas mais idosas com dificuldades em desempenhar esforço físico e com pouca possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Ou seja, a atividade agrícola no assentamento constitui uma oportunidade muito importante de trabalho para estes indivíduos.

Deste modo, os membros pluriativos considerados exercem funções em meio urbano cuja remuneração é baixa, mas que, entre as famílias assentadas, representa um acréscimo importante da renda familiar.

O salário dos membros pluriativos entrevistados assentados no Milton Santos varia entre um (64% dos membros) a dois (36%) salários mínimos mensais, semelhante a resultados encontrados em estudos de Teixeira (1998) e Schneider (2010). Estes autores consideram o trabalho pluriativo nas cidades como uma situação de subempregos.

Em Americana, a renda per capita por domicílio urbano em 2010 era de R\$ 833,00 mensais (IBGE, 2010), valor superior ao salário dos membros pluriativos assentados. No entanto, se compararmos aos domicílios rurais, a renda per capita em Americana é de R\$ 433,00 mensais (IBGE, 2010), o que torna considerável a renda dos membros pluriativos. Portanto, os membros pluriativos do assentamento são menos remunerados do que os trabalhadores urbanos de Americana. No entanto são mais remunerados do que os trabalhadores rurais do município (IBGE, 2010).

Os membros pluriativos das famílias assentadas consideradas realizam atividades por empreitadas, que não garante os mesmos direitos trabalhistas de um assalariado com registro em carteira de trabalho, configurando, assim, empregos informais (DEMO, 2013). Convém, portanto salientar de forma insistente que a inclusão no mercado de trabalho urbano é informal, sem direito aos benefícios da atual legislação trabalhista.

Os membros pluriativos entrevistados exercem atividades urbanas na construção civil (38%), como ajudante geral, no comércio ou em fábricas (28%), no comércio (19%) ou noutras atividades (15%). Trata-se, portanto, de uma forma de pluriatividade intersetorial, como mencionado anteriormente, consistindo em combinação de atividades na agricultura e em outros setores. As profissões exercidas têm baixa remuneração, como já mencionado, e não requerem assim

qualificações relacionadas à escolaridade. Assim, o assentamento pode ser visto como um local de reserva de mão de obra barata para o desenvolvimento urbano-industrial.

A distância percorrida do assentamento ao local de trabalho varia de 10 a 20 km, como também já mencionado. Em média, este percurso dura de 15 a 20 minutos em deslocamento realizado por transporte público, meio mais utilizado pelos trabalhadores. Os locais de trabalho em geral são no entorno do assentamento, nas periferias das cidades, de fácil acesso para os assentados. De fato, existem nestes arredores fábricas e empresas interessadas em mão de obra barata.

Em suma, a pluriatividade é acentuada e estável, com atividades externas permanentes cujas características permitem situá-las como uma pluriatividade intersetorial. A pluriatividade é realizada por membros com maiores chances de se inserirem no mercado de trabalho. No entanto, estes indivíduos acabam se incluindo no mercado de trabalho informal pouco remunerado, o que possibilita de toda forma garantia de uma renda familiar total maior do que as famílias com estratégia de renda agrícola.

### 3.8 Considerações finais

O Assentamento Milton Santos se insere em um contexto marcado por um processo de industrialização e urbanização desequilibrado e concentrado, com estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária características que favorecem a pluriatividade.

A agricultura no assentamento é realizada em lotes reduzidos com pouca disponibilidade de água e com pouca assistência técnica, gerando, assim, baixa renda agrícola. Deste modo, a pluriatividade é praticada com vistas ao aumento da renda familiar e à manutenção da vida no campo, já que seus ganhos são investidos em grande medida na atividade agrícola, podendo significar uma estratégia de reprodução social das famílias na agricultura e não de definhamento social

### Referências

ABRAMOVAY, R.. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 21 - 50, jan./dez.,1998.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun., 1999.

AGRIANUAL. Anuário da Agricultura Brasileira. **Agriannual 2013**. São Paulo: FNP, 2012. 470 p.

ALTIERI M. A.. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 16, p. 22-32, jan., 2012.

AQUINO, I.. Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930. In: CALDEIRA J.R.C. ; ODALIA, N.. **História do Estado de São Paulo/ A formação da unidade paulista. Colônia e Império**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. cap. 3, p. 61-82.

BAENINGER, R.. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**, Campinas, p. 321-348, mar./abr., 2001.

Disponível em: <

[https://www.researchgate.net/profile/Rosana\\_Baeninger/publication/267198747\\_Regio\\_Metropolitana\\_de\\_Campinas\\_expansao\\_e\\_consolidao\\_do\\_urbano\\_paulista/links/54ea559e0cf25ba91c82f464.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rosana_Baeninger/publication/267198747_Regio_Metropolitana_de_Campinas_expansao_e_consolidao_do_urbano_paulista/links/54ea559e0cf25ba91c82f464.pdf)

Acesso em: 14 jun. 2014.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER L. A. C.; PEREIRA R. A. O.; PINTO, B. L.. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L.; LEITE, S. (org.). **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. cap.3, p. 97 - 140.

BRAGA, R.. Dinâmica econômica e dinâmica demográfica: uma avaliação da Região Metropolitana de Campinas-SP - Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Campinas v. 2, n. 47, p. 311- 360, mar./abr., 2011.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R.. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-65, out./nov., 2014.

CARNEIRO, M. J.. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO SILVA, J.. (Org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v. 4, p. 50 – 93.

\_\_\_\_\_; MALUF, R. S.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.185 p.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 167 – 188.

CHAYANOV, A. V.. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 120 p.

DECARVALHO, J G.. **Questão Agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. 233 p. Tese (Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

DE CASTRO, R. M.. A história da educação em São Paulo: a instrução pública dada a ler nos Anuários do ensino do estado de São Paulo: 1907-1927. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo, v. 12, n. 2 [29], p. 209-238, maio/jun., 2012.

DEFIGUEIREDO, N. M. S.; BRANCHI, B. A.; KAGEYAMA, A. A.. Trabalhadores e famílias rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e características familiares em 2008. **Revista de Economia**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 133 – 166, jan./abril, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/viewArticle/28749>> Acesso em: 10 jun. 2014.

DEGASPARI, L.C.; ARAUJO, E.; LEÃO V.; MORUZZI MARQUES, P. E.. Conflitos agrários em territórios periurbanos no estado de São Paulo: contendas e justificações em torno do assentamento Milton Santos. In: SIMPOSIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA: RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS, 6., 2015, Curitiba. **Anais ....** Curitiba: UFPR, 2015. p. 74 - 81

DEMO, P.. Elementos para Estudo do Subemprego. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 4, n. 10, p. 34 - 52, 2013. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/2399>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R.. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.14, n. 41, p. 246-257, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a04.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2014.

FERNANDES, B. M.. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. 1994. 264 p. Dissertação (Geografia Agrária) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras, Educação e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; TESTA, V. M.. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, out./dez., 2005.

FÜLLER, A. Introducción: Cambio Rural en Europa. In: ARKLETON RESEARCH. COLÓQUIO DE MONTPELLIER, 2., 1987, Madrid. **Anais ...** Madrid: Ministério da Agricultura Pesca e Alimentação, 1987. p. 247- 259.

FÜLLER, A.; BRUN, A. Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe. In: ARKLETON RESEARCH RURAL CHANCE EUROPER, 2., 1988, Waldkirchen. **Anais...** Waldkirchen: Second Review Meeting, 1988. p. 147-167.

GOLDFARB, Y.. Do campo à cidade, da cidade ao campo: O projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 5, p. 109 - 138, fev./maio, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J.. Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAMPO PAULISTA, 2., 1998, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ABCP, 1998. p. 63- 78.

\_\_\_\_\_; DEL GROSÍ, M. E.. **O novo rural**: uma abordagem ilustrativa. Londrina: IAPAR, 2002a. v. 1, 53 p.

HABERMAS, J. **Teoria de la accion comunicativa**. Madrid: Taurus, 1988. v. 2, 517 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=25&i=P>> Consultado em: 09 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Sistema de Dados da Reforma Agrária. **RECUPERAÇÃO DE DADOS**: banco de dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=26>>. Acesso em: 16 nov./2013a.

INCRA. **Dialogando conhecimentos: resultados da parceria INCRA/FEPAF**: a UNESP a serviço da sociedade. São Paulo: UNESP, 2009. 95 p.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**: Fatores de Sucesso e Insucesso. Brasília: IPEA, 2013. 121 p. Relatório de Pesquisa.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Retratos da Terra 97/98**: Perfil Socioeconômico e Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretária da Justiça e Cidadania. 1999. n. 9, 112 p.

KASSOUF, A L.. Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 43, n. 1, p. 29 – 44, jan./abril, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032005000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032005000100002&script=sci_arttext)> Acesso em: 15 abr. 2014.

KELLER, P. F.. Impactos da globalização econômica sobre a cadeia têxtil brasileira: o caso do polo têxtil de Americana (SP). **Revista Universidade Rural, Série Ciências da Vida**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 59-77, abr./maio, 2006.

LAMARCHE, H.. coord. **A agricultura familiar: comparação internacional**. - Uma realidade multiforme. Tradução de Angela M. N. Tijuwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LEITE, V. G. M.. **Estudo da viabilidade técnica e econômica de uma plantação de hortaliças orgânicas em sistema com pouca terra e água no Assentamento Milton Santos em Americana – SP**. 2011. 50 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Agrônoma). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

MARSDEN, T.. Towards the Political Economy of Pluriactivity. **Journal of Rural Studies**. London, v. 6, n. 4, p. 375-382, set./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. London, v. 11, n. 3, p. 285-296, jun./set., 1995.

MARTINS, J. S.. **O sujeito Oculto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 238 p.

MATHEUS, D.. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: A Comuna da Terra**. 2004, 55p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Ribeirão Preto, 2003.

MATTEI, L.. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055 - 1073, out./nov., 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 jul. 2012.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S., HEREDIA, B. M., CINTRÃO, R.. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Unesp IICA/ NEAD, 2004. 307 p.

MIRANDA, L. I. B.. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição urbana-rural: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. 2008, 312 p. Tese (Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade de Pernambuco, Recife, 2008.

MORUZZI MARQUES, P. E; LE MOAL, M. F. DE ANDRADE, A. G. F.. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo agricultura de proximidade em questão. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas: UNICAMP, v. 8, n. 1, jan./fev., 2014a. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/310078/mod\\_resource/content/0/1741-4740-1-SM.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/310078/mod_resource/content/0/1741-4740-1-SM.pdf)> Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo. **Reforma Agrária**. Campinas, v. 1, p. 15 - 40, maio/dez., 2014.

\_\_\_\_\_; LUCAS, A.; DEGASPARI, L. C.. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, p. 161-178, jan./jun., 2014b.

MULLER. G.. São Paulo o Núcleo do padrão agrário moderno. In: STEDÉLI, J. P.. **A questão Agrária na década de 1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. cap. 6, p. 221 - 237.

NEVES, J. F.; SILVA, L. B.; JÚNIOR, S. S.; NEVES, S. M. A.; NEVES, R. J.; DASSOLLER, T. F.; O Cultivo de Hortaliças sobre Plantio Direto e Coberturas de Solo em Cáceres/MT. **Cadernos de Agroecologia**. Dourados, v. 9 n. 4, p. 1 – 8, 2015. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16537>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

NEY M. G.; HOFFMANN R.. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 47, n. 1, p. 147-181, 2009.

OLIVEIRA, F. A. M.. Terras para lavoura comercial do café em São Paulo: Jaú (1850-1910) In: CALDEIRA J. R. C.; ODALIA, N.. **História do Estado de São Paulo/ A formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. v. 2, cap. 2, p. 41 – 60.

OLIVETTE, M. P. A., CAMARGO, F. P.. Concentração fundiária no Estado de São Paulo: 1996–2008. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 6, p. 39 – 65, jun., 2009.

PLOEG, J. D. V.. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PERTESON, P. **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: Agriculturas ASPTA, 2009. cap. 1, p. 17 – 32.

PREFEITURA DE AMERICANA DADOS HISTÓRICOS. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350160>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

RETIÉRE, M. I. H.. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014, 120 p. Dissertação (Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

SACO DOS ANJOS, F.. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPPEL, 2003, 374p.

SALIM, L.. **Pré assentamento Comuna da Terra Milton Santos**: História de vida, história de luta. 2007, 87 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia Agrária) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHARZER, H.. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/sp-e-o-segundo-em-beneficiarios-e-nega-que-programa-leve-a-dependencia-6809.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SCHNEIDEIR, S.. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 99- 120, fev., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, 300 p.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ, VALLE F. (Org.). **La pluriactividad en lo campo Latinoamericano**. Quito: Flasco. 2009a. cap. 5, p. 132- 162.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009b. 258 p.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 217- 244, jun., 2010. Disponível em: <[ps://books.google.com.br/books?id=FfArAAAAYAAJ&q=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&dq=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjNhZGF-4HNAhXIYIKHRAICkwQ6AEILzAB](https://books.google.com.br/books?id=FfArAAAAYAAJ&q=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&dq=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjNhZGF-4HNAhXIYIKHRAICkwQ6AEILzAB)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SOUZA, M.. Pluriatividade e Nova Ruralidade: reelaboração de identidades sociais em duas comunidades paranaenses In: GRAZIANO SILVA, J.; CAMPANHOLA, C..**O Novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Campinas: Embrapa/Unicamp, 2004. cap. 1, p. 34 -58.

WANDERLEY, M. N. B.. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 300 p



#### 4. ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO DO PARANÁ: O CASO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

##### Resumo

As mudanças da dinâmica de trabalho no mundo rural estão ligadas aos reflexos do processo de modernização agrícola, que ocorreu de modo acentuado no estado do Paraná. Na Região Metropolitana de Curitiba, mais particularmente no município da Lapa, onde está localizado o assentamento Contestado, estas dinâmicas são mais específicas. Ademais, a área do assentamento é protegida pela legislação ambiental, o que reforça escolhas por práticas sustentáveis. No assentamento, há uma diversificação de atividades que favorecem o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura. Logo, trata-se de um campo de estudo pertinente para nosso propósito, que busca contribuir com o debate sobre o papel da pluriatividade considerando sua variabilidade, em particular no que se refere às possibilidades da reforma agrária concebida em moldes sustentáveis. As atividades dependem da agricultura, que é realizada por princípios de longo prazo e sustentáveis. Desta forma, é possível destacar aqui uma perspectiva promissora para um desenvolvimento incluyente e multifuncional do espaço rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Pluriatividade; Atividades não-agrícolas; Multifuncionalidade da Agricultura; Sustentabilidade

##### Abstract

Changes in work dynamics in rural areas are linked to reflections from the agricultural modernization process, which occurred markedly in the state of Paraná. These dynamics are more specific in the Metropolitan Region of Curitiba, especially in the district of Lapa, where is located the Contestado assentment. Moreover, the assentment area is protected by environmental legislation, which reinforces choices for sustainable practices. There is a diversification of activities in the assentment that promotes the recognition of agriculture multifunctionality. Therefore it is a relevant field of study for our purpose, which seeks to contribute to the debate on the role of pluriactivity considering its variability, particularly the possibilities of land reform designed in a sustainable way. These activities depend on agriculture that is held by the principles of long-term and sustainable. Thus, it is possible to highlight here a promising prospect for an inclusive and multi-functional development of rural areas.

Keywords: Family Agriculture; Pluriactivity; Non-agricultural activities; Agriculture Multifunctionality; Sustainability

#### 4.1 Introdução

As recentes transformações da dinâmica do trabalho rural, em especial a pluriatividade, estão ligadas ao processo de modernização agrícola (GRAZIANO e DEL GROSSI, 2002b), conforme discutidas no primeiro capítulo. Quando acentuado, este processo causa maior perda de autonomia e queda da rentabilidade financeira dos pequenos agricultores (SACO DOS ANJOS, 2003). No caso do estado do Paraná (DEL GROSSI, 1996), em particular da Região Metropolitana de Curitiba e da Lapa (QUEIROGA, 2006), este fenômeno é notável.

Neste contexto, o assentamento Contestado foi formado graças à mobilização do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Situa-se em Área de Proteção Ambiental, onde em princípio são apenas permitidas práticas produtivas sustentáveis. Ademais, na área há diversas atividades não propriamente agrícolas, mas que contribuem com a perspectiva de uma multifuncionalidade territorial em torno da atividade agrícola.

Trata-se, portanto, de um contexto pertinente para a proposta desta pesquisa, que pretende contribuir com o debate da pluriatividade em torno das possibilidades da reforma agrária concebidas em novos moldes, que visam harmonizar a produção agrícola com a preservação de recursos naturais, particularmente nas áreas periurbanas das Regiões Metropolitanas. A ideia é levantar elementos sobre o significado e o modo com que a pluriatividade emerge nestas áreas. O fenômeno se manifesta quando membros de uma mesma família rural realizam atividades agrícolas, para-agrícolas ou não-agrícolas (SCHNEIDER, 2003).

Para a análise da pluriatividade é muito pertinente compreender as dinâmicas territoriais (FÜLLER, 1987) em torno deste assentamento. Assim, nossa pesquisa levantou elementos sobre a história e o contexto atual dos territórios em torno do Contestado. O foco nos territórios permitiu revelar o grau de interação urbano-rural, afinal o sucesso da criação de novas unidades familiares de produção rural depende da intensificação das ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades, como sugere Abramovay (1999).

Nossa análise se concentra, em segundo momento, no assentamento Contestado, cuja criação pôde gerar transformações consideráveis em território próximo a Curitiba. Os dados sobre o assentamento foram coletados por meio da

observação participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos assentados entre setembro e outubro de 2013.

Por fim, focou-se a atenção nos lotes agrícolas, afinal é neles que ocorrem as práticas analisadas e as estratégias adotadas pelas famílias, que serão examinadas ao nível do ambiente intrafamiliar (FÜLLER, 1987).

Os dados foram obtidos por um conjunto de técnicas como a história oral, entrevistas padronizadas e observação participante. Nas visitas aos lotes foram examinados indicadores sociais, econômicos, agrícolas e ambientais, que estão relacionados ao modo de vida da família, suas estratégias internas e a relação com o meio externo. Por fim, todos os dados foram analisados de forma qualitativa, mas também utilizando parâmetros de frequência e porcentagem.

Para selecionar o assentamento Contestado e as famílias participantes, foi escolhida a metodologia qualitativa de amostragem (FLICK, 2004), a qual é útil em pesquisa social empírica, que analisa um fenômeno por meio de múltiplas fontes de evidência.

A amostragem dos estabelecimentos considerados foi estratificada em duas categorias, selecionando ao acaso sete famílias. Os lotes foram estratificados conforme informações iniciais obtidas junto aos dirigentes da Cooperativa Terra Livre (da qual trataremos adiante), em dois tipos de estratégias familiares baseadas na fonte de renda familiar principal: agrícola e não agrícola. As famílias consideradas por este estudo com estratégia de renda agrícola são aquelas que obtêm da agricultura no lote mais de 50% da renda familiar total. Já as famílias com estratégia de renda pluriativa atingem rendimento com as atividades agrícolas internas ao lote menor que 50% da renda familiar total.

Convém agora apresentar a organização deste capítulo, que está dividido em função de três níveis de análise. O primeiro é em torno do macro contexto regional e local onde se insere Contestado. No segundo nível, são discutidos a formação e o desenvolvimento do assentamento. Por fim, são discutidos os elementos obtidos na pesquisa de campo sobre o modo de vida dos assentados entrevistados, em particular no que se refere às suas estratégias de reprodução.

Em termos mais detalhados, o primeiro nível de discussão remete a um breve histórico agrário do estado do Paraná, da Região Metropolitana de Curitiba e do município da Lapa. No segundo, tratamos do processo de implantação do acampamento e do assentamento Contestado, considerando em particular o acesso

pelos assentados às áreas urbanas. Por fim, no terceiro nível, identificamos elementos sobre a trajetória de vida e características dos chefes e membros das famílias assentadas consideradas, além da renda familiar, do modo com que a agricultura é praticada e das dinâmicas de trabalho presentes no assentamento.

## 4.2 O contexto local

Como já mencionado no primeiro capítulo e, de acordo com Mardens (1990; 1995) e Füller (1987), o estudo da pluriatividade deve abranger elementos históricos sobre o contexto no qual os agricultores estão inseridos, ressaltando os elementos que tratam dos macroprocessos socioeconômicos e das dinâmicas em torno das famílias rurais. Deste modo, trata-se de discutir sobre os macros processos socioeconômicos em torno do assentamento Contestado a partir de um breve olhar histórico. Ressalta-se que a proposta não é uma caracterização histórica detalhada do território.

### 4.2.1 Breve histórico agrário do estado do Paraná: região de Curitiba

A estrutura agrária do Paraná nasceu como aquela do Brasil, baseada na economia agrícola primária exportadora, o que conferiu ao seu território baixíssima densidade demográfica. A colonização paranaense principia no século XVI, com expedições estrangeiras que buscavam madeira. Já no século XVII, portugueses e paulistas procuravam ouro e índios para escravizá-los (STECA e FLORES, 2002).

Na busca por ouro, a população se estendeu até o planalto constituindo a vila de Curitiba, que se tornou o centro da expansão populacional e a sede da sociedade regional. No entanto, os habitantes do planalto ao redor de Curitiba, em 1641, viviam em condições miseráveis e primitivas. Plantavam apenas o essencial para alimentação, pois não havia como permutar os excedentes (PINHEIRO MACHADO, 1962).

O ouro motivou a vinda de grupos paulistas, que formaram os primeiros povoados. Estes grupos trouxeram escravos negros para lavrarem o precioso metal. Assim, os índios escravizados passaram a realizar os trabalhos domésticos e agrícolas. Estes últimos se fundavam na prática de pousio e queima, para a

implantação de cultivos diversos com plantas nativas e europeias (QUEIROGA, 2006).

A descoberta do ouro mineiro, em meados de 1750, leva o garimpo paranaense à decadência. Com o fim das lavras apenas dois povoados resistiram: Curitiba, fundada como vila em 1693, cuja atividade agropecuária era baseada na pecuária, e Paranaguá, com forte agricultura. Ambas as atividades possibilitavam a fixação da população (QUEIROGA, 2006).

Desta forma, são doadas pela Coroa Portuguesa as primeiras sesmarias da região (QUEIROGA, 2006). Além delas, existiam pequenos sítios nas proximidades dos povoados e na estrada por onde passavam as tropas. Os sítios eram de indivíduos pobres, como capatazes e libertos, que não tinham escravos e eram produtores de feijão, milho e outros alimentos para as tropas, além de cavalos e vacas (PINHEIRO MACHADO, 1962), o local também serviria de internada para o gado engordar.

A pecuária manteve posição de destaque entre 1690 e 1880. No entanto, o preço dos animais decresce e a atividade entra em decadência (QUEIROGA, 2006). Concomitante à decadência da pecuária, emerge a extração de erva mate e de madeira, intensificada com a expansão de mercados platinos (QUEIROGA, 2006).

No período auge da pecuária, em 1853, o Paraná é emancipado da Província de São Paul, permitindo um processo de colonização diferenciado, baseado em imigrantes europeus interessados em terras, com o objetivo de criar uma agricultura capaz de abastecer o mercado interno de alimentos (PINHEIRO MACHADO, 1962).

Os imigrantes se estabeleceram para povoar espaços vazios, com pequenas propriedades rurais que abasteciam as cidades (HAURESKO e MOTEKA, 2008). Entre 1868 e 1878, foram criados 60 núcleos coloniais em diversas regiões da província (PINHEIRO MACHADO, 1962).

A colonização paranaense seguiu princípios campesinos europeus, com pequenas propriedades agrupadas em redor da aldeia com intuito de abastecê-la. As colônias se caracterizavam por uma territorialidade, que é ligada ao uso da terra como um espaço de viver e de produzir para subsistência e para o mercado interno (HAURESKO e MOTEKA, 2008).

A vinda dos imigrantes é o que marca o início da extração de erva mate e madeira como complemento da produção alimentar dos colonos. A partir de 1914, a extração de erva mate perde forças, em razão da introdução de outros produtos

como café. A corrente migratória em direção a Curitiba se intensifica (DOS SANTOS, 2009). A propósito, a população paranaense entre 1920 e 1940, representava 3% da população brasileira (DE LIMA *et al.*, 2007).

Com o decréscimo da extração de mate, consolida-se o setor madeireiro e, ao norte do estado, a cafeicultura. Em 1920, 78% das indústrias locais eram do setor madeireiro (PALUDO e BARROS, 1995 *apud* DE LIMA *et al.*, 2007), que experimentou seu apogeu até por volta de 1960.

O processo de modernização da agricultura paranaense principia entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionado pela crise do café. O governo federal promove políticas com o intento de erradicar os cafezais antieconômicos para tornar a produção mais eficiente, diversificada e integrada à agroindústria (MORO, 2000).

Estas mudanças produtivas colaboraram para que entre 1960 e 1970, crescesse o uso de tratores (338,3%), de arados com tração mecânica (379,4%), energia elétrica (687,6%) e consumo de óleo diesel (604,9%) (MELO, 2011). As transformações ocorreram de forma mais intensa no norte e oeste do estado, onde se concentravam os cafezais.

Além do processo de modernização da agricultura, a razão do crescimento da mecanização foi à substituição do café por culturas oleaginosas, de mais fácil mecanização. Esta última agravou o êxodo rural, que de 1970 a 1991, reduziu a população rural paranaense em 49,7%. Em 1970, a população já era mais urbana que rural (58,93%) (MELO, 2011).

A concentração fundiária se agravou com o processo de modernização agrícola, eliminando 100.385 estabelecimentos agropecuários nos anos de 1970 (PRIORI *et al.*, 2012). Em outras palavras, o processo de modernização agrícola paranaense teve reflexos excludentes e concentradores.

A exclusão acentuou entre 1985 a 1995. No mesmo período, houve uma redução da PEA (População Economicamente Ativa) agrícola em 30% (DEL GROSSI, 1996) e da PEA não-agrícola em 0,1% (SACO DOS ANJOS, 2003).

No Paraná durante a década de 1990, a PEA agrícola contava com 2,5% do total de trabalhadores. No mesmo período, houve queda de 11,7%. Já da PEA não-agrícola houve um aumento de 4,2% (SOUZA, 2000). No fim da década de 1990, quase  $\frac{1}{4}$  da PEA rural era ocupada com atividades não-agrícolas (DEL GROSSI, 1996). A queda no número de empregos agrícolas é decorrente do processo de

modernização e de outros macroprocessos discutidos no primeiro capítulo desta tese.

Na década de 2000, continuou a queda do número de agricultores familiares (LAURENTI, 2013), mas com aumento no contingente de agricultores familiares minifundistas residentes em áreas urbanas, que mesclam a atividade agrícola e a atividade não agrícola formando uma nova ruralidade. Ademais, 23% das famílias paranaenses estavam ocupando o campo apenas como local de moradia (BAZOTTI *et al.*, 2009).

No período de 2001 a 2004, entre as famílias de agricultores com menos de 20 ha, houve um recuo da atividade agrícola em 1,7%, enquanto que, no mesmo período, o número de famílias pluriativas aumentou 10,2% (SOUZA e NASCIMENTO, 2011).

Apesar das transformações das últimas décadas nas ocupações no campo, as rendas agrícolas continuam como a principal fonte de renda das famílias rurais, com uma crescente participação de rendas provenientes de aposentadoria e pensões (BAZOTTI *et al.*, 2009).

A década de 2000 é caracterizada pela continua expansão da PEA rural em atividades não-agrícolas, chegando a representar 41,8% da população trabalhadora. Paralelamente, ocorre a redução da PEA agrícola, o aumento do número de empregados com carteira de trabalho assinada e a queda do contingente populacional situado na extrema pobreza no campo (LAURENTI, 2015).

Em suma, a colonização diferenciada no Paraná, revista neste brevíssimo relato histórico, permitiu a existência de alto número de pequenos proprietários e moradores rurais. Neste contexto, o processo de modernização agrícola transformou a dinâmica dos empregos rurais de forma acentuada, com a crescente importância da pluriatividade, o que torna tal realidade emblemática para nossos propósitos.

#### **4.2.2 A Região Metropolitana de Curitiba**

A crise do extrativismo da erva mate impulsiona uma corrente migratória para Curitiba: no período de 1920 a 1940, sua população dobrou. De 1940 a 1970, mais de 80% dos habitantes urbanos paranaenses viviam na capital (ROCHA e

BARCHETE, 2015). Nas décadas de 1970 e 1980, a imigração para Curitiba intensifica (DOS SANTOS, 2009).

A Região Metropolitana de Curitiba foi formada por muitos municípios rurais. O fluxo migratório em sua direção cresceu com a modernização do campo e a expansão da soja, intensificando o êxodo rural. Na década de 1970, os governos paranaenses se orientavam pela ideia de favorecer o desenvolvimento industrial: os poderes executivos de Curitiba e seu entorno promoviam incentivos fiscais atraindo a instalação de indústrias nacionais e internacionais (MIGLIORI, 2006).

Com o processo de aceleração da urbanização e industrialização brasileira desde a década de 1950, foi aprovada a Lei Complementar nº 14 de 1973, estabelecendo a criação das Regiões Metropolitanas de Curitiba, São Paulo e outras. A Região Metropolitana de Curitiba cresceu ao longo do tempo, incorporando em 2002, graças a Lei Complementar Estadual nº 13.512/02, o município da Lapa (Figura 4.1), onde se localiza o Assentamento Contestado (COMEC, 2015).



Figura 4.1 - Localização do município da Lapa – PR

Atualmente, a Região Metropolitana de Curitiba compreende 29 municípios: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Dr. Ulysses, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná, Agudos do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

Localizada no Primeiro Planalto Paranaense, a área metropolitana ocupa 16.581,2 km<sup>2</sup>, com 3.223.836 habitantes, que representa 30,6% da população

estadual. A densidade demográfica é de 210,64 hab/km<sup>2</sup> (IPARDES, 2015). Em 2001, entre as metrópoles brasileiras, a Região Metropolitana de Curitiba era a detentora da maior área rural (KARAM, 2001), apesar de uma taxa de urbanização de 91,2 % (IBGE, 2000). Em 2010, os habitantes das áreas rurais da Região Metropolitana de Curitiba correspondiam, portanto a 8% da população estadual (IBGE, 2010).

Em 2012, a Região Metropolitana de Curitiba detinha 40% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual (IBGE, 2013), visto que grande parte desses municípios tinha PIB acima de R\$ 450 milhões. Neste ano, Curitiba tinha o 4º maior PIB do país, São José dos Pinhais o 36º (15,4 bilhões) e Araucária ocupava a 44ª posição. O PIB/ per capita médio era de R\$ 31.872,00 (IPARDES, 2015). Em 2013, o rendimento médio mensal das famílias foi de R\$ 2.014,60, maior que a média nacional de R\$ 1.917,00 (IBGE e IPARDES *apud*. COMEC, 2015).

Indústrias automotivas, refinaria Presidente Getúlio Vargas, Petrobrás, Boticário, Da Granja, Bematech, Nutrimental, Eternit, Votorantim, Cimentos Itambé, Sumitomo, Isringhausen, dentre outras indústrias nacionais e internacionais contribuem para a dinamização da econômica regional. Assim, trata-se de uma região de alto dinamismo econômico, que favorece o surgimento da pluriatividade dos agricultores e torna o contexto um local relevante para este tipo de estudo.

Em relação à área rural, a Região Metropolitana de Curitiba é caracterizada em geral pela presença de pequenas explorações familiares, cujo número cresceu entre os anos de 1975 a 1985. Ao norte se situam grandes estabelecimentos e ao sul os pequenos (QUEIROGA, 2006).

A ocupação do solo na região é ligada ao relevo e tipo de solo (QUEIROGA, 2006). A cobertura florestal nativa predomina ao leste, na serra do Mar e nas áreas com declives fortemente ondulados e montanhosos. Os cultivos permanentes de frutíferas se encontram a oeste, as pastagens ao norte. Por fim ao sul, lavouras temporárias em pequenas propriedades são frequentes (QUEIROGA, 2006).

O uso de tecnologias produtivas, como adubos químicos, agrotóxicos e máquinas, é variável e relaciona-se à assistência técnica, relevo e declividade do solo (QUEIROGA, 2006). Ao norte, o uso é considerado baixo, no nordeste e no extremo sul os níveis são tidos como baixo a médio e, por fim, no sul, há alto nível de uso destes insumos e equipamentos (QUEIROGA, 2006).

A produção na Região Metropolitana de Curitiba na década de 1975 era centrada principalmente em milho, feijão e soja. Vinte anos mais tarde cresceu a produção de frutíferas, olerícolas e batata inglesa (QUEIROGA, 2006). Em 2014, a produção agrícola da Região Metropolitana de Curitiba representou 5,2% do valor bruto da produção agropecuária estadual (IPARDES, 2015).

Ademais, a Mesorregião de Curitiba concentra a maior proporção de famílias pluriativas do Paraná, tornando-a emblemática para o estudo da pluriatividade. Na região, a renda das famílias pluriativas é duas vezes superior àquelas agrícolas (MARQUES e LOPES, 2011). O estudo destes últimos autores confirma que na Mesorregião de Curitiba, a pluriatividade é relacionada às áreas e municípios de maior dinamismo econômico. Agora, passaremos a tratar da Lapa, município em que se encontra o assentamento Contestado.

#### **4.2.3 O município da Lapa**

As terras da Lapa eram habitadas por índios das tribos Kaingang (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015). O povoado eclodiu em 1731, com a expansão da pecuária e do tropeirismo realizado pelos comerciantes de rebanhos, que pousavam no caminho entre Viamão (RS) e Sorocaba (SP) (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015).

Em 1768, a Igreja Católica solicitou a Coroa Portuguesa a doação da sesmaria Freguesia de Santo Antônio da Lapa. Em 1806, a população, composta por mais de 2.000 habitantes, elevou-se a categoria de Vila Nova do Príncipe. A Vila, em 1871, foi desmembrada de Curitiba e batizada de Lapa. O nome é em homenagem à gruta onde viveu o monge curandeiro, João Maria D'Agostinis (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015).

Entre 1870 a 1895, a população continuou crescendo, mas desta vez foi graças à chegada de imigrantes de diversos países europeus: Itália, Alemanha, Áustria, Ucrânia, Polônia e Rússia (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015).

Na história brasileira, o município tornou-se conhecido em um episódio da Revolução Federalista de 1894, que é conhecido como o "Cerco da Lapa". Tratou-se da reunião de forças para deter as tropas federalistas (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015).

Mais tarde, o município é palco de outro episódio da história brasileira. Nestas terras, travou-se a terceira batalha da Guerra de Contestado, um conflito armado entre caboclos e o governo (1912 a 1916). A razão da luta foi à contestação de agricultores ao governo brasileiro, a respeito da doação de terras a madeiras estrangeiras (CABRAL, 1979). O nome do assentamento é em homenagem a tais agricultores. Assim, a Lapa é rica em turismo histórico, cultural e religioso.

Convém destacar que a agricultura predomina no município. Em 1975, 88% das explorações da Lapa eram pequenas e familiares (QUEIROGA, 2006). Com a acentuação do processo de modernização agrícola, tornou-se um dos municípios que mais consumiram adubos químicos e agrotóxicos da Região Metropolitana de Curitiba, considerado em estudo de Queiroga (2006), como tendo um nível médio de uso de tecnologias modernas produtivas, apresentando alta diversidade de produtos.

Segundo Graziano e Del Grossi (2002a), o processo de modernização agrícola acentuado, em município com alta densidade de agricultores familiares, favorece ainda mais a pluriatividade, como mencionado no primeiro capítulo da tese. Assim, trata-se de um local relevante para o estudo de tal fenômeno.

Atualmente a economia da Lapa baseia-se na atividade agropecuária com predomínio da produção de soja, milho, feijão, cebola, frutas, aves (em sistema de integração), hortaliças orgânicas e leite (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015). O município participa com 23% da produção agrícola da Região Metropolitana de Curitiba. Para alguns produtos, a produção municipal representa mais da metade do total da área metropolitana: arroz em casca (64%), mandioca (94%) e soja (87%) (IBGE, 2006).

A produção agrícola usa de modo intensivo máquinas e insumos químicos, provocando processos erosivos e poluição, principalmente no cultivo de batata (QUEIROGA, 2006). Em 2014, a produção agrícola municipal foi principalmente de batata inglesa, cebola, feijão, soja, maçã, pêssego, milho e cevada (IBGE, 2013).

O município é formado por 2.450 estabelecimentos de agricultores familiares, 640 de agricultores patronais e 300 de quilombolas. Ainda existem na Lapa, 4.000 trabalhadores rurais e 108 famílias de assentados da reforma agrária. A agricultura é impulsionada pela presença de cooperativas de grande porte e da agricultura familiar (PREFEITURA MUNICIPAL da LAPA, 2015).

Em 2010 a Lapa contava 44.932 habitantes, sendo que 39,5% habitavam o meio rural (IBGE, 2010). As mulheres representavam 50% da população, metade vivendo no campo. A taxa de urbanização municipal é baixa, cerca de 60% (IBGE, 2010).

Em relação à economia, o PIB/per capita em 2012 era de R\$ 20.410,00 (IPARDES, 2015). A renda nominal mensal em domicílios urbanos, em 2010, era de R\$ 849,50 e em domicílios rurais R\$ 463,47 (IBGE, 2010). Os residentes na cidade estão empregados, sobretudo, nas empresas metalúrgicas e agroindústrias.

Em suma, trata-se de município pequeno, de uma Região Metropolitana que passou por um acentuado processo de modernização agrícola, com caráter excludente e concentrador. A Lapa manteve estreitas ligações com o rural e sua dinâmica ligada à agroindústria agrícola. Desta forma, constitui um caso emblemático para o estudo das diferentes formas de pluriatividade.

Assim, no município as manifestações da pluriatividade podem ser fortemente notadas. Para nossos propósitos, estes processos foram mais a frente analisados no assentamento Contestado.

### 4.3 O assentamento Contestado

#### 4.3.1 O acampamento Contestado

As terras de Contestado eram parte de uma sesmaria concedida a Igreja Católica. Mais tarde, elas pertenceram ao Barão dos Campos Gerais, detentor de forte poder político local, representando o patrimonialismo regional. Por muito tempo, estas terras pertenceram aos seus herdeiros, sob o nome de Fazenda Santa Amélia. Em 1985, a Incepa, empresa que cultivava pinus e eucalipto destinados à produção de carvão para fabricação de cerâmica comprou a área.

*“Aqui (Contestado) foi no início da história à madeira: pinheiro, imbuia. Depois o gado, depois os grãos, depois uma parte voltou reflorestamento e agora veio à reforma agrária. A terceira geração. Agora, tu imagina sair do escravo, ir para o boi depois para a agricultura familiar” (entrevista 4.1 com coordenadores do assentamento)*

Na década de 1990, a estratégia do MST- PR era ocupar áreas de empresas endividadas com a União. O movimento identificou a Fazenda Santa Amélia, pertencente à Incepa, que devia ao INSS. Na Região Metropolitana de Curitiba não

havia experiências de lutas pela reforma agrária. Logo, não havia número de militantes suficientes para buscar engajar famílias na luta pela terra, o que dificultou a realização de mobilização das famílias.

Para a formação do acampamento Contestado, o trabalho de base foi realizado por integrantes do MST de todo o estado, inclusive da direção estadual. A atividade foi articulada no MST em nível estadual e federal, com apoio da CPT e sindicatos rurais. O objetivo era mobilizar as famílias em áreas rurais e urbanas e promover espaços de discussão sobre a luta pela terra, principalmente nos municípios da Lapa e Curitiba.

Na época em que as famílias se engajaram ao processo de luta pela terra os casais tinham, na maior parte dos casos, três ou quatro filhos. Em geral, o chefe da família encontrava-se desempregado no campo. Com baixa escolaridade e idoso, a possibilidade de sua inclusão no mercado de trabalho era reduzida.

Muitos trabalhadores rurais sem terra se engajaram na luta por terra, afinal eles foram substituídos por máquinas agrícolas com o avanço do processo de modernização, como insiste o estudo de Graziano e Del Grossi, (2002a). Neste quadro, estas famílias chegaram ao acampamento por convite de amigos e de parentes, que já viviam em assentamentos estabilizados.

A formação do acampamento teve como propósito pressionar o Estado para agilizar o processo de desapropriação da área. Em 1999, o MST ocupou a área: “a ocupação aqui não teve conflito, até porque foi uma área negociável, então não teve, foi uma das áreas mais fáceis do Paraná” (*entrevista com coordenador de produção do Assentamento*).

Tal ação se iniciou com 40 famílias da Lapa e Curitiba. Mais tarde, o MST trouxe outras famílias, que estavam acampadas por todo estado há mais de oito anos. A ocupação aumentou gradativamente, chegando a 80 famílias, número considerado ideal pelo MST para atingir a viabilidade econômica do assentamento. No entanto, o INCRA pretendia assentar 160 famílias. Em resposta, o movimento propôs a elaboração de um plano detalhado sobre a viabilidade econômica da área, o que resultou na negociação para o assentamento de 108 famílias. Estas famílias permaneceram acampadas na área por cerca de três anos (1999 a 2001). Em 2002, o INCRA dividiu os lotes entre os assentados.

Em um mês, os acampados iniciaram o plantio de soja e milho em diferentes áreas afastadas do centro do acampamento. Nesta parte central, eram cultivadas hortaliças e frutas para o autoconsumo das famílias.

No período de acampamento, o governo municipal não apoiou as ações das famílias. Os moradores da Lapa pressionaram os ocupantes para deixarem a área. Mesmo com a negociação das terras antes da ocupação, os assentados não foram amparados pelo poder público municipal e pela população local. Apesar dos assentados não terem contado com esta colaboração, houve o apoio da EMBRAPA, universidades e ONGs para a implantação do assentamento.

Com a criação do assentamento e a liberação dos créditos de instalação pelo INCRA, os assentados tornaram-se consumidores e passaram a efetuar suas compras em outros municípios, como Balsa Nova, Araucária e Campo Largo. Para atrair estas famílias, os comerciantes da Lapa entraram em contato com os assentados para oferecer seus produtos com algumas vantagens, estabelecendo relações mais estreitas.

Por outro lado, o assentamento Contestado se situa em Área de Proteção Ambiental (APA), protegida legalmente e definida assim por seus atributos ambientais, estéticos e culturais, que colaboram com a qualidade de vida das populações. O Decreto Estadual nº 1.231, de 1992, estabeleceu a zona desta APA no limite entre o primeiro e segundo Planaltos Paranaense. A APA da Escarpa Devoniana visa manter a proteção natural do limite entre os Planaltos Paranaenses e a faixa dos Campos Gerais. A área é formada por um ecossistema diferenciado, que alterna áreas de capões com florestas de Araucária, matas de galeria e afloramentos rochosos. O local é de beleza cênica com canyons e sítios arqueológicos (SEMA, 2004, p. 9 *apud* ORZEVERK, 2014).

Por se tratar de uma área com estas características, é considerado fundamental proteger a diversidade biológica, por meio de um processo de ocupação, que garanta a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Com esta perspectiva, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que norteia a ocupação do solo por meio de práticas agrícolas desenvolvidas em bases sustentáveis, como em assentamentos PDSs.

O PDA foi elaborado pelos técnicos do MST em conjunto com os do INCRA, ainda no período de ocupação. Trata-se de um estudo que revela quais são os cultivos mais viáveis e adaptados às condições do solo, clima, e modo de produção

familiar, além de propor as formas de manejo do sistema produtivo. Ademais, o PDA também trata de aspectos sociais, como saúde, educação e lazer. Segundo uma das lideranças local, o PDA norteia as ações voltadas à produção e ao bem-estar das famílias: *“hoje as plantas que estamos fazendo aqui ela tá dentro de uma lógica de um estudo que o PDA mostrou para nós, desde o começo”* (entrevista com coordenador de produção).

Deste modo, Contestado foi implantado com um plano concebido conforme diretrizes voltadas ao desenvolvimento sustentável e a agroecologia. A proposta aspirava tornar o assentamento uma referência para o Sul do país em termos de conciliação entre produção agropecuária e preservação dos recursos naturais.

#### **4.3.2 O assentamento Contestado**

Contestado localiza-se, portanto, no município da Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, distante 70 km da capital Curitiba e 20 km da sede municipal. O assentamento cobre 3.200 ha, dos quais 1.000 ha de RL e APP, 800 ha de reflorestamento e 1.000 ha de produção agropecuária. A área, no bioma da Mata Atlântica, é em grande parte formada por solo do tipo Cambissolo Húmico, com altas taxas de acidez e baixa fertilidade natural (DA SILVA *et al.*, 2009). O relevo possui pequenas ondulações.

O assentamento é dividido em 108 lotes agrupados em 10 núcleos compostos por 10 a 15 famílias. As áreas dos lotes variam entre 10 a 15 ha, dependendo das condições dos recursos naturais. Em cerca de 40 lotes, há mais de uma família, pois os filhos de assentados constituíram novas famílias que vivem ali.

Além da segunda geração de assentados, residem também no assentamento famílias de professores, engenheiros agrônomos e outros profissionais ligados à agroindústria. Estima-se que vivam mais de 150 famílias em Contestado.

No IV Congresso Nacional do MST, Contestado foi apontado para tornar-se referência em agroecologia para o MST-PR. Neste congresso se aprovou a agroecologia como norteadora para instalação e desenvolvimentos de assentamentos.

Inicialmente, todos os assentados se comprometeram em praticar a agroecologia. No entanto, após a divisão dos lotes, a perspectiva agroecológica

perdeu adeptos. Os solos degradados e com baixa fertilidade foram considerados como um obstáculo para uma agricultura ecológica (ORZERKOVSKI, 2014).

A revelia das orientações do PDA, os assentados cultivaram milho e soja em sistema convencional. Todavia, o resultado financeiro da produção não foi suficiente para reembolsar o financiamento, obrigando-os a procurarem por atividades produtivas mais adaptadas a formas familiares de produção e pouco dependentes de recursos financeiros. Assim, os assentados passam a considerar o PDA e, por consequência, a agroecologia ganha adesões.

Segundo o PDA, a vocação agrícola do assentamento é voltada para hortaliças, frutas, leite e madeira. Os primeiros sistemas a tornarem-se orgânicos foram os cultivos das hortaliças. A transição para sistemas orgânicos de produção é fundada em um arcabouço importante de conhecimentos técnicos, o que limitou a aderência inicial dos assentados.

Para enfrentar o problema, o MST, a Cooperativa Terra Livre e outras instituições externas ao assentamento promoveram diversos cursos de formação técnica em agroecologia, facilitando a transição agroecológica dos sistemas produtivos. As formações em agroecologia ocorrem no barracão de reuniões localizado na principal área de uso coletivo do assentamento, que é a antiga sede da fazenda.

Ademais, neste espaço há uma agência de correios, um campo de futebol, a Escola Estadual e Municipal de Contestado, a Escola Latino Americana de Agroecologia, a creche, o barracão de reuniões, a sala de consultas médicas, a agroindústria e a Cooperativa Terra Livre. Portanto, é um assentamento onde há disponível muitos serviços não-agrícolas que contribuem com a multifuncionalidade da agricultura e favorecem um desenvolvimento consistente do território na perspectiva da sustentabilidade.

A Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) foi instalada em 2005, em Contestado, para promover a perspectiva agroecológica. A ELAA foi concebida pela Via Campesina com apoio do Governo Estadual, Estado Bolivariano da Venezuela, MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), UFPR (Universidade Federal do Paraná), oferecendo o curso de Tecnologia em Agroecologia em parceria com o Instituto Federal do Paraná.

A proposta da ELAA é formar técnicos pedagogos militantes em Agroecologia por meio da pedagogia da alternância e da autogestão, capazes de atuar no

desenvolvimento de comunidades camponesas. É a primeira escola de Agroecologia com nível universitário do país (ORZEKOVSKI, 2014). Logo, a ELAA exerce grande influência no assentamento. Trata-se de um projeto de resistência e emancipação camponesa, como propõem Fernandes e Facco (2015).

Para também fortalecer a agroecologia no assentamento, foi criado, em 2010, a Cooperativa Terra Livre, que auxilia o processo de produção, comercialização e agroindustrialização de produtos orgânicos, tornando-se uma catalisadora do processo de transição agroecológica. A Cooperativa Terra Livre facilita o escoamento dos produtos no mercado institucional, como via PAA-DS (Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Doação Simultânea) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Além da cooperativa, Contestado tem instalada em suas terras uma escola pública, que é fruto de luta, pois a prefeitura municipal se recusou a criá-la e também a fornecer o transporte escolar para as crianças. Com estas condições, as crianças ocuparam o terreno em frente da prefeitura, pressionando o poder público a ceder o transporte dos estudantes para a Lapa. No entanto, a estrada precária causava atrasos e muitas vezes impossibilitava a presença na escola, gerando cansaço nas crianças e dificuldade de aprendizagem.

Para minimizar o problema, na casa sede da fazenda foi instalada a Escola de Ensino Fundamental de forma multisseriada. Em 2011, com algumas negociações, manifestações e ocupações, foi criada a Educação Fundamental (5º ao 8º ano) e o Ensino Médio. Em 2012, inaugurou-se a Escola Municipal e Estadual Contestado, que funciona em três turnos. Assim, Contestado é um dos poucos assentamentos brasileiros que oferecem em seu território educação desde o ensino fundamental até o superior e turmas especiais de EJA (Educação de Jovens e Adultos) (ORZEKOVSKI, 2014).

Para as famílias entrevistadas no âmbito desta pesquisa, o acesso à escola com boa qualidade e voltada à vida no campo só foi possível com a instalação no assentamento. Entre as sete famílias participantes do estudo, cinco delas possuem filhos que estudam na escola de Contestado. Os estudantes de três famílias se deslocam para a escola com transporte público escolar, cedido pela prefeitura e de outras duas famílias com bicicletas, gastando cinco minutos de casa a escola. A escola no assentamento permite melhor qualidade no aprendizado.

Além do acesso à educação de qualidade, a instalação no assentamento trouxe vários benefícios às famílias consideradas. Como vantagem principal, quatro famílias (57%) elegeram a garantia de renda, duas ressaltam a melhora no estado de saúde dos membros e a outra citou a segurança relacionada a diversas esferas da vida. Efetivamente, na opinião das famílias participantes do estudo, com a instalação no assentamento, melhorou principalmente a segurança, as oportunidades e condições de trabalho, o poder de compra, a alimentação e a moradia, que agora é maior e própria.

As famílias entrevistadas não citaram qualquer aspecto da vida que tenha piorado depois de se instalarem em Contestado. Atualmente, elas sentem-se mais apoiadas pelo Estado e têm mais facilidade no acesso aos serviços estatais. Com efeito, é possível estimar que a reforma agrária cumpriu seu papel social de resgate da cidadania, considerando o ponto de vista de nossos interlocutores.

Para os assentados considerados, a instalação em Contestado possibilitou que os membros das famílias não mais adoecessem. Apenas dois assentados, entre as famílias entrevistadas tomam medicações diárias devido a problemas relacionados à pressão arterial, sendo adquiridas em farmácias populares do governo.

A propósito, há disponível um médico com presença mensal no assentamento, atendendo na área comunitária. Para realizar exames de rotina, as famílias procuram os Postos de Saúde da Lapa (cinco famílias) e Balsa Nova (duas). Os agentes de saúde visitam as casas mensalmente. Grande parte das moléstias é tratada ali, no assentamento, através de medicina alternativa. Algumas famílias do assentamento foram capacitadas com auxílio do MST a usarem plantas medicinais e elaborar remédios homeopáticos naturais, que são repassados para os outros assentados. Em Contestado, chama atenção a baixa presença de indivíduos doentes, em relação a outros assentamentos.

Em relação às práticas de lazer, as ocasiões em que os assentados considerados mais se encontram são reuniões, festas da escola e partidas de futebol, que ocorrem semanalmente. O tradicional chimarrão em companhia do vizinho também deve ser citado aqui. Para seis famílias participantes da pesquisa, com a instalação no assentamento o acesso e a qualidade das atividades de lazer melhoraram em relação à vida pré-assentamento.

Sobre o acesso aos meios de transporte, quatro famílias acreditam que este aspecto melhorou em suas vidas com a instalação no assentamento, já que adquiriram automóveis. As outras famílias já tinham automóveis antes do assentamento, portanto não houve alteração. Já instaladas no assentamento, cinco famílias usam carros novos e outras duas transporte público.

Quanto ao carro próprio, três famílias informam que não o usam e quatro usam às vezes. O ônibus vai ao assentamento somente em um dia útil na semana e em dois horários. Logo, apesar da pequena distância da sede municipal, 20 km, o acesso pelos assentados à área urbana é difícil e realizado em grande parte das vezes com meio de transporte próprio, limitando a prática da pluriatividade na cidade, mas favorecendo aquela realizada internamente.

As famílias consideradas costumam se dirigir a áreas urbanas para realizar transações financeiras, passear e realizar compras. No entanto, cinco famílias entrevistadas consideram que as estradas locais são ruins para trafegar. As estradas internas do assentamento são consideradas em péssimo estado de conservação para três famílias entrevistadas.

De outro modo, quanto à sociabilidade, parte das famílias já se conhecia antes de se instalarem no assentamento. São ligadas por laços de parentesco, inclusive com muitos familiares morando no assentamento.

Em suma, Contestado é um assentamento onde há disponível diversos serviços não-agrícolas, que contribuem com as modalidades de pluriatividade favoráveis à valorização de múltiplas funções da agricultura no território. Em contrapartida, o transporte público e as vias de acesso são pouco adequados. Assim, há o predomínio de uma pluriatividade para-agrícola, que nos permite aprofundar na reflexão sobre seu papel. Portanto, nossa unidade de análise é a família, cujas características e estratégias foram discutidas a seguir.

#### 4.4 As famílias assentadas entrevistadas

##### **4.4.1 A experiência de vida dos chefes das famílias assentadas**

A decisão a respeito da diversificação de atividades pela família rural fundamenta-se entre outras coisas, em suas tradições e costumes, que dependem de sua vivência, conforme Schneider (2006) e Carneiro (2006). Por esta razão,

verificamos as trajetórias de vida dos chefes das famílias participantes do estudo. Ademais, para análise da pluriatividade é necessário compreender a gênese social dos assentados, tal como tratado no primeiro capítulo.

O exame profundo a respeito da pluriatividade presente em Contestado requer o foco nas trajetórias de vida dos chefes das famílias, que são singulares, mas têm em comum a vivência de um desenraizamento de seu território de origem (MARTINS, 2003). A vivência é tida como as ações do dia a dia e as formas pelas quais os sujeitos experimentam as alterações de sua situação social (MARTINS, 2003).

Ao imigrar, os trabalhadores rurais e ex-pequenos proprietários rompem com a paisagem, com as relações sociais e a identidade territorial e cultural do local onde vivam. Ou seja, é um processo de desenraizamento (BORIS, 2004). Ao encontrar um grupo de referência, o sentimento de pertencimento é reconstruído com influência do grupo por meio de imagens, ideias, valores e afetos divididos e vivenciados no passado (STEDILE e FERNANDES, 1999). A reconstrução do sentimento de pertencimento em Contestado é baseada em valores rurais exaltados pelo MST. A propósito, praticamente todos os chefes das famílias entrevistadas e conjugues são filhos de pequenos proprietários rurais sulistas, exceto no caso da família pluriativa (nº 5).

Os chefes das famílias consideradas de Contestado viviam com seus progenitores em pequenas propriedades pertencentes à família. A experiência foi vivenciada em boas condições de vida até os ascendentes perderam suas terras, ou até os chefes casarem e constituírem famílias. Após a perda do acesso à terra, as condições de vida são lembradas como difíceis, repletas de migrações, até a instalação no assentamento. As fases da experiência de vida cujas lembranças são de fartura foram vivenciadas em momentos que a família tinha acesso seguro à terra.

Os interlocutores entrevistados com estratégia agrícola nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 sempre se mantiveram no campo e não têm qualquer experiência de vida e trabalho urbano. Mesmo com a perda do acesso à terra garantida pela propriedade da família, eles permaneceram no campo trabalhando em atividades agrícolas e com vivências em condições precárias até a instalação em Contestado.

A família nº 1 com estratégia de renda agrícola, é chefiada por casal. Trata-se de filhos de pequenos proprietários rurais sulistas, que perderam a propriedade

devido a dívidas. Com tal perda, o casal vivenciou muitas migrações de estados até se inserirem no MST, por meio da CPT. No movimento, eles participaram de muitas ocupações de terra pelo estado e permaneceram acampados em Contestado. Em 2000, eles se instalaram no assentamento.

As experiências e vivências do chefe da família com estratégia agrícola nº 01 são semelhantes aos das famílias nº 2, nº 3 e nº 4. Os chefes destas famílias são igualmente filhos de proprietários rurais, que perderam o estabelecimento em razão de dívidas não quitadas. As esposas são filhas de proprietários rurais sem acesso à terra devido ao processo de sucessão hereditária. Após o casamento, estes casais imigraram sem sucesso para diversos estados em regiões pouco dinamizadas até se inserirem no MST, por meio do sindicalismo rural. No MST, as famílias participaram de diversas ocupações e trabalhos de base pelo estado até serem instaladas em Contestado, a fase da vida considerada como a mais farta. As famílias nº 3 e nº 4 acamparam nas terras de Contestado por três anos e vivem no assentamento desde 2000. A família nº 2 está no assentamento desde 2013, mas participa há décadas de trabalhos internos do MST.

Mesmo sem vivenciar a fase do acampamento, o chefe da família com estratégia pluriativa nº 5 compartilha o ideário do MST. Ele e sua esposa nasceram em meio urbano e cursaram faculdade na área de ciências agrárias. Assim, ele participa do quadro técnico do MST, razão pela qual é assentado em Contestado. A família tem mentalidade e vivência urbana, mas optou por viver no espaço rural devido à melhor qualidade de vida. Ele mora no assentamento desde 2004 e sua família desde 2010.

Os chefes das famílias nº 6 e nº 7 são filhos de proprietários rurais. Ao deixarem a casa dos progenitores, vivenciaram um período curto da experiência de vida em meio urbano. Esta vivência não representa boas recordações. Todavia, a experiência adquirida é útil para a prática da pluriatividade.

Os cônjuges da família pluriativa nº 6 são filhos de proprietários rurais. Eles deixaram a família para realizar curso técnico agrícola e de pedagogia. Casados, eles aderiram ao MST pelo convite de parentes.

A família pluriativa nº 7 é oriunda da Lapa. A esposa é filha de trabalhadores rurais meeiros, que viviam em condições precárias de vida e de acesso à terra. O chefe da família trabalhava em indústria madeireira local. Eles moravam na área

rural do município em uma propriedade pequena até se instalarem no assentamento em 2000.

Em suma, os assentados considerados em Contestado têm sua mentalidade a respeito do modo de vida e dos frutos do trabalho alicerçados no mundo rural. Eles são filhos de proprietários rurais ou ex-proprietários, que deixaram suas terras em razão da constituição de uma nova família ou da perda pelos progenitores da propriedade em razão de dívidas não quitadas. A instalação em Contestado marca para todos os entrevistados o fim de uma fase repleta de insegurança e precariedade causadas pela perda do acesso à terra.

A mentalidade rural do agricultor favorece a prática de pluriatividade para-agrícola (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005), realizada no próprio lote (CHAYANOV, 1974; SCHNEIDER, 2009b). Nesta forma de pluriatividade, os produtos destas atividades já eram fabricados apenas para consumo da família e, com o tempo, passaram a ser comercializadas, como é o caso da produção de queijo, fabricação comum entre as famílias assentadas.

Por outro lado, a pluriatividade intersetorial é realizada por famílias que vivenciaram uma curta experiência urbana e realizam atividades ligadas ao MST e à educação no assentamento. Portanto, esta intersetorialidade ainda é estreitamente ligada ao assentamento. Exceto na família nº 3, há um tipo diverso de pluriatividade intersetorial, desenvolvida por um de seus membros, relacionada a uma complementação considerada como necessária à renda, como será discutido adiante.

De modo geral, a experiência dos chefes das famílias é alicerçada na atividade agrícola. Segundo Wanderley (2009), trata-se de um modo de vivenciar o mundo a partir do campo. No Paraná, 60% dos estabelecimentos familiares são chefiados por homens com mais de 10 anos de experiência na agricultura (IBGE, 2006).

No assentamento, a experiência rural é reconstruída em nova localidade. As atividades não relacionadas à agricultura, ou seja, a pluriatividade intersetorial, não é uma estratégia presente na memória destes chefes considerados, que nasceram nos estados do Paraná (quatro chefes), Rio Grande do Sul (dois) e Santa Catarina (um).

As famílias consideradas são chefiadas por homens idosos com mais de 61 anos em três das famílias consideradas neste estudo. Mas há dois chefes de famílias com idade nas faixas entre 30 e 41 anos, outro entre 41 a 50 anos, além do

último entre 51 a 60 anos. Deste modo, grande parte destas famílias é chefiada por agricultores relativamente idosos, sugerindo que as famílias encontram-se em estágio avançado do ciclo demográfico, desfavorece a pluriatividade realizada pelos chefes, sobretudo a intersetorial. Em outras palavras, os chefes considerados estão em faixa etária considerada de difícil inserção no mercado de trabalho.

Em localidades dinâmicas, a inserção do habitante rural no mercado de trabalho é favorecido pelo maior grau de escolaridade (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005). Dentre os chefes das famílias entrevistadas, três têm 1º grau incompleto, os demais (quatro chefes) têm 1º grau completo, 2º grau completo, diploma técnico agrícola e curso superior completo. No caso destes últimos, o grau de escolaridade favorece a prática da pluriatividade.

De modo geral, os chefes das famílias assentadas participantes do estudo são homens, com experiência de trabalho agrícola e lógica de vida e trabalho rural, paranaenses, idosos e com grau de escolaridade maior que de grande parte dos assentados brasileiros, tal como apresentado em estudo de Medeiros *et al.*, (2004).

Entre as famílias com estratégia agrícola entrevistadas, três entre os quatro chefes têm mais de 60 anos. Dois deles nasceram no estado do Paraná e os outros no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Eles têm o 1º grau incompleto (três chefes) e o 2º grau completo. Nestas faixas etárias e com baixo grau de escolaridade, a prática da pluriatividade intersetorial é limitada (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

De outra parte, as idades dos chefes das famílias pluriativas consideradas estão na faixa dos 31 a 40 anos (dois casos) e entre 51 a 60 anos (um). Dois chefes nasceram no Paraná, um deles na Lapa e outro no Rio Grande do Sul. O grau de escolaridade deste grupo é alto: ensino superior completo, curso técnico completo e 1º grau completo. A faixa etária destes chefes não é entrave para inclusão no mercado de trabalho, da mesma forma que o alto grau de escolaridade favorece a pluriatividade intersetorial (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

#### **4.4.2 As famílias**

Ao examinar a pluriatividade, é fundamental ter em mente as características e dinâmicas familiares. As famílias são apontadas como a unidade de análise da

pluriatividade, afinal, elas reúnem a produção e o espaço de reprodução de valores (MATTEI, 2007). A família é tida como um grupo doméstico, que agrega indivíduos atrelados por laços de parentesco ou não (SCHNEIDER, 2001; 2003) e que têm uma identidade norteadora (CARNEIRO, 2006).

Em Contestado, as famílias participantes do estudo são pouco numerosas, compostas por dois membros (três famílias), três membros (duas famílias), por quatro (uma) ou cinco membros (uma). As famílias paranaenses são formadas, em média por três a quatro membros (BAZOTTI *et al.*, 2009). Assim como no Brasil, a taxa de fecundidade rural paranaense vem caindo nas últimas décadas (BAZOTTI *et al.*, 2009). Em famílias reduzidas, a disponibilidade de mão de obra é menor e limita a adoção da estratégia pluriativa, conforme já discutido.

As famílias entrevistadas são formadas de três modos diferentes: nucleadas (três casos), casais sem filhos (dois) e estendidas com nora e neto (duas). Grande parte das famílias está em estágio avançado do ciclo demográfico. Em alguns casos inclusive, a segunda geração de familiares já habita o lote. O estágio avançado do ciclo demográfico familiar limita a pluriatividade como já mencionado nesta tese (SACO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER 2003).

No que se refere à posição hierárquica dos membros das famílias consideradas são formadas por titulares dos lotes (30%), esposas dos titulares (30%), filhos dos titulares (30%), netos (as) dos titulares (7%) e noras (3%). Vale lembrar, que os filhos estão presentes em 30% dos estabelecimentos. Curiosamente não há agregados em nenhuma das famílias participantes deste estudo.

De outro modo, as famílias com estratégia de renda agrícola entrevistadas são pequenas, compostas por dois membros (duas famílias) ou três (duas). As famílias de tamanho reduzido tendem a não recorrer a pluriatividade, uma vez que há menor disponibilidade de mão de obra (SCHNEIDER, 2003). Aqui, a posição hierárquica das famílias consideradas se distribui em 29% de titulares dos lotes, 29% de esposas de titulares, 18% de filhos (as) de titulares, 18% de netos (as) de titulares e 6% de noras.

De sua parte, as famílias pluriativas entrevistadas são maiores que aquelas agrícolas. Apenas uma delas é formada por dois membros. No entanto, a maior parte é numerosa, com quatro membros (uma) ou cinco membros (uma). A hipótese de Schneider (2001) sobre a importância do tamanho da família para favorecer a pluriatividade é confirmada aqui.

Duas famílias pluriativas consideradas são nucleadas formadas por titulares dos lotes, pelas conjugues dos titulares e dois filhos. A presença dos filhos nos lotes favorece a busca pela estratégia pluriativa.

Em suma, as famílias agrícolas participantes do estudo são pequenas e em estágio avançado do ciclo demográfico familiar, características que limitam a adoção da estratégia pluriativa, uma vez que há pouca disponibilidade de mão de obra e mais recursos externos como o benefício da aposentadoria.

#### **4.4.3 Os membros das famílias**

Para análise da pluriatividade, convém examinar as relações sociais do estabelecimento tendo em vista os elementos morfológicos das famílias como o ciclo demográfico, o sexo e grau de escolaridade dos membros (MARSDEN, 1990; SCHNEIDER, 2003; SACO DOS ANJOS, 2003), conforme já tratado no primeiro capítulo.

Estes elementos citados são importantes para a inserção no mercado de trabalho, podendo ou não favorecer a pluriatividade. Ademais, Conterato e Schneider (2005) consideram a idade do indivíduo como um elemento fundamental no exame da pluriatividade. A presença de membros pluriativos jovens evidencia também a capacidade do mercado de trabalho local em absorver a mão de obra excedente dos estabelecimentos agropecuários.

A partir destas experiências vemos ainda, com mais detalhes, a situação de Contestado. Os assentados considerados em sua maioria são homens (56%), que estão mais presentes em famílias pluriativas (64%) que naquelas agrícolas entrevistadas (50%). Nas áreas rurais do estado, os homens representam 52% da população (IBGE, 2010). O processo de masculinização do campo paranaense é acentuado, principalmente entre os idosos (SACO DOS ANJOS, 2003), que são mais presentes nas famílias de Contestado.

As crianças e jovens com menos de 30 anos representam 41% dos membros das famílias consideradas por este estudo e 48% dos habitantes rurais do estado (IBGE, 2010). Assim, há menos indivíduos jovens entrevistados no assentamento, do que no meio rural paranaense. As crianças consideradas entre 0 a 10 anos de Contestado representam 22% dos membros das famílias, os adolescentes entre 11 a

20 anos são 11% e os jovens entre 21 a 30 anos 8%. Os assentados considerados em Contestado têm idade mais avançada que os habitantes do campo paranaense, apesar das crianças representarem parte significativa da população.

Os adultos na faixa entre 31 a 60 anos representam 33% dos membros das famílias consideradas e os idosos acima de 61 anos, 26%. Os habitantes rurais paranaenses na faixa etária de 30 a 60 anos, compõem 39,5% da população e os idosos 12% (IBGE, 2010), logo os assentados entrevistados em Contestado têm idade mais avançada, o que desfavorece a inclusão no mercado de trabalho. Os adultos considerados no assentamento se encontram nas faixas etárias seguintes: 31 a 40 anos de idade (22%); 41 a 50 anos (4%), entre 51 a 60 anos (7%). A idade média dos membros das famílias entrevistadas em Contestado é de 35 anos.

Como vimos, há muitas crianças e adolescentes no assentamento. Deste modo, 29% dos membros das famílias consideradas ainda frequentam a escola ou não têm idade escolar (7%), número semelhante o estadual de 35% (IBGE, 2010), evidenciando a idade mais avançada do assentados em relação à população das áreas rurais estaduais.

Os adultos das famílias participantes do estudo, que não concluíram o 1º grau representam 30%, incluindo 8% que são analfabetos. Os membros das famílias consideradas que concluíram o 1º grau representam 18% do conjunto. Há aqueles com o 2º grau incompleto, 4%; que finalizaram o 2º grau, 4%; ensino técnico, 4% e com superior completo, 4%. Por volta de 30% destes indivíduos concluíram a educação obrigatória. Em seu estudo, Orzekovski (2014) ressalta o elevado grau de escolaridade dos assentados de Contestado.

Em suma, os membros das famílias participantes do estudo são homens, com idade avançada e grau de escolaridade maior. Em uma economia dinâmica como na RMC, estas características favorecem a pluriatividade, exceto pela idade avançada. O grau de escolaridade elevado da população assentada é reflexo da prioridade dada pelo MST à educação em Contestado que é associada ao projeto de torná-lo uma referência para o movimento.

Por outro lado, as famílias com estratégia agrícola entrevistadas são formadas em maior parte por membros idosos, seguidos por jovens e adultos. A idade média dos membros é de 43,12 anos. O número de membros idosos acima de 61 anos de idade (44%) é maior nas famílias agrícolas, que nas pluriativas

consideradas. Esta situação é semelhante àquela examinada por Schneider (2006) e Conterato e Schneider (2005) para casos gaúchos.

Estas famílias estão em fases mais avançadas do ciclo demográfico familiar. Deste modo, segundo Marsden (1990), a pluriatividade não é uma estratégia recorrente, uma vez que a disponibilidade de mão de obra é menor. Ademais, maior número de membros idosos corresponde a grau de escolaridade menor entre as famílias com estratégia de renda agrícola, como observado por Schneider (2006).

As crianças nas famílias com estratégia de renda agrícola entrevistadas, que não têm idade suficiente para estudar, representam 6% e, as estudantes, 12%. Adultos analfabetos representam 12% da população assentada, com 1º grau incompleto, 25%; 1º grau completo, 13%; além de 2º grau incompleto, 6%; 2º grau completo, 13% e ensino técnico 13%.

De outro lado, as famílias pluriativas consideradas são compostas por membros mais escolarizados, mais jovens e não há idosos (com mais de 60 anos). Além de jovens, os membros destas famílias têm grau de escolaridade maior que aqueles das famílias agrícolas, tal como em contexto gaúcho estudado por Conterato e Schneider, (2005).

Por ser jovem, grande parte dos membros das famílias pluriativas consideradas ainda frequenta a escola (37%) ou não têm idade suficiente para a escolarização (9%). Apenas 18% dos seus membros não completaram o 1º grau. Ademais, não há analfabetos, 9% concluíram o ensino técnico e 27% o superior. O grau de escolaridade é intimamente ligado à prática da pluriatividade (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005): quanto mais elevada a escolarização, maiores as chances de inclusão no mercado de trabalho (REIS, 2012).

Os membros das famílias pluriativas consideradas, encontram-se nas seguintes faixas etárias: 0 a 10 anos, 36% dos membros; 11 a 20 anos, 9%; 31 a 40 anos, 46% e 41 a 50 anos, 9%. A idade média dos membros é de 25,5 anos, 17,5 anos menor que os membros das famílias agrícolas. As famílias jovens têm mais disponibilidade de mão de obra, ou mais necessidade de aporte de recursos materiais, favorecendo a pluriatividade (SCHNEIDER, 2003).

Os assentados, membros das famílias participantes do estudo são em sua maioria homens com idade mais avançada, que a população rural paranaense, o que limita a pluriatividade. Por outro lado, a presença de escolas no assentamento eleva o grau de escolaridade da população, possibilitando maior liberdade de

escolha (SEN, 2010) pelas famílias entre as estratégias de renda, particularmente com a adoção da pluriatividade.

#### **4.4.4 Condições de moradia**

As famílias assentadas entrevistadas habitam casas ligadas à rede elétrica, que são abastecidas com água por poços do tipo caipira, além de terem fossas dos tipos séptica e biodigestora. A primeira permite a separação e a transformação física e química dos dejetos sólidos. Com as fossas biodigestoras é possível reduzir a contaminação ambiental e possibilitar o uso do efluente como adubação orgânica.

As moradias visitadas são construídas com alvenaria (55%) ou com alvenaria e madeira (45%). Esta última é encontrada principalmente em cômodos mais antigos. As casas têm telhado de cerâmica (100%) e piso de cerâmica (86%), elas estão rebocadas (86%), indicando que a fase de construção foi finalizada e se encontram em bom estado de conservação (91%).

As casas são construídas com área média de 107, 27 m<sup>2</sup> e abrigam cerca de três moradores. Assim, cada morador desfruta de uma área de 35,75 m<sup>2</sup>. As moradias têm em média oito cômodos. As casas visitadas no assentamento são, portanto, grandes, constituindo um espaço amplo para os moradores.

As boas condições das casas e a localização dos lotes considerados contribuem para o sentimento dos assentados de satisfação com o local onde vivem. Este sentimento de satisfação é motivado também pela proximidade com o local de acesso ao transporte público (quatro famílias) ou em razão da tranquilidade do lugar. A proximidade ao local de acesso ao transporte público é lembrada principalmente pelas famílias pluriativas (dois casos).

Estas últimas famílias habitam casas menores que aquelas das famílias agrícolas, com área média construída de 97,33 m<sup>2</sup> dividida em oito cômodos. Em cada casa habitam três pessoas, cada uma ocupa 32,44 m<sup>2</sup>.

As casas destas famílias são construídas de alvenaria e madeira (80%) e em menor parte somente de alvenaria (20%). Os telhados e pisos (83%) são de cerâmica e as paredes estão rebocadas. O estado de conservação das moradias é considerado bom (83%) pelas famílias.

Convém insistir que as famílias com estratégia de renda agrícola habitam casas maiores com área construída média de 119,2 m<sup>2</sup> e 10,6 cômodos. Em cada casa habitam 2,6 moradores que ocupam uma área de 45,84 m<sup>2</sup>. São também constituídas de alvenaria (quatro moradias), ou alvenaria e madeira (uma), têm telhado e piso de cerâmica, são rebocadas e estão em bom estado de conservação.

Em suma, as famílias de Contestado consideradas manifestam satisfação com a habitação onde vivem. As famílias pluriativas consideradas no estudo habitam casas menores que aquelas agrícolas e estão particularmente satisfeitas com a proximidade ao assentamento do ponto de parada do transporte público.

#### 4.5 A renda familiar e o acesso a bens

Tendo em vista as características das famílias entrevistadas de Contestado e do contexto que as rodeia, passamos a examinar a renda familiar, que é o resultado das estratégias adotadas. Na perspectiva da família, o resultado econômico é colocado na balança no processo de tomada de decisão para avaliar as estratégias adotadas. Deste modo, é fundamental analisarmos a composição da renda familiar no exame da pluriatividade.

O faturamento obtido com a atividade agrícola corresponde a 54% da renda total das famílias participantes do estudo. Ainda, se contabilizarmos o rendimento da atividade para-agrícola, que representa 6,8%, a agricultura é responsável por mais de 60% da renda gerada por estas famílias e é a principal fonte de renda.

As atividades para-agrícolas são realizadas no estabelecimento familiar (MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2004) e consistem no beneficiamento e/ou processamento de produtos agrícolas *in natura* (SCHNEIDER, 2006) e na prestação de serviços ligados à agricultura realizados na unidade familiar, como o agroturismo e aqueles diretamente associados à produção agrícola da família, como a comercialização em feiras do produtor.

Segundo estudo de Orzekovski (2014) em Contestado, as fontes da composição presentes da renda das famílias são: Bolsa Família (63,7% ou 59 famílias), trabalho assalariado (61,7% ou 57 famílias), atividade agrícola (50,7% ou 47) e a aposentadoria (37,8% ou 35). Para Orzekovski (2014), apenas 16 famílias não têm nenhum tipo de renda externa à produção do lote.

Em nossa pesquisa, a atividade não agrícola representa 33,8% do valor total da renda obtido pelas famílias participantes do estudo, o programa Bolsa Família corresponde a 5,2% deste valor e a aposentadoria 0,2%.

A propósito diversos estudos demonstram os impactos positivos das rendas de aposentadorias no meio rural (DELGADO e CARDOSO, 2000). No estado do Paraná, o processo de envelhecimento da população é mais acentuado (CAMARAMO e ABRAMOVAY, 2012). Em 2002, o estado tinha a quarta maior cobertura da previdência rural do país: 336.876 beneficiários (GOV. CEARA, 2002). No entanto, a renda oriunda da aposentadoria não é significativa entre as famílias participantes deste estudo, apenas uma recebe o benefício.

A importância de cada fonte de renda das famílias assentadas se encontra na tabela 4.1. Este indicador é determinante para o enquadramento das famílias na tipologia proposta em nosso estudo.

Tabela 4.1 - Participação das fontes (%) na composição da renda total segundo a estratégia familiar no assentamento do Contestado, Lapa-PR

Estratégia da família	Fontes de renda (%)		
	Agrícola	Não-agrícola	Para-agrícola
Agro nº 1	93	-	07
Agro nº 2	100	-	-
Agro nº 3	63	25	12
Agro nº 4 <sup>(1)</sup>	51	-	15
Pluri nº 5	21	79	-
Pluri nº 6	09	91	-
Pluri nº 7	32	53	15

Fonte: Autor

<sup>(1)</sup> 34% da renda familiar é oriunda do benefício da aposentadoria.

As famílias consideradas por este estudo com estratégia de renda agrícola são aquelas que obtêm da agricultura no lote mais de 51% da renda familiar. Já as famílias tidas como estratégia de renda pluriativa obtêm rendimento com atividades agrícolas internas ao lote menos que 51% da renda familiar (Tabela 4.1).

Ademais, as atividades para-agriculturas oferecem uma renda complementar que varia entre as famílias de 7% a 15% da renda familiar total e tem mais peso em famílias consideradas com estratégia de renda agrícola (Tabela 4.1). Portanto, as atividades para-agrícolas são mais frequentes em famílias com estratégia agrícola. Estas atividades são em geral afazeres inerentes ao modo de vida rural e com dupla finalidade de autoconsumo e venda, como a preparação de compostas, pães, doces e queijos, como já mencionado.

Na tabela 4.2, constam os valores dos rendimentos obtidos por cada família com as atividades desempenhadas. Vale lembrar que a renda obtida pela atividade agrícola e para-agrícola é estimada pelos agricultores, uma vez que eles não realizam a contabilidade de forma sistemática.

Tabela 4.2 - Fontes e valor da renda anual em 2013 (em salários mínimos de R\$ 678,00) segundo a estratégia familiar das famílias entrevistadas no assentamento Contestado, Lapa-PR

Estratégia das famílias	Fontes de renda						Renda familiar total	Renda per capita
	Agrícola	Não-agrícola	Para-agrícola	Bolsa Família	Benefício previdência			
Agro nº 1	72,00	0,00	5,28	0,00	0,00	77,28	25,76	
Agro nº 2	48,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,00	12,00	
Agro nº 3	60,00	0,00	10,80	0,00	0,00	70,80	35,40	
Agro nº 4	36,00	0,00	10,80	0,00	24,00	70,80	17,70	
Pluri nº 5	15,60	84,00	8,00	0,00	0,00	107,60	26,90	
Pluri nº 6	6,00	60,00	0,00	0,00	0,00	66,00	13,20	
Pluri nº 7	10,00	17,00	4,80	0,22	0,00	32,02	16,01	
<b>TOTAL</b>	247,60	161,00	39,68	0,22	24,00	472,50	-	
<b>MÉDIA</b>	35,37	53,60	7,92	0,22	24,00	67,50	20,99	

Fonte: Autor

A renda média das famílias assentadas entrevistadas em Contestado é de 67,5 S.M. anuais ou 5,63 S.M. mensais, o que corresponde a R\$ 3.813,75. (ver tabela 4.2). A renda das famílias rurais paranaenses é de 1,7 S.M. mensais e daquelas urbanas é de 4,4 S.M. (IBGE, 2010). A renda familiar das famílias participantes do estudo é três vezes maior do que das famílias rurais paranaenses, levando a considerar a ideia segundo a qual a pluriatividade não é uma estratégia desempenhada para garantir a reprodução social das famílias em Contestado, afinal a atividade agrícola garante a renda para estes fins. Tal ideia é reforçada pela presença de profissionais que prestam serviços ao MST.

A renda *per capita* das famílias assentadas consideradas é de 20,99 S.M. anuais (ver tabela 4.2), ou 1,8 S.M. mensais e corresponde a R\$ 1.246,39 mensais. A renda per capita dos habitantes rurais da Lapa é de R\$ 463,47, já dos habitantes urbanos é de R\$ 849,53 (IBGE, 2010). Em outras palavras, a renda *per capita* das famílias consideradas no estudo é 2,7 vezes maior do que aquela dos habitantes rurais e 1,5 vezes mais alta em relação aos moradores urbanos da Lapa. Estes números reforçam a proposta de que a prática da pluriatividade nas famílias participantes do estudo não é concebida enquanto estratégia visando o aumento da renda e reprodução social do grupo familiar.

Entre as famílias com estratégia de renda agrícola consideradas, a agricultura gera em média 54 S.M. anuais, ou 4,5 S.M. mensais, que corresponde a R\$ 3.051,00 (ver tabela 4.2). O valor do rendimento é superior à média das famílias agrícolas paranaenses (IBGE, 2010), acentuando a hipótese de que a atividade agrícola oferece renda suficiente para assegurar a reprodução social das famílias assentadas. Logo não há razão propriamente econômica em recorrer à prática da pluriatividade.

A prática da pluriatividade gera entre as famílias pluriativas entrevistadas 53,6 S.M. anuais em média ou 4,47 S.M. mensais, que corresponde a R\$ 3.032,17 (Tabela 4.2). A atividade agrícola e a prática da pluriatividade têm rendimentos de valores semelhantes (Tabela 4.2).

Sob outra perspectiva, as famílias assentadas consideradas com estratégia agrícola têm renda familiar de 66,72 S.M. anuais em média ou de 5,56 S.M. mensais, que corresponde a R\$ 3.769,68. (Tabela 4.2). As famílias agrícolas paranaenses têm renda de R\$ 937,43 (LIMA e PIANCETI, 2009), quatro vezes menor que aquela gerada em Contestado, reforçando a hipótese de que, para famílias entrevistadas do assentamento, a atividade agrícola garante o bem estar social. Além de que a renda per capita média é 22,75 S.M. anuais ou 1,90 S.M. mensais, o que corresponde a R\$ 1.283,39 mensais.

A renda agrícola da família nº 1 é a maior entre todas as outras famílias (Tabela 4.2). O agricultor cultiva morango orgânico de alto valor agregado. Em razão da demanda de trabalho exigida pela produção de morango, a atividade para-agrícola se situa em segundo plano para a família. De todo modo, a atividade para-agrícola como fabricação de queijo gera 5,28 S.M. anuais.

A família nº 02 obtém uma renda familiar baixa, uma das menores entre o conjunto estudado (Tabela 4.2). Ela produz hortaliças orgânicas em um hectare, pois no lote agrícola ainda restam eucaliptos, limitando a geração de renda.

A família agrícola nº 03, além da produção de hortaliças orgânicas e queijo, cultiva também soja, que proporciona alta rentabilidade financeira na região. Com tal produção, a renda familiar é um pouco maior que média, sendo a maior renda per capita entre as famílias estudadas (Tabela 4.2).

A família nº 04 é composta por casal de idosos, filha e neto pequeno. Assim, a disponibilidade de mão de obra é menor e limita a geração de renda agrícola (caso

de menor renda agrícola). Por outro lado, o benefício da aposentaria possibilita que a renda familiar seja de 70,8 S.M. anuais, próximo à média (Tabela 4.2)

De outra forma, entre as famílias com estratégia pluriativa entrevistadas, a renda familiar média é de 68,64 S.M. anuais ou de 5,71 S.M. mensais e corresponde a R\$ 3.871,38. No Paraná as famílias pluriativas tinham, em 2009, rendimento médio de R\$ 1.354,18 (LIMA e PIACENTI, 2009). Graças aos nossos cálculos, observa-se que as famílias pluriativas assentadas consideradas têm rendimento superior aquelas pluriativas estaduais.

A renda per capita média das famílias pluriativas é de 18,7 S.M. anuais, ou de 1,55 S.M. mensal, o que corresponde a R\$ 1.056,36, cerca de R\$ 227,3 a menos, que a renda/capta das famílias agrícolas do assentamento.

A menor renda é aquela da família pluriativa nº 7, correspondendo a 32,02 S.M. ou 2,6 S.M. mensais. A renda per/capta é de 1,3 S.M. O rendimento obtido com a pluriatividade é o menor entre as famílias desta categoria.

Diferente de diversas realidades e contextos como, no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER e CONTERATO, 2005) ou no Nordeste (SCHNEIDER, 2010), em Contestado a pluriatividade contribui pouco para elevar a renda das famílias assentadas participantes deste estudo. Assim, as famílias pluriativas consideradas têm renda familiar menor que às aquelas agrícolas.

De outra forma, todas as famílias participantes do estudo chegaram a Contestado sem capital inicial para realizar as atividades produtivas. Com a instalação no assentamento todas as famílias relatam que o poder de compra aumentou. Atualmente elas adquirem mais bens materiais duráveis que noutras fases da vida. Este fenômeno é recorrente, como mostra o estudo de Medeiros *et al.* (2004) na região oeste de SC, onde 67% das famílias informaram ter maior poder de compra após a instalação em assentamentos.

O aumento no poder de compra pode ser avaliado pelo consumo de bens duráveis. Por exemplo, antes de se tornar assentada, uma família não tinha geladeira, quatro não tinham máquina de lavar-roupa e/ou freezer, cinco não tinham carro e seis não tinham antena parabólica. Com a instalação no assentamento todas as famílias consideradas desfrutaram de fogão a gás, geladeira, televisão, máquina de lavar roupa e bicicleta. Ademais, seis famílias adquiriram carro, quatro outras compraram antenas parabólicas, enfim duas famílias adquiriram motos.

Em relação às despesas familiares cotidianas, o item considerado de valor mais alto por quatro famílias é insumos para o lote. O segundo principal gasto de todas as famílias participantes, exceto a família pluriativa nº 7, é com energia elétrica. As despesas destes itens representam meios para a reprodução do estabelecimento e da atividade agrícola, uma vez que os insumos são usados para produção e energia elétrica sobretudo para irrigação. Com efeito, os agricultores investem bastante na atividade agrícola.

De outra forma, as famílias com estratégia de renda agrícola, além de automóvel particular, adquiriram equipamentos mais modernos para uso no estabelecimento, como sistemas de irrigação e ferramentas motorizadas. Ademais, elas ampliaram as casas e adquiriram móveis e eletrodomésticos. Antes da instalação no assentamento, três destas famílias não tinham máquina de lavar roupa, freezer e automóvel. Agora em Contestado, todas as famílias entrevistadas possuem estes bens.

Em relação às despesas das famílias com estratégia de renda agrícola consideradas, como para o conjunto das famílias, o item mais dispendioso dos gastos cotidianos são os insumos para o lote. Em seguida, energia elétrica constitui uma elevada despesa, como mencionado anteriormente para o conjunto das famílias. Consta-se assim a decisão da família pela reprodução da atividade agrícola.

Sobre as despesas das famílias pluriativas entrevistadas, os itens mais dispendiosos cotidianos em importância de valor são combustível, alimentação e energia elétrica respectivamente. Tais despesas representam grande importância no orçamento familiar, com claramente menos importância na atividade agrícola.

A principal despesa da família pluriativa nº 7 é com energia elétrica e insumos para o lote. Nossa hipótese é de que para esta família, a estratégia pluriativa cumpre papel na reprodução social enquanto agricultor. A composição de renda desta família, a aquisição de bens duráveis e os gastos cotidianos sugerem que ela tem por opção a estratégia agrícola. No entanto, foi obrigada a recorrer a pluriatividade intersetorial para aumentar a renda.

As famílias pluriativas consideradas, com a instalação no assentamento, adquiriram equipamentos e ferramentas para o lote, mas em menor quantidade e sofisticação, que as famílias com estratégia de renda agrícola. Por exemplo, elas

ainda não têm sistema de irrigação, mas investiram na ampliação e melhoria das moradias.

Em estudo no Rio Grande do Sul, Schneider (2006) observou que as famílias pluriativas adquiriram mais bens que aquelas agrícolas, realidade oposta as das famílias de Contestado participantes do estudo.

Em suma, a renda obtida com a atividade agrícola é suficiente para reprodução social das famílias e dos estabelecimentos. O rendimento gerado pela estratégia pluriativa é semelhante ao obtido por aquela agrícola. Deste modo, entre as famílias participantes do estudo, a opção pela estratégia pluriativa ou agrícola não é determinada por aspectos econômicos, exceto no caso da família nº 7. Com a análise da renda das famílias entrevistadas passaremos a discutir sobre a atividade agrícola realizada por elas e em seguida as não-agrícolas.

#### 4.6 A agricultura e os recursos naturais

Desde o IV Congresso do MST realizado em 2000, o movimento social incorpora a agroecologia como base norteadora para a criação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. Vale lembrar que Contestado foi instalado em 1999, quando ferve o debate agroecológico em âmbito do MST/PR.

Em razão das discussões sobre agroecologia, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) de Contestado foi concebido a partir de princípios agroecológicos. O PDA trata de um programa de transformações necessárias capazes de alcançar o futuro desejado pela comunidade (BUARQUE, 1999), no que se refere ao desenvolvimento sustentado. Ademais, muitos dos acampados, hoje assentados, sofrem ou sofreram por problemas relacionados à intoxicação por agrotóxico, o que provoca grandes barreiras para seu uso. Entre 1996 e 2000, os agrotóxicos aparecem como maior causa de intoxicação humana no Paraná (PARANÁ, 2001).

A partir da criação da Cooperativa Terra Livre e da ELAA na década de 2000, a proposta agroecológica ganha peso em Contestado com a adesão de grande parte dos agricultores. Inicialmente, a agricultura orgânica era praticada por menos de 10 famílias, as restantes produziam grãos em sistema convencional com baixa rentabilidade financeira. Atualmente predominam sistemas de produção orgânicos.

A adesão pela agroecologia pelas famílias consideradas neste estudo foi motivada por experiências vivenciadas com intoxicação por agrotóxicos (cinco casos) ou por convicções filosóficas (dois). Em outras palavras, a motivação é pela proteção à saúde e meio ambiente.

Deste modo, os estabelecimentos considerados aqui têm autorização para comercialização local de sua produção como orgânica graças ao selo obtido via Organismo de Controle Social. Em 2013, 39 famílias tinham reconhecimento orgânico graças à OCS. Outras 50 estavam em vias de obter tal reconhecimento e 15 ainda produziam grãos em sistema convencional. Logo a produção em Contestado pode ser considerada como orgânica (ORZEKOVSKI, 2014).

Como vemos, os princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável norteiam a condução da produção entre as famílias participantes. Tal orientação leva a escolhas que fortalecem uma atividade agrícola de modo sustentável. Segundo as famílias, a opção pela espécie cultivada é ligada à facilidade com o manejo orgânico (cinco citações), à rentabilidade financeira (quatro), às recomendações do PDA (quatro), ao aumento da diversidade para consumo próprio (quatro), à facilidade de comercialização (quatro famílias), à pouca demanda de trabalho (uma) e à experiência anterior (uma).

A atividade agrícola em Contestado se refere principalmente a hortaliças, leite, milho e outros grãos. No estado, 37% dos estabelecimentos familiares cultivam milho e 27% têm pecuária de leite (IBGE, 2006). Ademais, a horticultura é comum em Regiões Metropolitanas (IBGE, 2010). As hortaliças entregues pelos assentados de Contestado, apenas ao PAA/DS em 2013, somam 242 t e são mais de 90 tipos de produtos vegetais (DE JESUS RIEPE, 2013).

Os sistemas produtivos visitados dos estabelecimentos do assentamento são manejados com poucos insumos: a preferência é por uso de recursos internos. As atividades agropecuárias têm seus produtos ou subprodutos interligados, por exemplo: o esterco (subproduto) produzido pela pecuária leiteira é usado como adubo nas produções de hortaliças e milho. Este último é voltado à alimentação animal do estabelecimento.

Sistemas produtivos com componentes interligados possibilitam a redução dos custos de produção promovendo autonomia e sustentabilidade (HART, 1985). Logo, os sistemas produtivos são assim delineados com vistas à sustentabilidade e ao fortalecimento da agroecologia.

Além do mais, o manejo é realizado com caldas e extratos naturais, biofertilizantes e adubos preparados pelos agricultores entrevistados no estabelecimento, de preferência com ingredientes existentes no lote. Como recurso externo, a energia elétrica é o mais requerido.

O uso de recursos produtivos internos demanda conhecimento pelo agricultor, ou seja, formação técnica específica, o que se reflete no desenvolvimento sustentável, incluído e autônomo, objetivos do PDA. Assim, há uma perspectiva de fortalecimento e perpetuação da agricultura realizada em moldes sustentáveis.

A autonomia produtiva (agrícola ou não-agrícola) é tida como norte importante em Contestado, sendo construída pelo aprimoramento do conhecimento técnico dos assentados. Para alimentar esta autonomia, a Cooperativa Terra Livre, Escola Latino Americana de Agroecologia, Via Campesina e MST realizam eventos voltados a formações técnicas e de gestão contando com a participação de todas as famílias participantes do estudo.

Por outro lado, a atividade agrícola é realizada em lotes que variam de tamanho entre 9 e 16 hectares, a depender da localização e das condições dos recursos naturais. Para cinco das famílias consideradas, o lote tem tamanho de área satisfatório. Já outras duas gostariam que a área fosse maior para expandir a pecuária leiteira. Assim, o tamanho da área é considerado suficiente para reprodução social e a condição de bem-estar social da maior parte das famílias.

Os terrenos dos lotes são planos e têm solos de pouca profundidade, o que causa problemas (como alagamento em quatro lotes) limitando a produção agrícola. Ademais, a fertilidade do solo é outro entrave à produção agrícola: é considerada ruim por cinco famílias e razoável por outra. Vale destacar que nosso entrevistado da família nº 2 acredita que a fertilidade é construída com ações práticas agroecológicas realizadas pelo agricultor.

Em todo o caso, a fertilidade do solo é limitante em grande parte dos assentamentos do país. No entanto, em termos práticos, este fator é visto em Contestado como possível de ser transformado pela prática agroecológica. Assim, deixar de ser um fator que limite a produção.

Para melhorar as condições do solo são necessárias práticas que visem o aumento da fertilidade do sistema (KHATOUNIAN, 2001), como o uso de adubação verde, plantio direto e cobertura morta. A ideia de fertilidade do agroecossistema é ligada a fatores que elevam a biomassa total do sistema e difere do conceito

relacionado ao solo, que leva em conta apenas aspectos químicos. A proposta de fertilidade do sistema inclui o homem como agente de interferência, melhorando a fertilidade com a produção total de biomassa (KHATOUNIAN, 2001).

A adubação verde, principalmente no inverno, é realizada por seis famílias. A prática possibilita a fixação de nitrogênio e produção de biomassa, essencial para o aumento e manutenção da fertilidade do sistema (KHATOUNIAN, 2001). No estado, apenas 7% dos estabelecimentos agropecuários usam adubação verde (IBGE, 2006).

O plantio direto é utilizado por cinco das famílias entrevistadas no cultivo de milho. Trata-se de uma prática adotada de forma mais recorrente no Paraná, em 34% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). O uso de cobertura morta foi adotado por seis famílias e, como o plantio direto, é uma prática que mantém a biomassa e a fertilidade no sistema. Efetivamente, os assentados realizam mais práticas que mantêm a sustentabilidade do sistema que a maior parte das famílias agricultoras do Paraná.

Desta forma, as práticas agrícolas vistas em Contestado permitem em princípio manter a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas produtivos e a preservação dos recursos naturais, fortalecendo uma agricultura capaz de contribuir com o desenvolvimento rural territorial sustentado, includente e multifuncional possibilitando novas oportunidades de trabalho e renda.

O acesso à água ocorre por poços de cacimba com quantidade e qualidade consideradas satisfatórias por todas as famílias consideradas. No Paraná, em 34% dos estabelecimentos familiares, o acesso à água é por poço do tipo caipira (IBGE, 2006). Caso seja necessário, todas as famílias consideram que há disponibilidade de água subterrânea para irrigação. Ou seja, a água não é um fator limitante à produção agrícola e a vivência cotidiana entre as famílias entrevistadas em Contestado.

Por outro lado, a assistência técnica poderia ser um entrave à produção agrícola. Porém a prestação de serviço por parte dos técnicos e agrônomos da Cooperativa, assentados na maioria, e estudantes da ELAA assegura toda a assistência técnica. A manutenção destes técnicos faz parte das ações previstas no PDA, com vistas a fortalecer a agricultura e, assim, uma multifuncionalidade do espaço rural.

Segundo as famílias participantes do estudo, não existe assistência técnica governamental, somente a oferecida pelo movimento social. No estado, a assistência técnica governamental atende 10% dos estabelecimentos e os técnicos de cooperativas 18%. Apenas 6,6% das propriedades têm assistência técnica por conta própria e 0,2% de ONGs (IBGE, 2006).

O acesso ao PRONAF é realizado com auxílio destes técnicos. Mas, dentre as famílias participantes do estudo, apenas três com estratégia agrícola acessaram a linha de crédito do programa: dois projetos destinados ao custeio do milho, outro para morango e outro na modalidade investimento para produção de leite.

Por outro lado, sobre a comercialização dos produtos, todas as famílias participantes deste estudo têm mais de um canal de venda via circuitos curtos (CCC), além de alguns comercializarem também com varejistas. O conceito de CCC passa pela ideia da presença de no máximo um intermediário entre produtor e consumidor (DAROLT, 2012). Os estabelecimentos ligados a CCC têm geralmente alta diversificação produtiva e tendem a ser pluriativos (agroturismo). Ademais, o valor agregado da produção é maior e possibilitam mais proximidade com o consumidor fortalecendo a atividade agrícola (DAROLT, 2012).

As famílias participantes do estudo mantêm uma relação próxima com seus consumidores e varejistas, tão adjacente que, em muitos casos, eles são considerados como integrantes das famílias. A proximidade entre os agentes de comercialização possibilita ao agricultor acesso a novas informações e preferências do mercado (CONSTANTY e DAROLT, 2009). A relação de reciprocidade entre eles mantém os canais de venda sem contrato e estabelecidos em relações de confiança possibilitando negociações facilitadas, como exemplo sobre as perdas e os danos (SILVA, *et al.*, 2015).

A fase de comercialização não é considerada difícil por quatro famílias entrevistadas. Já duas delas acreditam que o transporte limita as vendas e, enfim, uma família pluriativa pensa que o fator limitante é a falta de tempo para dedicar-se a esta fase. Estes fatores restritivos são solucionados com o auxílio da Cooperativa, que facilita a comercialização dos cooperados.

Além do Programa de Aquisição de Alimento na modalidade Doação Simultânea, as vias de comercialização citadas pelas famílias foram as cooperativas locais (uma família), feiras (duas famílias), com varejistas “conhecidos” (três famílias) e consumidores “conhecidos” (três famílias). Para Darolt (2012), grande parte dos

produtores orgânicos eficientes na fase de comercialização tem dois a três canais de venda, como feiras, cestas e compras governamentais. Logo, a fase de comercialização pode ser considerada como eficiente em Contestado, segundo critério de Darolt.

A principal forma de comercialização é via PAA/DS, que é organizado pela Cooperativa Terra Livre. A entrega de produtos pode ser semanal ou quinzenal e é realizado pelo caminhão da Cooperativa, que retira os produtos nos estabelecimentos e os entrega nos municípios da Lapa, Campo Largo e Curitiba. As instituições beneficiadas são cinco, atendendo 97.025 pessoas em estado de insegurança alimentar (DE JESUS RIEPE, 2013).

A Cooperativa Terra Livre organiza a produção e é formada por 121 sócios, sendo 114 assentados (DE JESUS RIEPE, 2013). Todas as famílias entrevistadas participam das reuniões da Cooperativa regularmente.

A propósito, uma agroindústria está sendo construída pela Cooperativa para processar minimamente as hortaliças, agregando valor ao produto e atendendo a novos mercados. Em princípio, a criação de agroindústrias se reflete na diminuição da pobreza, do desemprego e do êxodo rural, gerando renda e melhoria da qualidade de vida. Quando baseada em princípios agroecológicos, preserva os recursos ambientais e os hábitos culturais (WEINS e TRENTIN, 2005).

A cooperativa, segundo seus colaboradores, visa auxiliar no desenvolvimento socioeconômico local através da organização da produção e do comércio dos produtos dos cooperados. Parte dos cooperados membros das famílias consideradas (quatro) acredita que as funções da Terra Livre são a organização da produção, a viabilização de projetos, a agroindustrialização e a comercialização. A outra parte dos cooperados acredita que seu papel é apenas de comercialização.

Ademais, as famílias entrevistadas participam de outros grupos, como as OCS, com reuniões e visitas técnicas mensais entre os participantes. Durante as reuniões e em visitas técnicas, os agricultores discutem sobre o manejo da produção. Ou seja, há uma troca de experiências, que visa fortalecer a prática sustentável da agricultura.

No assentamento, também existem grupos de brigadas setoriais, como saúde, educação e produção, que discutem estes temas e propõem ações do PDA. A organização em grupos é em grande medida resultado das deliberações do IV Congresso do MST, onde houve a concepção de brigadas, cujo objetivo é aumentar

o número de lideranças e a participação. O setor de educação deve ser formado por professores, pais e estudantes. O setor de formação oferece cursos e espaços de discussões políticas (SOUZA MIRANDA e CUNHA, 2013). Enfim, o setor da produção trata de aspectos técnicos. Entre as famílias entrevistadas, cinco participam destes grupos regularmente. Logo, há grande interesse dos assentados por estes temas.

Grupos, como mutirões de trabalho, são lembrados como uma prática ocorrida no passado por cinco das famílias consideradas. Os mutirões são entendidos como mobilizações solidárias de origem no campo, em que todos os participantes se beneficiam por meio de auxílio mútuo em sistema de rodízio, sem hierarquias e com o objetivo de executar um serviço não remunerado.

Além destes coletivos, há outros grupos no assentamento, como os religiosos, frequentados por 57% das famílias participantes. A religiosidade é muito frequente nos assentamentos, como mostra Medeiros e colaboradores para o caso do oeste catarinense, onde 66% dos assentados participam de grupos religiosos (MEDEIROS *et al.*, 2004).

Em poucas palavras, entre as famílias entrevistadas em Contestado, há uma diversidade de grupos e redes com vistas notadamente ao fortalecimento da agricultura, à organização social e à promoção do desenvolvimento sustentável e multifuncional.

Em relação às questões ambientais, podemos mencionar que a percepção do meio-ambiente é tida como a tomada de consciência pelo indivíduo em relação ao espaço em que se insere, gerando ações para melhorar a convivência com o ambiente (FERNANDES e FACCO, 2004). A percepção ambiental que os assentados têm do entorno de Contestado é desfavorável, pois é repleta de monocultivos. Para os assentados entrevistados, a criação do assentamento possibilitou aumento da diversidade de fauna e flora, a diminuição do uso de agrotóxicos e a redução da contaminação ambiental proporcionada pelo manejo agroecológico.

As Áreas de Preservação Permanente estão presentes em cinco dos lotes das famílias entrevistadas, tendo entre 200 a 500 m de faixa de vegetação em bom estado de conservação. No Paraná, 54% dos estabelecimentos rurais têm as APPs preservadas. Deste modo, as áreas naturais são mais protegidas nos casos considerados de Contestado do que no meio rural paranaense.

Ademais, todas as famílias participantes do estudo tratam o lixo como resíduo com diversos destinos: reciclagem, compostagem, alimentação animal. Em último caso, o lixo é destinado ao aterro sanitário na cidade. No assentamento, há um grande armazém localizado em área coletiva onde é estocado todo o lixo, que é reciclado periodicamente. Assim, em Contestado, tanto resíduos domésticos como produtivos são tratados de um ponto de vista sustentável.

Em suma, a agricultura de Contestado é composta por áreas onde predominam sistemas de produção de hortaliças orgânicas, reconhecido como orgânico, além de leite e grãos. A atividade agrícola é baseada em princípios autônomos, com custos reduzidos com vistas a manter a sustentabilidade da produção. Os entraves produtivos são discutidos com soluções coletivas baseadas em princípios contidos no PDA. Ademais, o tamanho de área dos lotes permite garantir a reprodução social e o bem-estar das famílias assentadas participantes com uma agricultura rentável. Assim, a atividade agrícola garante um desenvolvimento sustentável, incluyente e multifuncional do espaço rural.

#### **4.6.1 A produção animal**

As atividades de produção animal, como avicultura e suinocultura, em geral, são realizadas apenas com intuito de autoconsumo. A produção animal funda-se basicamente na pecuária de leite, que é destinada à fabricação de queijos nos próprios estabelecimentos familiares considerados. No estado, apenas 0,13% do leite produzido é processado na própria propriedade (IBGE, 2006). Tratamos aqui de uma pluriatividade para-agrícola, importante em Contestado.

Com fins de fabricação de queijos, seis famílias entrevistadas criam gado de leite. Para fins comparativos, no Paraná, 32% dos estabelecimentos rurais produzem leite (IBGE, 2006). A pecuária de leite é muito expressiva no assentamento, sendo a base da pluriatividade para-agrícola.

O manejo do gado é realizado pelo casal (cinco famílias), promovendo uma equidade entre os gêneros. Alguns casais (75%) gastam em média duas horas diárias, outros três horas (25%). Com este ritmo, sobra tempo para realização de outros trabalhos.

Os sistemas de produção de leite visitados são extensivos com pastejo rotacionado em uma área de 12,6 ha. No Paraná, apenas 17% dos estabelecimentos que produzem leite realizam o pastejo rotacionado (IBGE, 2006). O sistema de pastejo rotacionado permite menor gasto energético e melhor uniformidade de consumo, possibilitando maior produtividade por área e sustentabilidade. Em Contestado a eficiência e sustentabilidade, neste aspecto, são maiores que em estabelecimentos rurais do estado.

O gado é das raças Jersey e Girolando. O gado Jersey requer baixo custo de manutenção, tem boa reprodução, longevidade produtiva, dentre outras vantagens. O cruzamento entre o gado Gir (rústico) e Holandês (produtivo) resultou no Girolando.

Em média, as famílias participantes do estudo têm um plantel de dois machos, cinco vacas, cinco fêmeas em lactação e cinco bezerros. Assim apresenta uma média de 1,3 cabeças/ha considerada como baixa lotação de pastagem para este tipo de manejo.

Este último é realizado com uso de carrapaticidas (40%), bernicidas (60%), vermífugos naturais (80%), antibiótico para tratamento de mastite (80%) ou própolis (20%) e vacinas nos sistemas de produção considerados. No Paraná, 61% dos estabelecimentos rurais com bovinos realizam o controle de parasitas (IBGE, 2006).

A ordenha manual (80%) é realizada em barracões cuja área média é de 60 m<sup>2</sup>, com estrutura de madeira e piso de terra. De fato, seus estados são deveras precários. Em, 40% dos casos, há duas ordenhas por dia. Nos outros 60%, ocorre uma ordenha por dia. O período de lactação tem duração média de oitos meses, com produção média de 24,4 litros por dia, ou seja 5 l / cabeça/dia. Na Lapa, a média é de 4 l /cabeça/dia (IBGE, 2006). A atividade leiteira é mais produtiva no assentamento, do que nos estabelecimentos do município.

A atividade da pecuária de leite gera sensação de satisfação por todos os produtores entrevistados. A motivação da satisfação é relacionada à rentabilidade financeira, ao gosto pela atividade e ao tipo de trabalho. Assim, a produção de leite é uma atividade que tende a fortalecer a produção agropecuária e a pluriatividade para-agrícola, contribuindo em principio também para o desenvolvimento territorial sustentável e multifuncional, uma vez que é realizada em princípios agroecológicos e com produtividade acima da média municipal.

#### **4.6.2 A agricultura realizada pelas famílias com estratégia de renda agrícola em comparação àquelas pluriativas**

As famílias pluriativas e agrícolas entrevistadas optaram por seguir princípios agroecológicos. No entanto, as razões são diferentes. As práticas agrícolas realizadas pelas famílias com estratégia de renda agrícola são motivadas pela experiência vivenciada com a intoxicação pelo uso de agrotóxicos. Já para as famílias pluriativas nº 5 e nº 6, a opção pela agroecologia é em razão da convicção técnica/filosófica associada à formação técnica dos chefes.

Ademais, os incentivos à promoção da agroecologia realizados pela Cooperativa e pelo PDA contribuíram com a decisão sobre a escolha do tipo de manejo e das espécies produzidas (33%) pelas famílias agrícolas entrevistadas. A opção pela espécie cultivada é relacionada, também, à experiência (33%), ao tipo de sistema de manejo (17%) e a rentabilidade financeira (17%).

Já para as famílias pluriativas consideradas, a escolha do cultivo é relacionada principalmente à dupla utilidade para autoconsumo e comercialização. Além de que as famílias nº 5 e nº 6 planejam implementar atividades que demandam pouco trabalho associadas à estratégia pluriativa. Ademais, a escolha produtiva destas famílias é relacionada à segurança alimentar.

A produção agrícola das famílias pluriativas entrevistadas é principalmente de milho, feijão e hortaliças. O milho, cultivado por todas as famílias integrantes do estudo, é para consumo animal do estabelecimento. Afinal, há o predomínio no mercado regional de milho transgênico, dificultando o uso para uma produção orgânica. Assim, os assentados se obrigam a produzirem o milho.

Além de milho e hortaliças, a diversidade de espécies cultivadas para consumo da família assentada é alta, como frutas diversas, cana de açúcar, feijão, madeira e plantas medicinais. A produção para consumo próprio favorece a reprodução social das famílias, afinal, está ligada à segurança alimentar, à autonomia contra as crises, à transmissão de conhecimentos entre as gerações e colabora com a sociabilização, como um elemento de troca (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

A produção de hortaliças entre as famílias participantes do estudo é realizada pelas mulheres. Para Silva e Valente (2013), tal fenômeno contribui para o protagonismo da mulher assentada e mudanças na relação de poder.

Em relação à produção animal, as famílias pluriativas consideradas, que realizam a atividade pecuária, usam menos insumos, tem área de pasto, estábulo para ordenhar e rebanho menores que aquelas agrícolas. A propósito, a avicultura e suinocultura não são atividades comerciais para estas famílias.

#### **4.6.3 O trabalho e a produção das atividades para-agrícolas**

A pluriatividade para-agrícola é acentuada em Contestado. Entre as sete famílias participantes do estudo, cinco processam parte da produção, gerando uma contribuição que representa 7 a 15% da renda familiar total.

A para-agricultura é baseada na pecuária de leite, uma vez que quatro famílias produzem queijos com fins de comercialização. A família pluriativa nº 5 fabrica compostas, doces, licores, pães e temperos com produtos oriundos do lote. Este tipo de atividade promove, conforme SCHMID (2003), o fortalecimento da agricultura com o reconhecimento de sua multifuncionalidade para o desenvolvimento do território.

A atividade é realizada pelas mulheres, uma vez que se trata de produtos anteriormente destinados ao consumo próprio, o que é considerado como responsabilidade feminina. Elas dedicam entre uma a quatro horas diárias para preparação dos produtos (30 a 60 peças de queijo por mês).

A comercialização no caso de duas famílias é efetuada por varejistas “conhecidos”, que se responsabilizam pelo transporte. Há outras duas famílias que comercializam diretamente junto aos consumidores. O preço de venda, em 2013, era de R\$ 10,00 a peça com pagamento a vista, o que diminui o risco de não pagamento.

Os entraves produtivos mais citados no processamento são relacionados às normas da vigilância sanitária e à falta de tempo e de transporte próprio para realizar a comercialização. Como perspectiva, as famílias consideradas acreditam que a demanda por produtos processados é maior que a oferta.

## 4.7 As dinâmicas do trabalho

Após a caracterização da atividade agrícola, agora trataremos das dinâmicas dos trabalhos agrícolas e não-agrícolas. A partir dos elementos discutidos na proposta teórica da análise apresentada no primeiro artigo da tese, caracterizaremos as dinâmicas de trabalho agrícola e não-agrícola fornecendo informações que permitam explicar a opção pela estratégia pluriativa e a forma de sua ocorrência no contexto destas famílias assentadas.

O setor agrícola é o foco de trabalho de 13 entre 15 assentados economicamente ativos pertencentes às famílias entrevistadas, seja realizando a prestação de serviços técnicos ou como produtores rurais. A incidência mais acentuada da pluriatividade em Contestado é ligada ao setor agrícola e se manifesta com características de pluriatividade para-agrícola e a de base agrária, seguida da pluriatividade intersetorial, menos importante.

As formas de pluriatividade ligadas à agricultura comprovam a eficiência da atividade agrícola no assentamento, o que oferece maiores opções de escolha e contribui com a perspectiva multifuncional da agricultura neste espaço. Tal aumento da liberdade de escolhas permite pensar em desenvolvimento como liberdade, considerando a obra de Amartya Sen (2010).

Vale lembrar que a pluriatividade para-agrícola aqui consiste na transformação dos produtos agrícolas, podendo o processamento ter origem na produção para autoconsumo, como exemplo a fabricação de queijos e geleias.

### 4.7.1 A dinâmica do trabalho agrícola no assentamento

A mão de obra nos lotes é apenas familiar em cinco estabelecimentos visitados. Em outros dois, eventualmente, há uso de trabalho temporário, principalmente na época das chuvas (atividade de plantio), considerada como aquela de maior demanda de trabalho. Para cinco famílias, a demanda de trabalho não permite ajustes e é tida como constante e cotidiana ao longo do ano. Logo, limita a prática da pluriatividade sazonal, ou seja, aquela praticada em períodos de entressafra.

As atividades agrícolas consideradas mais trabalhosas pelos entrevistados são a horticultura (cinco citações), a pecuária de leite (duas), o cultivo de morango

(uma), a colheita (uma) e o plantio (uma). A horticultura e a produção de leite são atividades que demandam cuidados diários, razão pela qual grande parte das famílias considera a demanda de trabalho agrícola como constante ao longo do ano. O trabalho agrícola demanda oito horas diárias de trabalho para nove assentados. Outros seis (membros pluriativos) trabalham de duas a três horas diárias na agricultura.

A capacidade física para desempenhar o trabalho agrícola é outro elemento fundamental nas estratégias de distribuição do trabalho familiar. A população de Contestado é saudável, conforme já discutido neste artigo. Assim existe uma mão de obra apta a realizar a prática agrícola. Entre os 15 membros ativos, apenas um se considera com pouca capacidade para realizar o trabalho agrícola, em razão de problemas de saúde relacionados à intoxicação por agrotóxicos.

Ademais, as estratégias de distribuição interna do trabalho familiar são baseadas também em fatores de gênero e da hierarquia familiar.

Convém lembrar que, neste estudo, foram considerados 25 assentados, destes 15 estão em idade economicamente ativa e realizam trabalho. Em outras palavras, há 1,5 trabalhadores ativo para cada inativo, 60% dos assentados considerados são ativos.

As famílias com estratégia de renda agrícola participantes do estudo são formadas por 14 membros, dos quais nove são economicamente ativos. Ou seja, elas são compostas por 1,8 trabalhadores ativos para cada inativo. As famílias com estratégia pluriativa consideradas são formadas por 11 membros, destes seis estão em idade economicamente inativas, pois são crianças. Ou seja, há 0,8 membro ativo para cada inativo. Em outras palavras, há menos mão de obra disponível em famílias pluriativas.

Desta forma, a capacidade em desempenhar o trabalho agrícola é considerada ótima pelos membros das famílias com estratégia agrícola favorecendo a atividade na agricultura, apenas um membro se sente com baixa capacidade, pois sofre de problemas de saúde relacionados à intoxicação por agrotóxicos.

#### 4.7.2 A dinâmica de trabalho dos membros pluriativos

Os assentados considerados se identificam socialmente como agricultor (nove casos), engenheiro agrônomo (dois), técnico agrícola (dois). Ainda houve menção a identidade de “do lar” (dois), professora (um) e pedreiro (um).

De fato, nove assentados realizam atividades apenas nos próprios lotes e seis fora dos estabelecimentos mas no assentamento. A pluriatividade praticada no interior da comunidade contribui com o desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura promovendo bem estar social (SCHNEIDER, 2005), afinal amplia as opções de escolha.

A identidade social destes membros na comunidade contribui para a construção de um território cujo desenvolvimento é sustentado por uma agricultura multifuncional, que oferece qualidade de vida a partir de atividades desenvolvidas em terras do assentamento.

A estratégia pluriativa, em grande medida, é ligada diretamente à agricultura, afinal, todos os membros pluriativos trabalham dentro do assentamento. Na família agrícola nº 2, um membro trabalha como técnico do MST. A família nº 5 é formada por casal de agrônomos do MST e da ELAA. Já na família nº 6 o casal é composto por técnico agrícola da ELAA e professora da escola do assentamento. Por fim, na família nº 7, o assentado presta serviços como pedreiro para famílias assentadas.

Deste modo, grande parte dos pluriativos entrevistados (quatro membros) desenvolve a pluriatividade de base agrária, ou seja, a prestação de serviços no âmbito da agricultura. Já outros dois membros pluriativos realizam a prestação de serviços não agrícolas em áreas rurais. Assim, a natureza desta pluriatividade tende a contribuir para a multifuncionalidade da agricultura, promovendo a construção de um território sustentável.

A prática da pluriatividade externa ao lote e interna ao assentamento, na perspectiva dos membros pluriativos considerados, contribui com as diretrizes do movimento social relacionada ao desenvolvimento sustentável, que possa oferecer bem estar social para as famílias. O fortalecimento da agricultura, construindo um território sustentável, multifuncional e includente, faz parte destas diretrizes. Esta perspectiva de desenvolvimento sustentável é, em última análise, a principal motivação para a realização da pluriatividade não fundada em uma necessidade econômica no Contestado.

Com a pluriatividade sendo praticada no assentamento, grande parte dos membros pluriativos realiza a pé o trajeto diário até o trabalho (quatro membros) e outros (três) com automóveis. Convém lembrar que, entre as famílias participantes do estudo, há 15 membros economicamente ativos sendo que seis são pluriativos (40%). Entre estes últimos, cinco dedicam oito horas diárias de trabalho a atividades externas ao lote e um dedica seis horas.

Três indivíduos pluriativos recebem por volta de três salários mínimos mensais. Já o chefe da família nº 7 recebe cerca de um salário mínimo. Estes rendimentos são menores que os obtidos pelas famílias agrícolas.

Em suma, o trabalho do membro pluriativo é desempenhado no assentamento e, em grande medida, é relacionado à agricultura ou prestação de serviços em áreas rurais, o que tende a contribuir com a construção de um território multifuncional e incluyente.

#### 4.8 Considerações finais

A Região Metropolitana de Curitiba tem alto dinamismo econômico e sua área rural foi alvo de um processo modernizador acentuado e excludente, o que favoreceu a emergência da pluriatividade conforme diversos autores como Saco dos Anjos e Schneider. Em tal contexto, a agricultura do assentamento Contestado é construída em princípios que visam resultados em longo prazo, baseada em princípios agroecológicos e sustentáveis.

Nesta linha, uma pluriatividade de natureza para-agrícola e de base agrária predomina no assentamento, o que contribui com o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura do território de Contestado. Assim, esta pluriatividade reflete a multiplicação de oportunidades de trabalho ligadas ao espaço rural local. Desta forma, o intuito de construir um desenvolvimento sustentável e incluyente assenta-se em bases bastante sólidas.

#### Referências

ABRAMOVAY, R.. Agricultura Familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun., 1999.

BAZOTTI, A.; NAZARENO, L. R.; CINTRA, A. P. U.. Um ensaio sobre as famílias agrícolas paranaenses a partir das PNADs 1992, 1998, 2005 e 2007. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 123-145, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/74/634> > Acesso em: 31 ago. 2015.

BORIS, R.. Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 139 – 157, maio/ago., 2004.

BRASIL. Lei complementar nº 14 de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.323 de 27, de dezembro de 2007. Regulamenta a lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2014.

BUARQUE, S.. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e Sustentável**. Brasília: INCRA/IICAA, 1999, 104 p. Projeto Cooperação Técnica INCRA/ IICA. Disponível em: <<http://iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CABRAL, O. R.. **A campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 378 p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R.. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-65, out./nov., 2014.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. S.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 185 p.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 167 – 188.

CHAYANOV, A. V.. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 120 p.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CONSTANTY, H; DAROLT, M. R.. Estratégias de fortalecimento da relação entre produtores e consumidores orgânicos. In: FÓRUM AGROINDUSTRIAL DO COMPLEXO ORGÂNICO E BIOTECNOLÓGICOS, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Orgânica, 2008. p. 44-48. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/darolt\\_constanty08.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/darolt_constanty08.pdf)> Acesso em: 28 dez. 2014.

CONTERATO, M. A.. SCHNEIDER, S.. Estratégia de reação ou estratégia de adaptação? A pluriatividade da agricultura familiar em contextos rural-urbanos distintos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35., 2005, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: ANPOCS, 2005. 28 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/827.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DA SILVA, V. L. BARBOSA, S. ANDRADE, G. M.; SANTIN, M. E.. Medidas de Contenção de Voçoroca no Assentamento Contestado. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 4157 – 414169, nov., 2009. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/9476/6533>>. Acesso em: 20 out. 2015.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C.. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na Região Sul do Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. 63 p.. Acesso em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4003](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4003)> Consultado em: 08 set. 2015.

DEL GROSSI, M. E.. Transformações no meio rural paranaense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34.,1996. Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: SOBER, 1996. p. 51-70.

DE JESUS RIEPE, A.. Produção agroecológica de hortaliças no assentamento contestado, município da Lapa. **Revista Qualidade Emergente**, Curitiba, v. 4, jan., p. 46 – 74, n. 1, 2013. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/qualidade/index>>. Acesso em :10 jan. 2014.

DE LIMA, J. F.; RIPPEL, R.; STAMM, C.. Notas sobre a formação industrial do Paraná 1920 -2000. **Publicadío UEPG**. Curitiba, v. 15, n. 1, p. 53 – 61, jun., 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jandir\\_Ferrera\\_de\\_Lima/publication/261150677\\_NOTAS\\_SOBR\\_E\\_A\\_FORMAO\\_INDUSTRIAL\\_DO\\_PARAN\\_-1920\\_A\\_2000\\_NOTES\\_ON\\_THE\\_INDUSTRIAL\\_FORMATION\\_OF\\_THE\\_STATE\\_PARAN\\_In\\_BRAZIL\\_-1920\\_TO\\_2000/links/00463533581e95bf6d000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jandir_Ferrera_de_Lima/publication/261150677_NOTAS_SOBR_E_A_FORMAO_INDUSTRIAL_DO_PARAN_-1920_A_2000_NOTES_ON_THE_INDUSTRIAL_FORMATION_OF_THE_STATE_PARAN_In_BRAZIL_-1920_TO_2000/links/00463533581e95bf6d000000.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2015.

DOS SANTOS, A. F.. O rural da região metropolitana de Curitiba sob a ótica interdisciplinar: multidimensional e complexo. **RECEN-Revista Ciências Exatas e Naturais**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 75-96, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://lapa.pr.gov.br/conteudo/233/historia>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

FERNANDES, G. M.; FACCO, V. A. B.. Agroecologia e MST no leste paranaense: As experiências do assentamento Contestado (Lapa – PR) e do Acampamento José Lutzenberg (Antonina – PR). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 16, p. 89 – 101, maio, 2015. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/3524>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 80 p.

FÜLLER, A. Introduccíon: Cambio Rural en Europa. In: ARKLETON RESEARCH. COLÓQUIO DE MONTPELLIER, 2., 1987 Madrid, **Anais do...** Madrid: Ministério da Agricultura Pesca e Alimentação, 1987. p. 247- 259.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 89 -122, abr., 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ **Nota Técnica 17**: Uma comparação da cobertura previdenciária entre os estados. Fortaleza: CEPLAN/IPECE, 2006. 11 p. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas\\_tecnicas/NT\\_17.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_17.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.. **O novo rural: uma abordagem ilustrativa**. Londrina: IAPAR, 2002a. v. 1, 53 p.

\_\_\_\_\_; DEL GROSSI, M. E.. **O novo rural: uma abordagem ilustrativa**. Londrina: IAPAR, 2002b. v. 2, 49 p.

HART, D. R.. **Conceptos básicos sobre agroecosistemas**. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronômico Tropical de investigacion y ensenanza. Turrialba e Fundación W. K. Kellogg, 1985, 159 p.

HAURESKO, C; MOTEKA, G.. A Pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: origem, localização e caracterização. In: SIMPÓSIO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2008. p. 320 - 338. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/completos.htm> > Acesso em:10 out. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. 970 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. 777 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=25&i=P>> Consultado em: 09 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Sistema de Dados da Reforma Agrária. **RECUPERAÇÃO DE DADOS**: banco de dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=26>>. Acesso em: 16 nov. 2013a.

IPARDES. Sistema Integrado de Dados da Região Metropolitana de Curitiba: **PERFIL RMC**: Banco de Dados. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=921&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=921&btOk=ok)> Acesso em: 3 nov. de 2015.

KARAN, K. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade na região metropolitana de Curitiba. 2001, 240 p. Tese (Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

KHATOUNIAN C. A.. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

LAURENTI, A. C.. T.. Evolução da Ocupação e do Rendimento das Pessoas no Meio Rural do Paraná no Período 2001-2009. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 124, p.175-199, jan./jun., 2013. Disponível em:<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4426477>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LIMA, J. F. R. S.; PIANCENTI, C. A.. **O papel das rendas não agrícolas para a redução da pobreza e concentração na região Sul**. Porto Alegre, v. 27, n. 51, p. 51 - 73, jan./jun., 2009. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/5099/7452>>. Consultado em: 08 set. 2015.

MARQUES, L. M.; LOPES, L. A.. A pluriatividade na mesorregião metropolitana de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2 n.113, p. 147-174, abr./jun., 2011.

MARSDEN, T.. Towards the Political Economy of Pluriactivity. **Journal of Rural Studies**. London, v. 6, n. 4, p. 375-382, set./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. London, v. 11, n. 3, p. 285-296, jun./set., 1995.

MARTINS, J. S.. **O sujeito Oculto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 238 p.

MATTEI, L.. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055 - 1073, out./nov., 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 jul. 2012.

MEDEIROS, L. S., LEITE, S., HEREDIA, B. M., CINTRÃO, R.. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Unesp IICA/ NEAD, 2004. 307 p.

MELO, N. A.. Do complexo rural a modernização agrícola brasileira a modernização da agricultura paranaense e o impacto na vida rural: uma análise nas vilas rurais. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58 - 76, jan./mar, 2011. Disponível em:<  
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/431>>. Acesso em: 12 out 2015.

MIGLIORI, S. M. S.. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografia**, Curitiba, v 1, n.1, p. 62-80, jul./dez. 2006. Disponível em:  
<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/GEOGRAFIA/Artigos/artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/artigo.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2015.

MORO, D. A.. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: UEM, 2000. cap. 1, p. 27-60.

MORUZZI MARQUES, P. E.; LACERDA, T. F. N.. Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais....** Indaiatuba: ANPPACS, 2004. Disponível em: < [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT05/paulo\\_moruzzi.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/paulo_moruzzi.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

ORZEKOVSKI, N. **Relações de Trabalho no Assentamento Contestado (PR):** Contradições de Classe e Desafios analíticos. 2014. 103 p. Dissertação (Ciência e Tecnologia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/116028>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

PARANÁ. Decreto nº 1.231 de 27 de março de 1992. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA da Escarpa Devoniana para assegurar a proteção do limite natural entre os planaltos paranaense e locais de beleza cênica e de vestígios arqueológicos e pré- históricos. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec\\_pr\\_1231\\_1992\\_uc\\_ap\\_aestadualescarpadevoniana\\_campusgerais\\_pr.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_pr_1231_1992_uc_ap_aestadualescarpadevoniana_campusgerais_pr.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Estadual nº 13.512/02. Incorpora o município da Lapa na Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=4489&codItemAto=30327>>. Acesso em 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de agrotóxicos no Paraná 2001**. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/qualidade/article/view/31780/20300>> Acesso em: 20 nov. 2015.

PINHEIRO MACHADO, B. -Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: SIMPOSIO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 2., 1962, Curitiba. **Anais....** Curitiba: UFPR, 1962. p. 341 -367.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA DADOS HISTÓRICOS. Disponível em:< <http://lapa.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

PRIORI, A. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2012. 300 p.

QUEIROGA, J. L.. **Origens, evolução histórica e situação dos sistemas agrários de comunidades de agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba**. 2006, 242 p. Tese (Meio Ambiente) - Curso de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2006.

REIS, M.. Um Panorama do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 33, jun./ago., p. 326-342, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3896>> Acesso em: 31 ago. 2015.

ROCHA A. A.; BARCHETTI, I.. O rural e o urbano no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 115-126, maio/ago., 2015. Disponível em: < <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/23401>> Consultado em :11 nov. 2015.

SACO DOS ANJOS, F.. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374p.

SCARDOELLI, M. G. C. SILVA, J. OLIVEIRA, C.B.. Intoxicações por agrotóxicos notificadas na 11ª regional de saúde do estado do paraná. **Ciência cuidado saúde**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 549 - 555, fev./abr., 2011.

SCHNEIDEIR, S.. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Brasília, n. 16, jan./jun., p. 164 - 184, 2001.

\_\_\_\_\_. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 99- 120, fev., 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade e desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO, F. B. (Org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural: contribuições ao debate**. Brasília: UNB CEAM. 2005. cap. 6, p.131 – 168.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, 300 p.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 258 p.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 217- 244, jun., 2010. Disponível em: <[ps://books.google.com.br/books?id=FfArAAAAYAAJ&q=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&dq=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEWjNhZGF-4HNAhXIYiYKHRAICkwQ6AEILzAB](https://books.google.com.br/books?id=FfArAAAAYAAJ&q=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&dq=Agricultura+familiar+e+emprego+no+meio+rural+brasileiro:+análise+comparativa+das+Regiões+Sul+e+Nordeste.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEWjNhZGF-4HNAhXIYiYKHRAICkwQ6AEILzAB)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SCHMIDT, W.. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO M.; MALUF, R.. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. cap. 02, p. 44-60.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SILVA, B J et al. Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos e a promoção de práticas de reciprocidade e emancipação social. **Cadernos de Agroecologia**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 1-12, 2015. Disponível em:< <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16542/10534> >. Acesso em: 10 jan. 2016.

SILVA, C. M. V.; VALENTE. S.. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 387-399, 2013.

SOUZA M.. **Atividades não agrícolas e desenvolvimento rural no Paraná**. 2000, 320 p. Tese (Engenharia Agrícola) - Programa Planejamento e Desenvolvimento Rural, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000217764&fd=y>> Acesso em: 2 nov. 2015.

SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A.. Ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas no Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 112, p. 73-91, set./dez., 2011. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000217764>> Acesso em: 08 set. 2015.

SOUZA MIRANDA, R.; CUNHA, L. H.. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**. Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-375, jan./mar., 2013. Disponível em: < <http://www.aptaregional.sp.gov.br/acesse-os-artigos-pesquisa-e-tecnologia/edicao-2013/julho-dezembro-1/1404-pastejo-rotacionado-1-pontos-criticos-na-implantacao/file.html>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M.. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 169 p.

STECA, L. C.; FLORES M. D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: UEL, 2002. 205 p.

WANDERLEY, M. N. B.. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 300 p.

WEINS, W. J.TRENTIN, I. C. L.. Desenvolvimento Territorial com agroindústrias familiares In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Fortaleza. **Anais....** Fortaleza: SOBER ,2005. Disponível em< <http://www.sober.org.br/palestra/2/468.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.



## 5 CONCLUSÕES FINAIS

A análise do lugar da agricultura nas estratégias familiares de dois assentamentos em duas localidades diferentes influenciadas pelos mesmos macros processos sócios econômicos brasileiros, mas com históricos particulares, revelou que a atividade agrícola desempenha papéis diferenciados. Assim, a agricultura pode ser, como é frequente em Contestado, base para a realização da pluriatividade, favorecendo atividades para-agrícolas. Portanto, a pluriatividade tem significados diversos e se manifesta com características diferentes, no que se refere ao desenvolvimento de assentamentos rurais sustentáveis em Regiões Metropolitanas.

Em São Paulo, o processo histórico de colonização promoveu os interesses dos grandes proprietários. Ademais, a urbanização, industrialização e modernização agrícola ocorreram de forma precoce (em relação ao restante do país) e de modo acentuado, estabelecendo estreitas ligações urbano-rurais, sob intensa hegemonia do grande capital.

A Região Metropolitana de Campinas é densamente povoada e tem uma economia dinâmica, experimentando um processo de modernização agrícola acentuado. Americana é um município industrial com área rural considerada inexistente. Neste quadro, a paisagem no entorno do assentamento Milton Santos é repleta de indústrias, bairros periféricos, chácaras de lazer e canaviais. Estes elementos ligados aos macros processos e dinâmicas socioeconômicas do território promovem no espaço rural a emergência da pluriatividade, principalmente aquela ligada a outros setores não agrícolas.

Por outro lado, o assentamento Milton Santos, desenvolve uma produção agrícola voltada notadamente para o abastecimento de alimentos, com investimentos para obter reconhecimento orgânico, a pessoas em estado de insegurança alimentar. Este tipo de escoamento ocorre graças ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dispositivo de política pública que, mesmo considerando seus problemas, permite manter perspectivas de investimento na agricultura por parte das famílias assentadas. Portanto, esta agricultura local permite considerar um processo de recampezinação, com sentidos de preservação ambiental e de desenvolvimento territorial fundado na inserção social de famílias empobrecidas. De fato, a ocupação da área do Milton Santos foi realizada por

famílias que viviam de forma precária nas periferias da RMC, com empregos urbanos instáveis e uma experiência rural vivenciada em passado remoto. A proposta que presidiu a instalação do assentamento foi concebida nos moldes de Comuna da Terra e Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis. Com lotes de um hectare, o assentamento localiza-se a menos de 10 km da sede municipal e tem disponível transporte público todos os dias em quatro horários.

Deste modo, fatores como área de lote reduzida, poucas oportunidades de trabalho não-agrícola no assentamento e transporte público diário fazem com que a pluriatividade intersetorial emergja de modo acentuado, afinal, a realização de atividades não-agrícola fora do assentamento é atrativa. Ademais, estas famílias assentadas vivenciaram a maior parte do tempo em meio urbano e são formadas por membros jovens com grau de escolaridade maior que seus pais, favorecendo a inserção no mercado de trabalho.

Convém destacar que a agricultura desenvolvida no assentamento Milton Santos está em vias de obter reconhecimento para produtos orgânicos, via Organização de Controle Social (OCS). No entanto, o conhecimento dos agricultores a respeito de técnicas orgânicas é limitado. Ademais, fatores adversos à agricultura, como área reduzida de cultivo, falta de água, pouca disponibilidade de equipamentos e benfeitorias produtivas, assistência técnica limitada e comercialização com praticamente apenas uma via (canal de circuito curto de proximidade representado pelo PAA) - limitam a atividade agrícola. O conjunto destes fatores restringe o valor da renda agrícola das famílias consideradas nesta tese e a torna menor que a renda média das famílias rurais do estado. Neste quadro, a pluriatividade intersetorial torna-se uma estratégia interessante para manter-se no campo.

De todo modo, para os assentados entrevistados a agricultura proporciona ganhos em termos de qualidade de vida, principalmente quanto a aspectos relacionados a melhoria da sensação de segurança física, de moradia, de acesso ao alimento e de renda monetária. Ademais, pode representar a única forma de inserção produtiva para alguns indivíduos.)

No que se refere ao membro pluriativo da família, trata-se de subempregado na construção civil, recebendo por volta de um salário mínimo mensal, valor suficiente para elevar a renda familiar ao mesmo patamar da renda média das famílias estaduais rurais. Deste modo, por um lado, a pluriatividade é uma estratégia

pertinente dos agricultores frente a um contexto industrial atrativo e, por outro, é uma resposta a fatores limitantes ao crescimento da renda agrícola. A propósito, implantação de OCSs no assentamento é vista na perspectiva da valorização dos produtos no assentamento e melhora da renda agrícola tornando a atividade agrícola mais atrativa.

Quanto ao outro assentamento estudado, convém em primeiro lugar lembrar que a história do Paraná revela que a criação de colônias teve o intuito de abastecer o mercado interno com a produção agrícola de pequenas propriedades. O estado foi marcado por um intenso processo de modernização agrícola. A Região Metropolitana de Curitiba tem alta densidade demográfica e renda *per capita*, com extensas áreas de matas nativas. O município, onde se situa o assentamento, Lapa, apresenta quase 40% da população vivendo em meio rural, o que favorece uma economia moderna ligada à agroindústria. Tais características tornam esta localidade um espaço emblemático para o surgimento da pluriatividade ligada ao setor agrícola.

A propósito, a área no entorno do assentamento Contestado é formada por sistemas produtivos de grande/média extensão. O solo é ocupado por pastagem, produção de grãos e cultivos florestais. Destaca-se, como mencionado, a presença importante de micro, pequenas e médias agroindústrias.

As famílias recrutadas para a ocupação de Contestado viviam em áreas rurais do estado. O assentamento foi criado como uma vitrine da agroecologia, com um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que norteia as ações para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola realizada em lotes de 15 ha. A área urbana se situa a cerca de 20 km, mas o transporte público é escasso, apenas uma vez por semana em dois horários, dificultando o acesso a áreas urbanas.

No assentamento, há diversos serviços disponíveis como agência de correios, quatro escolas, cooperativa, agroindústria, posto de saúde, barracão de reuniões e de reciclagem de lixo, campo de futebol e de vôlei. Como vemos, trata-se de uma área onde oportunidades de empregos não-agrícolas são disponíveis. Com acesso restrito à área urbana, a opção pela pluriatividade, aquela que promove a multifuncionalidade do espaço agrícola, é notável.

A experiência destas famílias foi vivenciada na maior parte do tempo em espaço rural. Hoje, elas se encontram em estágio avançado do ciclo demográfico e

seus membros têm alto grau de escolaridade. A renda agrícola é maior que aquela das famílias rurais paranaenses.

Em Contestado os sistemas de cultivos têm reconhecimento orgânico e foram construídos de forma integrada com alta diversidade de componentes, oferecendo bases para a produção de atividades para-agrícolas. Os agricultores têm disponíveis técnicos agropecuários próprios e, eles mesmos, dominam as técnicas agrícolas sobre o manejo orgânico. A fertilidade do solo é reconstruída com práticas conservacionistas (aliás, mais praticadas no assentamento que nas áreas rurais do estado). A produção é escoada por mais de um canal de circuito curto (feira, mercado institucional, entregas em casa dos consumidores).

A atividade agricultura aqui é uma base sólida de construção de desenvolvimento includente e sustentável do assentamento. Esta agricultura desempenha múltiplos papéis, considerando a ótica da multifuncionalidade, ligados ao povoamento sociocultural do espaço rural, à preservação do ambiente e ao abastecimento de alimentos de qualidade

Os membros pluriativos têm assegurados direitos trabalhistas, afinal são registrados em carteira de trabalho, e suas remunerações possibilitam que a renda familiar seja de valor semelhante a outras estratégias. Logo, a pluriatividade não tem caráter econômico, mas está ligada a uma opção de escolha cultural e ao desenvolvimento como liberdade. A pluriatividade é realizada dentro do assentamento, muitas vezes estreitamente atrelada à agricultura, o que permite pensar que promove a multifuncionalidade de um espaço agrícola.

Deste modo, o desenvolvimento em Contestado pode ser interpretado de forma pertinente pela ótica da multifuncionalidade da agricultura. Assim, o assentamento funda um espaço de sustentabilidade social e ambiental, com inclusão econômica fundado em atividade agrícola de base sustentável. A pluriatividade aqui, de tipo predominante para-agrícola, promove o uso multifuncional do espaço rural e agrícola, aumentando as opções de escolha, visto como o caminho de um desenvolvimento libertário por Amartya Sen (2010).